RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ

ODS

2022

GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ

Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará Ano 2022

Governo do Estado do Pará

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.seplad.pa.gov.br)

Publicação em formato digital. Produzido no Brasil – Pará.

Este relatório foi elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Estado do Pará, e diagramado com recursos da SEPLAD.

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Secretário de Estado de Planejamento e Administração
Ivaldo Renaldo de Paula Ledo

Secretária Adjunta de Planejamento e Orçamento
Brenda Rassy Carneiro Maradei

Diretora de Planejamento Estratégico
Maria do Perpetuo Socorro Garcia Castro

Assessoria Técnica
Bernadete de Jesus Barros Almeida
Inah Tobias Silveira

Equipe de Elaboração
Coordenadoria de Estudos Econômicos
Geovana Raiol Pires
Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva
Marcelo Pereira Lobato
João Ulisses Barata da Silva

Equipe De Elaboração
Coordenadoria De Gestão De Resultados
Mariana Nascimento Oliveira

Equipe de Elaboração
Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação e Programas
Julianna Leite Saraiva

Colaboradores – SEPLAD
Heraldo Marques Nogueira
Márcia Correia Lago Moura

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade
José Mauro de Lima O'de Almeida

Diretor de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos
Wendell Andrade de Oliveira

Diretoria de Bioeconomia,
Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais
Camille Bendahan Bemerguy

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) – Belém-PA

P221r

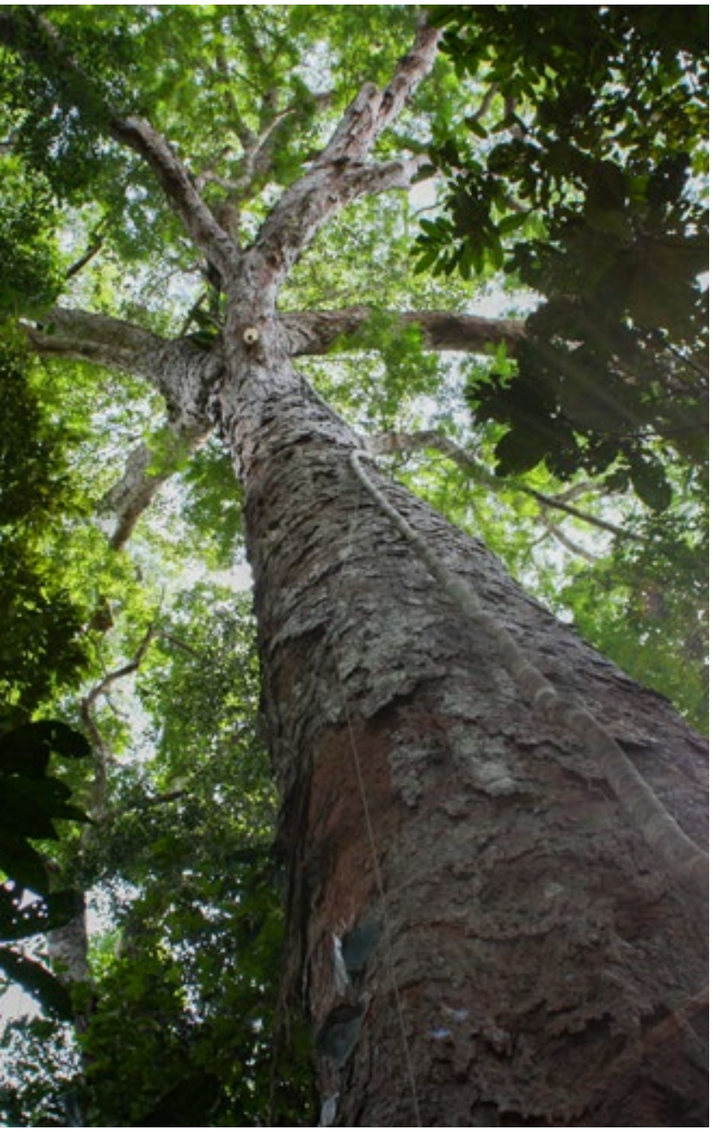
Pará. Governador (2021 - Helder Zahluth Barbalho)
Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará. Ano 2022 / Helder Zahluth Barbalho – Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2022.

155 p.:il.

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Pará. 2.Agenda 2030. 3. Políticas Públicas. I Título.

CDD 333.715
CDU 502.13

SUMÁRIO



Mensagem do Governador
PÁGINA 04

Apresentação
PÁGINA 05

REVISITANDO A ESTRATÉGIA
Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)
PÁGINA 06

CAPÍTULO 1
ODS 1. Erradicação da Pobreza
PÁGINA 11

CAPÍTULO 2
ODS 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável
PÁGINA 20

CAPÍTULO 3
ODS 3. Saúde e Bem-Estar
PÁGINA 31

CAPÍTULO 4
ODS 4. Educação de Qualidade
PÁGINA 44

CAPÍTULO 5
ODS 5. Igualdade de Gênero
PÁGINA 59

CAPÍTULO 6
ODS 6. Água Potável e Saneamento
PÁGINA 65

CAPÍTULO 7
ODS 7. Energia Limpa e Acessível
PÁGINA 72

CAPÍTULO 8
ODS 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico
PÁGINA 77

CAPÍTULO 9
ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura
PÁGINA 86

CAPÍTULO 10
ODS 10. Redução das Desigualdades
PÁGINA 98

CAPÍTULO 11
ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
PÁGINA 106

CAPÍTULO 12
ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis
PÁGINA 113

CAPÍTULO 13
ODS 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima
PÁGINA 119

CAPÍTULO 14
ODS 14. Vida na Água
PÁGINA 123

CAPÍTULO 15
ODS 15. Vida Terrestre
PÁGINA 127

CAPÍTULO 16
ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes
PÁGINA 136

CAPÍTULO 17
ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação
PÁGINA 147

Bibliografias
PÁGINA 154

MENSAGEM DO GOVERNADOR

A DETERMINAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO ORIENTADO PARA A SUSTENTABILIDADE CONFIGURA-SE MAIS QUE UMA INTENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO.

Tem sido, e continuará sendo, o modo de pensar e agir desta gestão, mediante a **peculiar dimensão amazônica**, com suas riquezas potenciais inquestionáveis e a complexidade socioambiental expressa nos indicadores sociais, ambientais e econômicos que se revelam aquém das possibilidades sustentáveis desses múltiplos recursos, e principalmente ao bem-estar social da população do Estado do Pará.

Para concretizar esse compromisso, além dos planos e programas de governo e ainda do constante aprimoramento de sua capacidade de gestão, o Governo do Estado vem atuando fortemente no **estabelecimento de parcerias, internas e externas**, e nesse contexto sobressai a adesão à **Agenda 2030** das Organizações das Nações Unidas (ONU), realizada em 2019.

Desde o início desta gestão, o Governo do Estado do Pará firmou compromisso com a ONU na implementação da Agenda 2030, ao identificar sinergia entre essa estratégia e a decisão política do Estado do Pará em **transformar/alterar a realidade social, econômica e ambiental** do seu povo e de seu território. Essa determinação associa-se à Agenda que objetiva **erradicar a pobreza e promover vida digna** em todo o mundo, dentro dos limites do planeta, até 2030, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No último biênio, a sociedade mundial e seus governos foram desafiados por condições extremas, a partir da **emergência sanitária** que atingiu a todos, indistintamente, mas de forma mais intensa os vulneráveis economicamente, e cujos reflexos na vida econômica, social e em todas as suas dimensões continuam a produzir impactos, sendo a visão integrada e ampliada, intrínseca à Agenda 2030, ferramenta fundamental para atuação dos governos no reequilíbrio do panorama global.

Para o Governo do Estado do Pará, a intenção de atuar alinhadamente à Agenda 2030 na redução das desigualdades materializou-se em 2020, com o protagonismo de, inovadoramente, ser o primeiro Governo Regional a aderir ao Movimento Voluntary Local Review, e assumir, formalmente, o compromisso de atuar na democratização da Agenda 2030. Adicionalmente, produzir **Relatório Local Voluntário**, anualmente, para explicitar sua contribuição gradativa à implementação da Agenda.

Ressalta-se que o Relatório Voluntário Local (RVL) de 2020 objetivou apresentar a proposta de estabelecimento da Agenda 2030 no Estado do Pará, que viria assegurar o ambiente institucional necessário para a sua implementação, bem como o alinhamento ao **Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)**, elaborado em 2019. Com referência nas iniciativas e realizações da gestão estadual em 2019 e 2020, o Relatório Voluntário Local (RVL) de 2021, publicizado em setembro do mesmo ano, apresentou à comunidade global as ações do Governo, assim como os planos estratégicos e instrumentos de gestão, integrantes de políticas públicas e legislações que contribuíram com os 17 ODS.

O presente Relatório Voluntário Local (RVL) de 2022 apresenta, de forma objetiva e na perspectiva da transversalidade das ações e programas, as principais entregas/iniciativas realizadas, em 2021, suas contribuições à Agenda 2030 e os avanços efetivos em cada ODS.

Evidencia-se, assim, além da continuidade dos esforços do Governo do Estado no desenvolvimento da Agenda 2030, a iniciativa em estabelecer uma **visão de futuro de natureza múltipla, inovadora** e, sobretudo, **com capacidade de promover,** no presente, **transformações** tão necessárias no Estado, tornando-o **efetivamente sustentável, inclusivo e socialmente justo**, e, assim, não deixando ninguém para trás.

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

APRESENTAÇÃO

Desde 2019, o Governo do Estado do Pará tem direcionado sua gestão para a melhoria da qualidade de vida de sua população, empreendendo programas e projetos que, de forma articulada, busquem o desenvolvimento socioeconômico sustentável com redução das desigualdades regionais. Para tanto, optou por um planejamento estratégico alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e, consequentemente, a entregas que possibilitem a aproximação ao cumprimento desses objetivos.

Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas para estruturar o plano estratégico estadual materializou-se no alinhamento do Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA) 2020–2023, elaborado ainda em 2019, com os 17 ODS e suas 169 metas, respaldado por um processo de participação da sociedade civil organizada, em 12 Audiências Públicas, em todas as Regiões de Integração do Estado.

O compromisso assumido pelo Governo do Estado do Pará, com a adesão ao Movimento Voluntary Local Review, em publicar, anualmente, relatório das principais entregas da gestão estadual que sinalizam a contribuição ao alcance dos ODS e suas metas, representou a consolidação dessa decisão de gestão. Assim, foram elaborados e publicados, entre 2020 e 2021, dois "Relatórios Locais Voluntários do Pará". Também nesse período foi editada e atualizada a publicação "Caderno ODS", com o alinhamento entre cada programa e ação de governo constante no PPA 2020–2023 e as metas ODS.

Outros planos e políticas públicas estaduais, elaboradas e em elaboração nesse período, também apresentam essa convergência aos ODS, dentre os quais destaca-se o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), cujo escopo abrange estratégias em suas dimensões econômica, social e ambiental.

O presente Relatório Local Voluntário do Pará 2022 inicia-se, justamente, por um tópico abordando o PEAA, fazendo uma atualização da implementação do plano, após dois anos de execução, construindo uma agenda multissetorial com interlocuções, abrangência e estruturação de seus componentes, a partir da dinamização de sua integração e intersetorialidade, apontando, ainda, suas perspectivas de ação de 2022 até 2036.

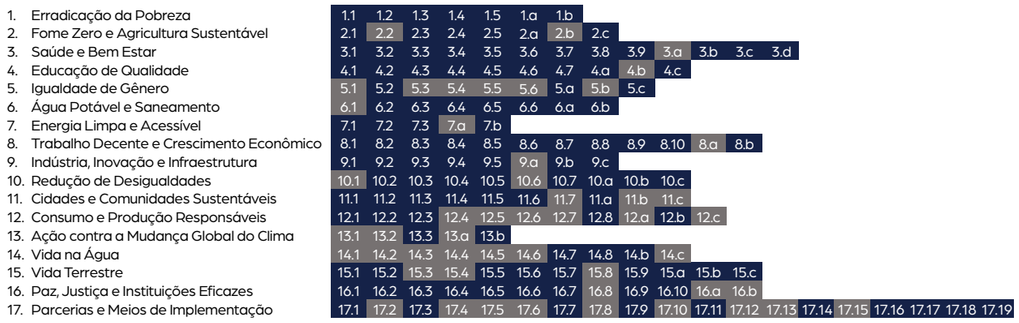
Na sequência, o Relatório aponta, nos 17 capítulos seguintes, as principais realizações e compromissos efetivados pela gestão estadual, referentes ao ano de 2021, que se alinham, em alguns casos, ainda parcialmente, dada a complexidade e horizonte de tempo necessário para a implementação, conforme postulado em cada uma das metas dos 17 ODS. Para mensurar a contribuição do governo estadual às metas selecionadas no "Caderno ODS", utilizaram-se como referência as informações descritas na Mensagem de Governo de 2021, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará; nos Relatórios de Gestão dos órgãos estaduais; e no Relatório de Avaliação de Programas do PPA.

Destaca-se ainda que, em função da transversalidade inerente a diversas ações integrantes de políticas públicas correlatas, cujas contribuições enquadram-se a mais de uma meta ODS, seja do mesmo ou de diferentes Objetivos, as entregas e realizações foram mencionadas na meta de maior impacto e afinidade.

Comparando-se a quantidade de metas ODS que apresentaram correspondência ao conjunto de realizações/entregas do governo estadual em 2021, em relação a 2020, constata-se avanço, com aumento do número de metas contempladas neste Relatório, de 105 (62%) para 117 (69%); consequentemente, houve redução das metas sem realizações de 64 (38%) para 52 (31%).

Nesse contexto de avanços, o Governo do Pará cumpre sua missão de submeter à comunidade mundial o resultado de seus esforços para a implementação da Agenda 2030, trabalhando pelo desenvolvimento sustentável, inclusão social e busca de melhor qualidade de vida para sua população, em todos os seus territórios. Em uma perspectiva de colaboração global, o governo estadual acredita que potencializar os governos locais e sublocais será fator decisivo para esse crescimento, e consequentemente na identificação das contribuições do conjunto da gestão dos entes públicos que atuam no território paraense.

QUADRO DE METAS ODS, COM REALIZAÇÕES - 2021



Fonte: Seplad, 2022.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

REVISITANDO A ESTRATÉGIA

"PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA (PEAA)"

REVISITANDO A ESTRATÉGIA

PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA (PEAA)

Próximo de completar dois anos de vigência, o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) estabelece-se como principal política pública estadual estruturante de enfrentamento às mudanças climáticas. Este tópico objetiva atualizar a trajetória da **estratégia de descarbonização** do Estado do Pará, bem como os importantes avanços alcançados no campo normativo-regulatório, na criação de espaços de escuta e participação da sociedade, formação de parcerias e no aperfeiçoamento de seu desenho estratégico, ocorridas em 2021, com contribuições para o atendimento aos ODS em ambiente rural.

O Estado do Pará representa aproximadamente 25% do território da Amazônia Legal (1.245.871 Km^2), 79% de sua área é coberta por florestas, e abriga mais de 40 povos indígenas e a quarta maior população quilombola do país. Tão grande e complexo quanto seu território e diversidade natural e cultural estão outros aspectos, expressos em números, também encarados como desafiadores nas estratégias de políticas públicas de longo prazo.

A exemplo, têm-se os indicadores de desenvolvimento humano, rendimentos e ambientais, que apontam o Pará na 24ª posição entre os 27 estados brasileiros em IDH, com 56% de sua população vulnerável à pobreza.

O Pará também ocupa a lamentável liderança no ranking de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil, fato este que não somente torna significativa a colaboração e importância do estado no controle da temperatura do planeta, mas carrega em si uma oportunidade de redesenhar nossa matriz econômica rumo a uma economia descarbonizada e com uma sociedade mais consciente e engajada no compromisso com este novo contexto.

Em reconhecimento ao agravamento dos efeitos das mudanças climáticas e da relevância estratégica que a liderança dos entes subnacionais exerce diante das incertezas e fragilidades experimentadas em período recente, o Estado do Pará implementou, a partir de 2019, uma série de iniciativas que buscam orientar um modelo de desenvolvimento em que dialoguem conservação e recuperação de ecossistemas, com a demanda social e econômica dos territórios paraenses e da população local.

No âmbito institucional, houve o fortalecimento da governança e dos espaços de participação da sociedade civil com a reativação do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática – FPMAC, em 2019, e a instituição da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, em abril de 2020, no sentido de estabelecer diretrizes, objetivos, instrumentos e metas gerais para a gestão ambiental e contribuir, em escala estadual, para o alcance das metas nacionais de adaptação e mitigação das mudanças do clima, fixadas no Acordo de Paris (2015).

Para atuar no papel central da governança do clima, a PEMC designou a criação do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas – COGES Clima, que possui

> *O PROCESSO É PARA TODOS OS 144 MUNICÍPIOS, PARA O ESTADO COMO UM TODO. PENSAMOS NA PARTICULARIDADE DE CADA REGIÃO, PARA IDENTIFICAR E SABER A REALIDADE EM QUE CADA REGIÃO SE ENCONTRA AGORA, POIS SÃO REALIDADES DISTINTAS, E COM ISSO ADEQUAR O PPA A CADA NECESSIDADE.*
>
> Brenda Maradei, diretora de Planejamento Estratégico.

1. Ver Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019, IBGE.

2. Decreto nº 254/ 2019 - Institui o Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática e dá outras providências. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/706.pdf.

3. Lei nº 9048/2020 – Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), e dá outras providências. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/4093.pdf.

as entidades componentes definidas para acompanhar a execução e exercer funções consultivas, normativas e deliberativas dos instrumentos desta política.

Em agosto de 2020, foi implementado o instrumento tático-operacional desta política, por meio do Plano Estadual Amazônia Agora – PEAA, que ratifica em seu título a emergência em executar políticas públicas de combate ao desmatamento e atividades predatórias antes do encerramento da janela temporal, a qual tem estimulado planos de ação de neutralidade climática até 2050 pelo mundo. É neste sentido que o PEAA estabelece uma meta voluntária e arrojada de elevar o Pará ao estágio de "Estado Carbono Neutro", no setor "Mudança de Uso da Terra e Florestas", até o ano de 2036, cuja contribuição atual é de 84,95% nas emissões totais, que, se atingida, posicionará o Pará na vanguarda da transição para uma matriz econômica de base sustentável.

COM UM POUCO MAIS DE UM ANO DE OPERAÇÃO, O PEAA APRESENTOU-SE COMO PRINCIPAL ESTRATÉGIA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA A REDUÇÃO SUSTENTADA DE EMISSÕES DE GEE.

Sua agenda não se limita ao combate do desmatamento, mas a superação para um modelo de produção e consumo possível e desejável, capaz de conciliar crescimento econômico, conservação dos recursos naturais e justiça social. Neste sentido, o Plano não somente incorporou instrumentos já existentes, como também inseriu novos mecanismos com o propósito de consolidar uma política robusta e necessária para romper paradigmas e promover um desenvolvimento vocacionado.

O Plano Amazônia Agora foi organizado em sete componentes. Desses, quatro são definidos como estruturantes e três, transversais. A eles estão vinculados programas e ações que têm permitido a aceleração na entrega de resultados e a construção de um ambiente de segurança jurídica necessária para atrair investimentos, assegurar direitos aos povos e comunidades tradicionais e garantir a floresta em pé. São eles:

Componentes estruturantes:

1. Desenvolvimento Socioeconômico de Baixa Emissões de GEE;
2. Fiscalização, Licenciamento e Monitoramento (Comando e Controle);
3. Ordenamento Fundiário, Territorial e Ambiental; e
4. Financiamento Ambiental de Longo Alcance.

Componentes transversais:

1. Comunicação, Transparência de dados e Gestão Participativa;
2. Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável; e
3. Tecnologia da Informação, Inovação, Pesquisa Científica e Tecnológica.

Definido como principal instrumento de execução do componente de Desenvolvimento Socioeconômico de Baixas Emissões, o **Programa Territórios Sustentáveis – TS**[7] realizou ações integradas que envolveram regularização ambiental e fundiária, assistência e crédito rural, capacitações e apoio na implantação de sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas. O território modelo (TS PA-179), alvo da política, foi estrategicamente priorizado em decorrência das elevadas taxas de desmatamento, com expansão de sua atuação para o restante do estado a partir de 2022.

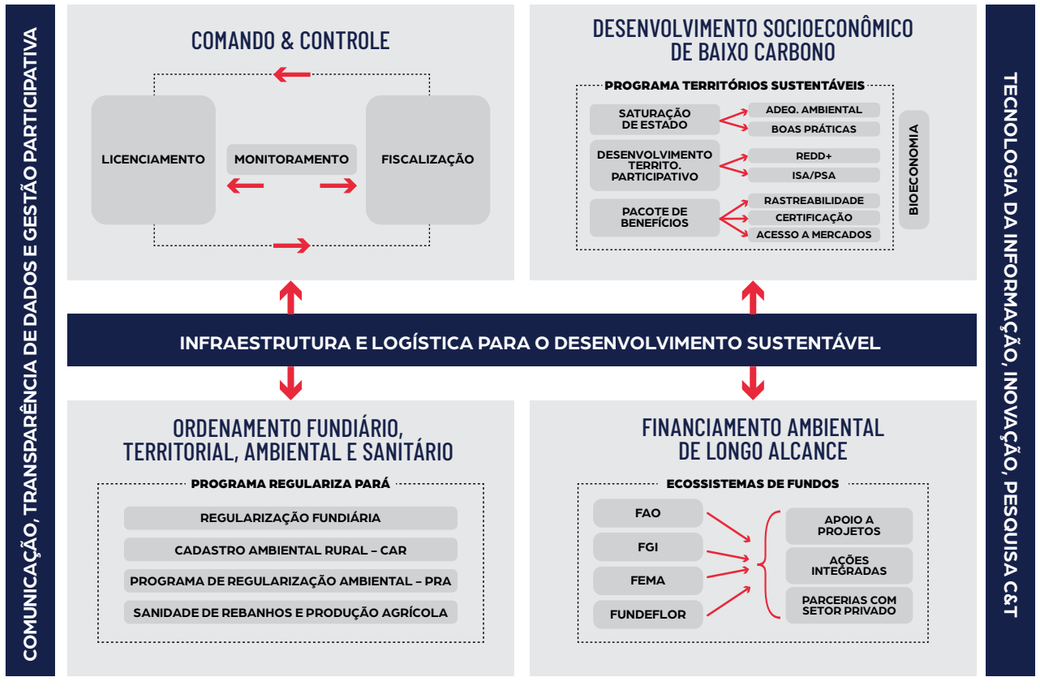


Figura 1 – Esquema Lógico dos Componentes do PEAA. Fonte: SEMAS.

4. Decreto nº 1.942/2021 – Regulamenta o § 5º do art. 9º da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES Clima), e dá outras providências. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/130536.pdf.

5. Decreto nº 941/2020 – Institui o Plano Estadual de Mudanças Climáticas (PEAA), cria o Comitê Científico do Plano e Núcleo Permanente de Acompanhamento. Disponível em: http://www.ioepa.com.br/pages/2020/2020.08.04.DOE.pdf.

6. Conforme Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2020. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission.

Também situada no componente de Desenvolvimento Socioeconômico de Baixo Carbono, a agenda da Bioeconomia ganhou protagonismo com importantes avanços em elementos de governança, marcos regulatórios e arcabouço de investimentos. Em 2021, o Pará sediou o **Fórum Mundial de Bioeconomia**[8], que ocorreu pela primeira vez fora da Europa, oportunizando debates, workshops e exposição de bioprodutos, com destaque para a Amazônia e seus povos.

O Estado do Pará foi pioneiro em lançar uma **Estratégia Estadual de Bioeconomia**[9], passo inicial para o desenho de um Plano Estadual de Bioeconomia, previsto para 2022. Para garantir a construção de uma política participativa e inclusiva, implementou o **Grupo de Trabalho para o Plano Estadual de Bioeconomia – GT-PlanBio**[10], constituído por uma diversidade de atores políticos, econômicos e sociais.

O OBJETIVO CENTRAL DA ESTRATÉGIA FOI CUSTOMIZAR PARA A REALIDADE LOCAL AS DIRETRIZES NORTEADORAS PARA A PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA, QUE INCORPOREM SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO TRADICIONAL EM SUA ESTRUTURA.

Os componentes relacionados às ações de Comando e Controle (Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização) e de Ordenamento Fundiário, Territorial, Ambiental e Sanitário têm como principais expoentes, respectivamente, a **Força Estadual de Combate ao Desmatamento**[11] e o **Programa Regulariza Pará.**

Não obstante o papel ordinário que têm na gestão pública ambiental, operacionalizadas via **Plano Amazônia Agora**, tais programas passaram a incorporar visão estratégica e a atuar com uma lógica de integralidade, modernização e descentralização de gestão. Com isso, o Pará já desfruta de avanços significativos, dentre os quais estão a **celeridade na avaliação e emissão de registros e a eficiência no combate ao desmatamento e atividades ilegais nas áreas rurais.**

O quarto componente estruturante, que trata do Financiamento Ambiental de Longo Alcance, trouxe no pacote de novidades apresentado pelo PEAA o **Fundo Amazônia Oriental – FAO,** considerado um instrumento inovador por ter gestão privada, mas governança e finalidade públicas. O **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO,** uma associação civil sem fins lucrativos, foi eleito para realizar a captação, gestão e prestação de contas do FAO.

Nesta lógica, o Estado do Pará acredita que os investimentos captados ganharão maior eficiência, volume, segurança e impacto, quando comparados à burocracia do mecanismo público. Em outubro de 2021, o Fundo recebeu seu primeiro aporte, uma **doação de R$1 milhão, do Instituto Clima e Sociedade – ICS**. A meta é reunir R$300 milhões, nos próximos quatro anos, para investir no **combate ao desmatamento e em projetos de descarbonização, recomposição florestal, promoção de ativos de bioeconomia e serviços ambientais no Pará**.

Em uma abordagem integrada, o Plano tem incorporado outros canais de investimentos com o propósito de gerar sustentabilidade financeira às ações desenvolvidas, para atender políticas públicas exclusivas do Amazônia Agora, convencionado como **Ecossistema de Fundos** (Ver Figura 2).

Deste modo, além do FAO, o Estado do Pará implementou o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia – FGPPIB, que prestará aval às operações de crédito rural contratadas pelo Banco do Estado. A iniciativa tem como objetivo apoiar especialmente o pequeno produtor rural em atividades sustentáveis e incentivar a verticalização da cadeia da bioeconomia.

A SUPERAÇÃO DO DESMATAMENTO ILEGAL, A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E A PERDA DA BIODIVERSIDADE SÃO DESAFIOS COMPLEXOS, EM QUE INICIATIVAS ISOLADAS CERTAMENTE NÃO REPRODUZIRÃO RESPOSTAS SUFICIENTES E ADEQUADAS.

7. Decreto nº 344/2019 – Dispõe sobre a Instituição da Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/1230.pdf

8. Conferir em: https://www.forumbioeconomia.com.br/

9. Decreto nº 1.943/2021 – Institui a Estratégia Estadual de Bioeconomia. Disponível em: http://www.ioepa.com.br/pages/2021/2021.10.22.DOE.pdf.

10. Portaria nº 651/2022 - Cria o Grupo de Trabalho do Plano Estadual de Bioeconomia – GT-PlanBio. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/131112.pdf.

11. Decreto nº551/2020 –Institui a Força Estadual de Combate ao Desmatamento no Estado do Pará. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/2512.pdf.

Figura 2 – Arquitetura de financiamento para ações do PEAA. Fonte: SEMAS

Na oportunidade da convergência de interesses em frear a mudança do clima e desenvolver soluções inclusivas, sustentáveis e economicamente significativas, o Pará aderiu à campanha mundial de neutralidade climática **Race to Zero**.[13] E com base nas ações do Plano Estadual Amazônia Agora e na sua escalabilidade, o Pará submeteu à **Coalizão LEAF** uma manifestação de interesse, considerando o relevante papel da cooperação institucional na atração de recursos e melhoria dos instrumentos que visam reduzir as emissões de carbono.

Além disso, passos importantes estão sendo direcionados para a criação de uma **Política Estadual de Pagamento e Incentivo por Serviços Ambientais** e a estruturação de um **Sistema Estadual de Salvaguardas Socioambientais,** que já passou por avanços iniciais com a incorporação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais nos processos de apropriação e de construção de sua estrutura.

Visando garantir ao Estado do Pará bases para uma política de clima mais robusta, é prioridade o estabelecimento de um **Sistema Estadual Jurisdicional de REDD+** que permita o acesso a pagamentos por resultados e o mercado voluntário.

Embora o compromisso de estabelecer um novo modelo de desenvolvimento social, econômico e ambiental tenha sido assumido nos últimos dois anos, o êxito do Plano Amazônia Agora no longo prazo e de suas iniciativas de combate ao desmatamento e de potencializar a bioeconomia perpassa, em boa medida, pela concretização de alguns pressupostos, entre os quais dar força de lei ao PEAA, para que este seja compreendido como uma Política de Estado e engajar a sociedade civil e o empresariado em todos os níveis, considerando que a questão climática não se limita a um desafio ambiental, é **uma "virada de chave"** na forma do homem se relacionar com a natureza e promover o desenvolvimento social e econômico com a floresta em pé.

12. Lei nº 9.312/2021 – Institui o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB). Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/88698.pdf.

13. Conferir em: https://www.amazoniaagora.pa.gov.br/race-to-zero/; https://unfccc-int.translate.goog/climate-action/race-to-zero-campaign?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc.

14. Conferir em: https://leafcoalition.org/pt-pt/

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

OBJETIVO 1

ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

Neste capítulo, serão apresentadas as contribuições do governo estadual para o alcance das metas do ODS 1, que objetiva acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, erradicando a pobreza extrema, reduzindo pela metade a população em situação de pobreza, monetária e não monetária, além de assegurar para todos, principalmente pobres e vulneráveis, o acesso ao sistema de proteção social, e garantir serviços de infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, além de segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

O ODS 1 é composto de sete metas, sendo cinco finalísticas e duas de implementação.

Entre as estratégias para o alcance das metas está a busca de fontes de financiamento para implementação de políticas públicas, além de iniciativas que visam fortalecer marcos políticos e institucionais para a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.

AS CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO DO PARÁ PARA O ODS 1 ESTÃO PAUTADAS NA GERAÇÃO DE RENDA, PROTEÇÃO SOCIAL E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS, COM PRIORIDADE AOS MAIS VULNERÁVEIS.

ESTA É UMA OBRA HISTÓRICA QUE SOLUCIONA UM DOS MAIORES E MAIS GRAVES PROBLEMAS DA NOSSA CAPITAL.

Helder Barbalho, Governador do Pará.

MACRODRENAGEM DA
BACIA DO TUCUNDUBA

As obras do projeto englobam a retificação do igarapé, o sistema de abastecimento de água, o sistema viário e os serviços de drenagem, de esgoto e água, de conformação do talude do canal, além da construção de pontes e passarelas

CONJUNTO RESIDENCIAL

RIACHO DOCE

Conjuntos residenciais Riacho Doce II e III, localizados no bairro do Guamá, em Belém. As unidades habitacionais foram entregues para as famílias que foram remanejadas durante o andamento das obras de macrodrenagem na bacia do Tucunduba.

MINHA CASA ERA DE MADEIRA E SEMPRE ALAGAVA QUANDO CHOVIA. PASSAMOS 16 ANOS ESPERANDO ESSE MOMENTO. HOJE RECEBI O APARTAMENTO MOBILIADO, AO LADO DE MINHAS FILHAS E NETOS.

Maria de Jesus dos Santos Galiza, moradora.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 1.1.

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC $ 3,20 per capita por dia.

META 1.2.

Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

META 1.3.

Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

META 1.A.

Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza.

META 1.4.

Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

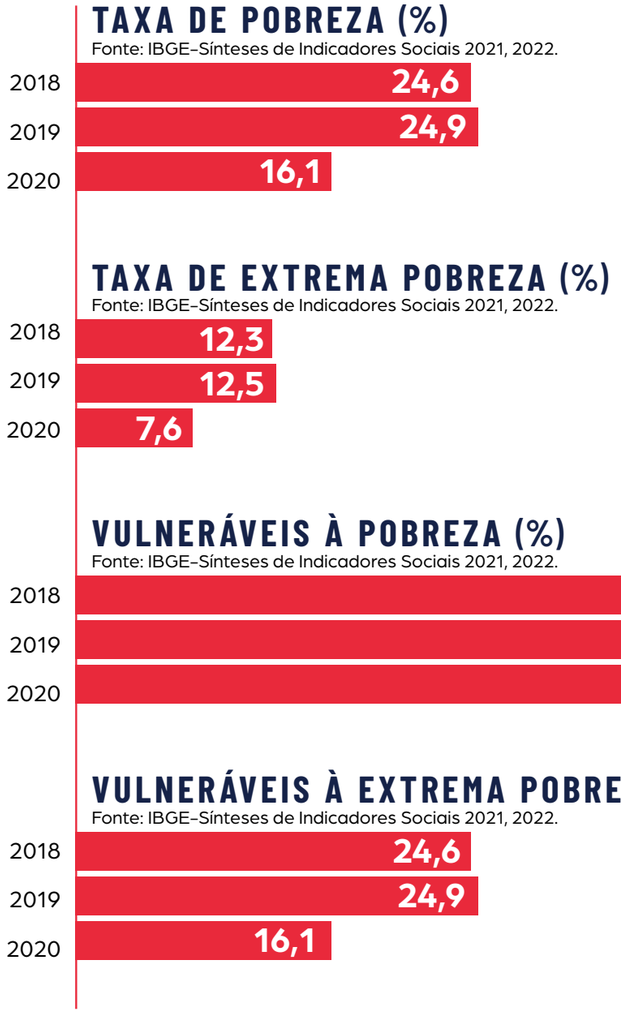
META 1.5.

Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

META 1.B.

Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.

ONDE ESTAMOS



Nota:
Taxa de Pobreza: proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US$ 3,2 PPC 2011 (Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R$1,66 para US$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes). **Taxa de Extrema Pobreza**: proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US$ 1,9 PPC 2011(Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R$1,66 para US$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.) **Taxa de Vulneráveis à Pobreza:** proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita de até ½ salário mínimo (R$522,50). **Taxa de Vulneráveis à Extrema Pobreza:** proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita de até ¼ de salário mínimo (R$261,25).

O QUE FIZEMOS

Com o intuito de contribuir com a **meta 1.1 e a meta 1.2 (monetária)**, sobretudo no que diz respeito à **geração de renda para a população mais vulnerável do estado**, o governo estadual promoveu iniciativas de assistência técnica e extensão rural e fomento a atividades produtivas, em territórios com baixa dinâmica econômica.

ESSAS INICIATIVAS VISAM PROMOVER A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR, GERAÇÃO DE RENDA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL, DIVERSIFICAÇÃO AGROPECUÁRIA, INCLUSÃO SOCIAL E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

Em 2021, foram realizados **30.191 atendimentos a produtores familiares rurais** nas 12 regiões de integração, com doação de sementes, adubo, fertilizante, máquinas e equipamentos e políticas voltadas à comercialização, com a realização de feiras e eventos que aproximem o produtor ao consumidor, aumentando a produção e a comercialização direta na agricultura familiar, e consequentemente uma maior geração de renda para essas famílias.

Destacam-se dois programas de apoio financeiro com impacto direto às contas de consumo de famílias inscritas no Bolsa Família. O **Programa Água Pará** prevê o custeio do consumo de água a famílias que registraram consumo médio mensal de até 20m³, durante um período de dois anos. Em 2021, o Programa quitou as contas de aproximadamente 145 mil famílias, com investimento de R$7,1 milhões.

O **Programa Tarifa Social de Energia Elétrica**, uma parceria do Estado com a Empresa Equatorial, viabilizou descontos de 10% a 65% na tarifa da conta de luz, e beneficiou 348 mil famílias.

Ainda no contexto da **política de assistência social**, ressaltam-se mais duas iniciativas utilizadas na estratégia de enfrentamento da pobreza e inclusão social, contribuindo com as **metas 1.1 e 1.2** monetária. Trata-se do **Benefício Estadual de Pessoas Acometidas pela Hanseníase (BEPAH)**, que, em 2021, atendeu 1.920 pessoas, em 109 municípios paraenses, somando R$20,7 milhões;

PROGRAMA
ÁGUA PARÁ

Programa garante quitação da fatura mensal para até 20 mil litros de água consumida por família. Estimativa da Cosanpa é de que cerca de 580 mil pessoas foram alcançadas pelo Programa.

DA PANDEMIA PARA CÁ, O NEGÓCIO COMPLICOU BASTANTE. ISSO QUE AJUDOU A GENTE POR ESSES TEMPOS.

Emanuele Ramos é manicure e beneficiária do Água Pará, do Renda Pará e do Auxílio Brasil.

e do **Benefício Eventual** que garantiu atendimento socioassistencial e a concessão do valor de um salário mínimo para famílias em situação de vulnerabilidade social, mediante situações de emergências e sinistros.

Em 2021, este benefício disponibilizou recurso estadual no valor de R$334 mil para atendimento de 104 famílias residentes em Belém, capital, de acordo com a Lei nº 8.742/1993.

Relativamente à **meta 1.2**, no que diz respeito à **pobreza não monetária**, e à **meta 1.4,** que trata de **violações de direitos básicos**, o governo estadual possui ações, programas intersetoriais importantes nas áreas de cultura, educação e habitação.

A cultura contribui para a sociabilidade e à identidade de um povo, uma vez que estimula a criatividade, inclusão e o bem-estar social. Nesse sentido, destaca-se, em 2021, a realização de eventos com ênfase nas manifestações populares, que **envolveram 44.249 pessoas** subdividindo-se em alguns **projetos socioculturais**, como: Preamar Cabano; Preamar Junino; Preamar da Cultura Popular; Preamar Verão; Preamar Criatividade; Preamar da Consciência Negra; Preamar da Paz.

Na área da **educação superior,** a interação entre a universidade e as populações mais pobres ganham maior importância, sobretudo, no que diz respeito às iniciativas que contribuem para o alcance da **meta 1.2 não monetária e meta 1.4**.

BENEFÍCIO EVENTUAL

Equipes da Seaster e Cohab conversam com as famílias atingidas e orientam para acesso a programas e benefícios.

PREAMAR JUNINO

A quadrilha Cheiro Verde, uma das contempladas pela Lei Aldir Blanc, se prepara para se apresentar em Oeiras do Pará (foto maior) e os pássaros juninos são uma das manifestações da cultura popular mais significativas da quadra junina (foto menor).

Nesse sentido, cabe destacar o projeto **"UEPA Para Todas as Comunidades"**, ação socioeducativa que visa: (1) atender a população com serviços diretos e básicos; (2) a promoção de ações de cunho social e educativo; (3) agregar ações dos vários Centros e Campi da Universidade do Estado do Pará (UEPA). O projeto oferece às populações locais serviços essenciais de Saúde, Tecnologia, Educação, Lazer, Informação, Assistência Social e Cidadania, conta com docentes e discentes voluntários. Em 2021, foram **atendidas 980 pessoas** em Belém, em duas edições do projeto.

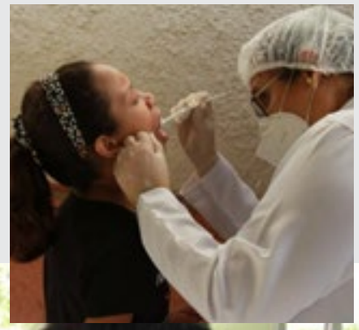
Com relação às políticas habitacionais, que contribuem para o alcance da **meta 1.2 não monetária e meta 1.4**, cabe destacar a **oferta de unidades habitacionais, regularização fundiária urbana e urbanização de assentamentos precários**.

ESTAR AQUI É UMA FORMA DE EU COLOCAR EM PRÁTICA O QUE EU APRENDI, ALÉM DE ENTRAR EM CONTATO COM A REALIDADE DA COMUNIDADE.

Tales Ricardo de Sousa,
discente do décimo semestre de Medicina.

UEPA PARA TODAS AS COMUNIDADES

Docente da Uepa realizando atendimento odontológico em adolescente, e Reitor da Uepa, Clay Chagas, e a deputada estadual Dra. Heloísa Vilhena conversando com os voluntários.



No tocante à oferta de unidades habitacionais à população de baixa renda, em 2021, foram **construídas 368**, distribuídas na capital, **beneficiando cerca de 1.800 pessoas**.

A construção integra o projeto **Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba**, em Belém, que impacta diretamente os populosos bairros da capital, garantindo, além de saneamento básico e mobilidade urbana, moradia digna para famílias que precisaram ser remanejadas por conta das intervenções na área, ou são cadastradas em programas de assistência habitacional do governo.

Nesse exercício, já foram entregues 97 apartamentos; os demais serão entregues aos moradores ao longo de 2022.

A regularização fundiária urbana é outra iniciativa governamental que contribui para o alcance da **meta 1.2 não monetária e 1.4**, uma vez que visa incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e garantir imóvel legalizado para famílias de baixa renda.

Em 2021, foram regularizados 943 imóveis, sendo que 74% atenderam à comunidade Jaderlândia, no município de Castanhal, na Região Guamá, e 26%, no Núcleo Urbano Liberdade, no município de Marabá, na Região Carajás.

UNIDADES HABITACIONAIS NO CONJUNTO RIACHO DOCE

Os conjuntos Riacho Doce I e II têm 97 unidades habitacionais, no bairro da Terra Firme.

Quanto à contribuição para o alcance das **metas 1.4 e 1.5,** a urbanização de assentamentos precários e subnormais, incluída no âmbito da política habitacional de interesse social, tem por objetivo realizar atividades conjuntas de habitação, saneamento básico e inclusão social, em núcleos urbanos informais, com serviços de infraestrutura, construção, implantação de equipamentos comunitários e melhoria das habitações.

Os projetos executados fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e estão localizados nos municípios de Ananindeua, Belém e Castanhal. Em 2021, foram atendidos 824 domicílios, sendo 162 em Ananindeua, 36 em Belém e 626 em Castanhal.

No que diz respeito ao alcance da **meta 1.3,** que trata do acesso ao sistema de proteção social por pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade, o Governo do Estado investiu R$11 milhões, em 2021, na ampliação dos serviços de Proteção Social de Alta Complexidade do SUAS, com a implantação de quatro unidades de acolhimento emergencial, em Belém, tendo atendido 362 pessoas e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Destacam-se as Unidades Estaduais de Acolhimento Provisório, alinhadas à **meta 1.3**, que prestam importantes serviços, para pessoas em situação de risco de morte ou graves ameaças resultantes de violência doméstica ou familiar, garantindo segurança e o exercício dos direitos de cidadania, de modo a contribuir para o resgate e fortalecimento da autoestima dessas pessoas, bem como o acesso à rede de serviços públicos. Em 2021, foram atendidas 202 mulheres e seus filhos nas situações citadas, nos municípios de Altamira, Belém, Marabá e Santarém.

Importantes também na contribuição para o alcance da **meta 1.3** são as ações de acolhimento institucional que asseguram habitabilidade, acessibilidade e segurança.

Em 2021, destacam-se duas unidades de longa permanência – **Lar da Providência e o Nosso Lar Socorro Gabriel**, que **atenderam 84 idosos** de ambos os sexos, que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, sem condições de prover sua própria subsistência, na segurança alimentar, nos cuidados com a saúde e de convivência social.

Outra contribuição à **meta 1.3:** o Governo do Pará, mediante uma demanda da sociedade paraense, implantou a **Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA),** instituída pela Lei nº 9.061/2020. Em 2021, o **Núcleo de Atendimento do Transtorno de Espectro Autista (Natea),** vinculado ao **Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR),** atendeu aproximadamente 7.000 pessoas.

Também foram emitidas **Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno Autista (Ciptea),** que contribuíram para o avanço do acesso dos usuários à rede de serviços públicos e privados, além de colaborar para a organização de dados referentes ao número de pessoas com autismo no Pará.

Destaca-se ainda a capacitação sobre a política de atenção ao autista, em parceria com a **Escola de Governança Pública do Estado do Pará**, por meio do **Projeto "Capacitar para Incluir".** A iniciativa abrange 14 municípios, envolvendo as 12 Regiões de Integração, oferecendo **capacitação para cerca de 500 servidores** atuantes na gestão e atendimento dos serviços.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Durante o ano de 2021, o Governo do Estado investiu recursos financeiros importantes em diversas iniciativas que contribuem para o alcance das **metas 1.5 e 1.a**, como os programas estaduais de transferência de renda **"Renda Pará"** e **"Vale Gás",** além do programa municipal **"Bora Belém",** executado em parceria com a Prefeitura de Belém. Estes programas objetivam reduzir a vulnerabilidade das famílias pobres ante aos impactos sociais e econômicos de eventos extremos, como a Pandemia Covid-19.

O **Renda Pará** é um benefício social que já repassou cerca **de R$159 milhões** à população, em várias configurações, descritas a seguir:

RENDA PARÁ 100

Atendeu 736.132 famílias cadastradas no CadÚnico e inseridas no Programa Bolsa Família com parcela única de R$100, nos 144 municípios do Estado.

RENDA PARÁ 400

Repasse de 02 parcelas no valor de R$200 a 10.478 cidadãos que trabalham como catadores de materiais recicláveis, guardadores de veículos, feirantes e ambulantes residentes nos 21 municípios em classificação de risco máximo na Pandemia Covid-19, e por isso decretaram Lockdown, conforme Decreto Estadual 1.392 de 19/03/2021.

RENDA PARÁ 500

Repasse de parcela única no valor de R$500 a 125 mil pessoas pertencentes a 20 categorias profissionais tais como: Garçom, Barbeiro, Cabeleireiro, Maquiador, Manicure, Esteticista, Educador físico, Guias de turismo, Instalador de som em aparelhagens, DJ, Assistente de palco, Operador de áudio, Técnico de iluminação, músico intérprete, Taxistas, Motoristas de aplicativos, Motoristas de van escolar, Mototaxistas, Motoristas de van e Motofretista, nos 144 municípios do Estado.

RENDA PARÁ CASTANHEIROS

Concessão de auxílio no valor de R$500 para 447 catadores de castanha da Floresta Estadual de Trombetas, inscritos no Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado Pará (Ideflor-Bio), e objetivava amenizar o impacto na renda dos catadores que foram proibidos de trabalhar na floresta para não gerar risco de contágio aos indígenas.

Com relação ao **Programa Bora Belém,** trata-se de benefício social viabilizado por meio de Convênio entre o município de Belém, via Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), e o Estado, via Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), tendo repassado cerca de **R$20 milhões** para aproximadamente **7 mil famílias de Belém** cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

PROGRAMAS SOCIAIS
BORA BELÉM
E RENDA PARÁ E

Beneficiários do Programa Bora Belém e do Programa Extraordinário Renda Pará.

O **Programa Vale Gás**, Lei nº 9.318 de 23/09/2021, é um programa extraordinário de transferência de renda para diminuir o impacto do aumento do preço do Gás Liquefeito de Petróleo em botijões de 13kg a famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade. Em 2021, foram repassados **R$15 milhões** que contemplaram **98 mil famílias** em duas cotas de R$100, na forma de crédito liberado pelo Banco do Estado do Pará (Banpará).

Ressalta-se a contribuição do **Cofinanciamento Estadual e Federal** à **meta 1.a**, visto que garantiram os recursos aos municípios para a continuidade e a universalização dos serviços de proteção social prestados à população.

ESSES BENEFÍCIOS ASSEGURARAM A SUBSISTÊNCIA, AUTONOMIA E DIGNIDADE DE FAMÍLIAS PARAENSES, QUE VIVEM NA POBREZA OU ABAIXO DA LINHA DA POBREZA, IMPACTADAS SOCIAL E ECONOMICAMENTE PELA PANDEMIA DA COVID-19 OU POR TRAGÉDIAS E DOENÇAS, CIRCUNSTÂNCIAS QUE IMPOSSIBILITAM A MANUTENÇÃO DE SEU PRÓPRIO SUSTENTO.

No tocante à **meta 1.b**, que busca o fortalecimento de marcos políticos e institucionais para garantir a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza, cabe ressaltar que o Governo do Pará, no exercício 2021, reiterou seu compromisso em avançar nos esforços institucionais e de governança.

Dando continuidade à parceria com o ***Movimento Voluntary Local Review,*** foi entregue o **"Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Pará 2021"** à Prefeitura de Nova York e à ONU, durante a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Esse relatório cumpriu a missão de publicar as ações e iniciativas realizadas nos anos de 2019 e 2020, por meio dos planos estratégicos e instrumentos de gestão, integrantes de políticas públicas e legislações, que se alinham e contribuem com os 17 ODS, de modo que foi possível demonstrar contribuições a 106 das 169 metas dos ODS, no período nele analisado.

Outra iniciativa mantida pelo Governo do Pará é o estabelecimento de metas de melhorias dos indicadores que compõem o **Mapa de Exclusão Social do Pará,** instituído pela Lei nº 6.836/2006 e alterada pela Lei nº 8.327/2015, cujas metas foram publicadas no Plano Plurianual do Estado do Pará – PPA 2020-2023.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO 2

ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.

O **ODS 2** pretende acabar com todas as formas de fome e a desnutrição, de forma a garantir que todas as pessoas, especialmente crianças e idosos, tenham acesso a alimentos seguros e nutritivos. É composto de oito metas, sendo cinco finalísticas e três de implementação.

Em 2021, o Governo do Estado realizou projetos e atividades que contribuíram para as metas do ODS 2, mesmo àquelas que nem todos os seus aspectos anunciados foram atingidos, mas que a gestão estadual pretende alcançar ao longo do tempo.

SÃO ENTREGAS QUE, EM SUA GRANDE MAIORIA, FOMENTAM O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E VIABILIZAM O ACESSO DE PESSOAS, PRINCIPALMENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, A ALIMENTOS SEGUROS E SAUDÁVEIS.

As metas nacionais referentes aos ODS 2, as quais observou-se contribuição no exercício de 2021, são apresentadas a seguir.

CULTIVO HORTALIÇAS E FRUTAS. TENHO MUITO ORGULHO DE NÃO USAR AGROTÓXICOS E TAMBÉM NÃO AGREDIR A NATUREZA.

Ivony Cardoso, agricultora familiar da Comunidade São José, no município de Benfica.

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Por meio do Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater), com processos alternativos de produção, a Emater incentiva, em todos os 144 municípios onde atua, o não uso de agrotóxicos, a compostagem e a produção de adubos orgânicos, garantindo, assim, alimentos mais saudáveis.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 2.1.

Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.

META 2.3.

Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: I) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; II) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; III) a linhas de crédito específicas; IV) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; V) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e VI) a oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.

META 2.4.

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.

META 2.A.

Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.

META 2.C.

Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

ONDE ESTAMOS

CULTURAS COM MAIOR QUANTIDADE PRODUZIDA NO PARÁ

ABACAXI
1º no ranking nacional (2020).
357 milhões de frutos produzidos.
Evolução de 14,45% em comparação com 2019.

AÇAÍ
1º no ranking nacional (2020).
1.389.941 toneladas produzidas.
Evolução de 5,29% em comparação com 2019.

CACAU
1º no ranking nacional (2020).
144.682 toneladas produzidas.
Evolução de 12,19% em comparação com 2019.

DENDÊ
1º no ranking nacional (2020).
2.829.443 toneladas produzidas.
Evolução de 11,23% em comparação com 2019.

MANDIOCA
1º no ranking nacional (2020).
3.813.369 toneladas produzidas.
Evolução de 2,75% em comparação com 2019.

Fonte: IBGE–PAM, 2022.

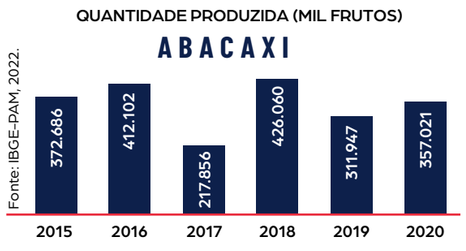
OUTROS DESTAQUES DAS CULTURAS PRODUZIDAS NO PARÁ

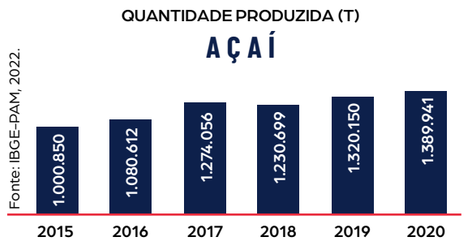
PIMENTA-DO-REINO
2º no ranking nacional (2020).
36.156 toneladas produzidas.
Evolução de 1,78% em comparação com 2019.

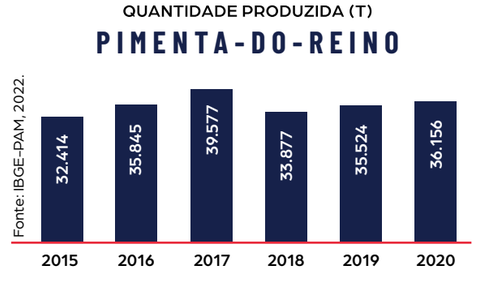
LIMÃO
2º no ranking nacional (2020).
159.588 toneladas produzidas.
Evolução de 52,10% em comparação com 2019.

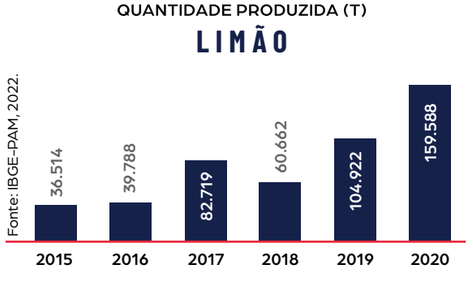
COCO-DA-BAÍA
3º no ranking nacional (2020).
189.611 toneladas produzidas.
Evolução de 8,29% em comparação com 2019.

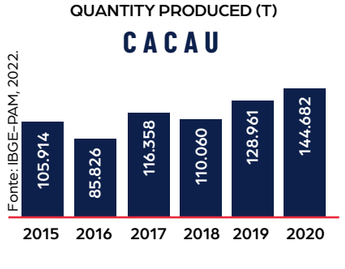
LARANJA
5º no ranking nacional (2020).
87.570 toneladas produzidas.
Evolução de 19,46% em comparação com 2019.

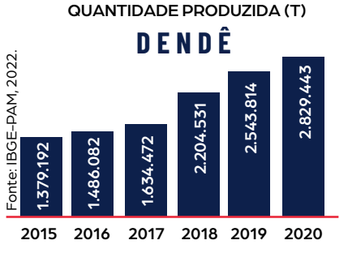


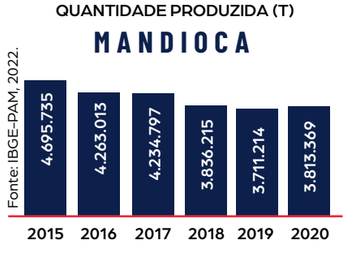


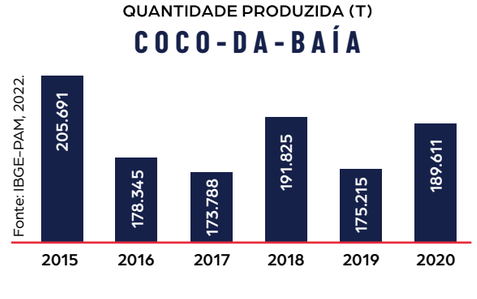


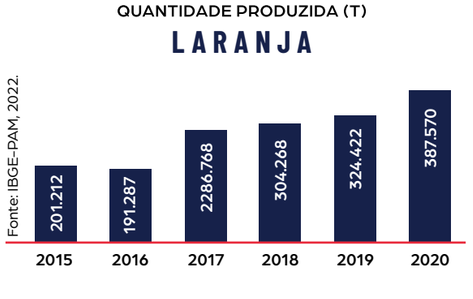












DESTAQUE DA PRODUÇÃO DE GRÃOS

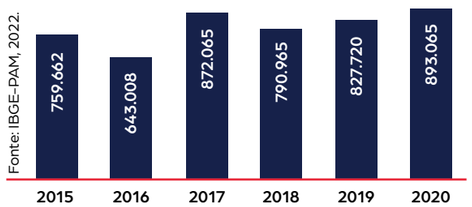
ARROZ
112.470 toneladas produzidas.
Evolução de 19,01% em comparação com 2019.

FEIJÃO
19.891 toneladas produzidas
Evolução de –4,75% em comparação com 2019.

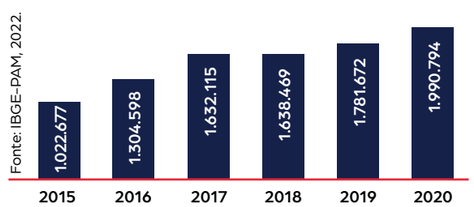
MILHO
893.065 toneladas produzidas
Evolução de 7,89% em comparação com 2019.

SOJA
1.990.794 toneladas produzidas
Evolução de 11,74% em comparação com 2019.

QUANTIDADE PRODUZIDA (T)
MILHO (EM GRÃOS)



QUANTIDADE PRODUZIDA (T)
SOJA (EM GRÃOS)

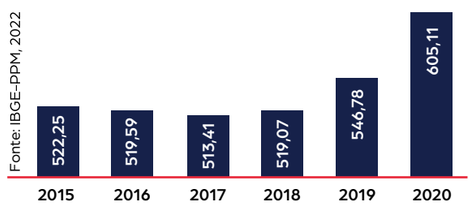


PECUÁRIA - REBANHOS

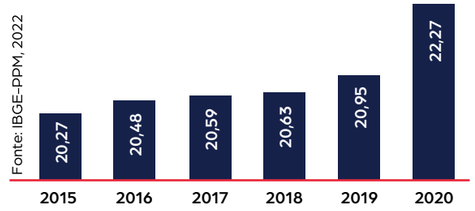
REBANHO BOVINO
22,27 milhões de cabeças.
Evolução de 6,27% em comparação com 2019.

REBANHO BUBALINO
605,11 mil cabeças
Evolução de 10,67% em comparação com 2019.

QUANTIDADE DE REBANHO (MIL CABEÇAS)
BUBALINO

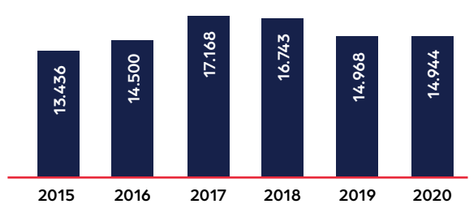


QUANTIDADE DE REBANHO (MILHÕES DE CABEÇAS)
BOVINO



VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA

VALOR ADICIONADO (EM MILHÕES) / 2014 - 2019
AGROPECUÁRIA



Fonte: IBGE-Contas Regionais, 2022

O QUE FIZEMOS

O fortalecimento da agricultura sustentável e o acesso a alimentos saudáveis direcionam a elaboração de políticas de segurança alimentar e nutricional, vigilância sanitária animal e vegetal.

No tocante à **meta 2.1** – *erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros* – as ações governamentais contribuíram ao seu alcance, em 2021, com as seguintes realizações:

AGRICULTURA FAMILIAR

Apoio técnico a 100 municípios, das 12 Regiões de Integração, para o fortalecimento da produção advinda da agricultura familiar.

INCENTIVO A AÇÕES

Fortalecimento de segurança alimentar e nutricional, possibilitando renda a 1.828 famílias de agricultores e promovendo a inclusão socioprodutiva desses agricultores.

FORMAÇÃO DOS COORDENADORES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS-PAA

VACINAÇÃO DE BOVINOS NO PARÁ

em propriedades rurais no Estado. A média anual de bovídeos vacinados correspondeu a 21.900.000 animais.

QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Treinamento aos profissionais que atuam no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assim ampliando conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho da gestão das ações socioeducativas e de segurança alimentar e nutricional.

CAPACITAÇÃO DOS ENTREVISTADORES E DIGITADORES DO CADÚNICO

Para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o tema "Trilhas Formativas".

Além disso, em cumprimento ao **Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa (Peefa),** o Pará atingiu uma cobertura vacinal recorde de 99% do efetivo da pecuária nas propriedades rurais alcançadas.

O Estado é um dos principais produtores de *citrus* do país, marca atingida com a ausência das principais pragas e doenças tão comuns no cultivo, destacando a **erradicação da praga Mosca da Carambola,** potencialmente prejudicial à fruticultura paraense. Nesse segmento, foram inspecionadas 39.347 propriedades rurais, nos 144 municípios, com a implantação de procedimentos de desinfecção para maquinários agrícolas, contribuindo com uma alimentação cada vez mais segura e saudável e impactando, assim, a **meta 2.1.**

Em dados gerais, os resultados positivos do Pará nos setores da agricultura e da pecuária, com contribuições ao atingimento da **meta 2.1**, foram, em parte, em consequência de **82.677 inspeções e fiscalizações,** em propriedades rurais, nos 144 municípios paraenses, quanto ao trânsito agropecuário de cargas, e revendas de insumos agropecuários, dentre outros.

E, na área de educação sanitária, com ações de orientações de boas práticas de produção, descartes, transporte adequado, em **1.792 eventos** (Adepará na escola, Participação em Feiras Agropecuárias, Reuniões com Associações de Produtores, etc.), atingindo um **público de 160.030 pessoas.**

INSPEÇÃO DE CULTURAS AGRÍCOLAS

de controle e proteção de pragas e doenças na produção agropecuária nos 144 municípios.

AÇÕES DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

para implantação de culturas anuais e permanentes, beneficiando 2.873 produtores e agricultores, de 5 regiões de integração.

Ressalta-se, ainda, a capacitação de equipes técnicas estaduais, por meio do **Centro de Treinamento do Instituto de Cultivo Tropicales (ICT),** em Tarapoto, Perdevido, no Peru, sobre proteção de possível introdução de pragas no estado e garantia de alimentos seguros. Outra capacitação importante foi sobre fiscalização do comércio e uso correto de agrotóxicos, integrado ao **Projeto Funcacau**. Foram capacitados 52 técnicos e 375 agricultores familiares dos municípios de Altamira, Anapu, Novo Repartimento, Pacajá e Tucumã, Região de Integração Xingu.

O projeto **Banco de Alimentos,** que faz articulação entre permissionários e entidades devidamente cadastradas junto à **Central de Abastecimento do Pará (Ceasa)**, recebem doação de alimentos perecíveis, tendo o compromisso de realizar a logística

para retirada de alimentos e distribuição para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2021, foram **beneficiadas 6 mil pessoas, envolvendo 1.126 permissionários.**

A **meta 2.3** – *aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais* – recebeu contribuições do governo estadual, por meio de ações e entregas, conforme a seguir.

O Governo do Estado atua potencializando **ações de mecanização agrícola,** fundamentais para o crescimento exponencial do setor. Em 2021, o Pará alcançou 2.119,5 hectares de área para implantação de culturas anuais e permanentes, **beneficiando 1.763 produtores** e agricultores nas regiões: Baixo Amazonas, Guamá, Marajó, Tapajós, Tocantins e Xingu. Foram entregues também **434 equipamentos,** entre tratores agrícolas, microtratores, grades aradoras e niveladoras, carretas agrícolas, retroescavadeiras, roçadeiras motoniveladoras, rolos compactadores, coletores de lixo, casas de farinha, barracas de lona para feiras e eventos e projetores de multimídia.

Em 2021, foram investidos **R$71,77 milhões em ações de apoio à agricultura familiar,** contribuindo para o alcance da **meta 2.3**. Foram **31.375 beneficiários,** localizados em 137 dos 144 municípios, dos quais 18.526 eram pequenos produtores e 11.568 agricultores familiares, atendidos com kits de sementes de hortaliças, mudas de açaí e citrus e bananeiras in vitro; e 1.281 piscicultores/pescadores para os quais foram distribuídos alevinos.

Alunos matriculados na rede de ensino estadual, de 16 municípios não conveniados, receberam merenda escolar diretamente do Governo do Estado. Para atender essa demanda, foi realizada chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais, como orienta o PNAE, contribuindo, também, para o alcance da **meta 2.3.**

Com o objetivo de *garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar*, **meta 2.4**, são apresentadas as ações e entregas que potencializam o alcance da meta.

Ações e entregas que potencializam o alcance da **meta 2.4** – *garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural* – foram efetuadas, em 2021.

Uma delas é a **classificação de grãos**, importante trabalho na defesa do consumidor, pois a coleta de amostras para análise garante produtos de qualidade nas prateleiras dos supermercados. Foi submetido um volume de **52.221 toneladas de grãos,** envolvendo os principais grãos de consumo, como arroz e feijão.

Além disso, a gestão estadual priorizou as principais cadeias produtivas, realizando **68.785 atendimentos** para prestação de serviços de assistência técnica e rural, que correspondem aos seguintes produtos: Cadastros Ambientais Rurais – 7.386 cadastros; Emissão de 13.659 Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Efetivação de 1.867 projetos de Crédito Rural contratados, no valor de R$86 milhões.

Seguindo com as ações que contribuem para alcance da **meta 2.4,** na aldeia indígena Anambé, situada em Moju, Região Tocantins, **76 famílias receberam capacitação,**

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

Ações de coleta de amostras de produtos para posterior análise e validação de classificação.

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Participantes da região sudeste, em reunião promovida no município de Xinguara, e produtor rural atendido pelo TS279, em São Félix do Xingu.

com o objetivo do melhoramento da produção e qualidade da farinha, visando à tecnologia de cultivo e processamento, sendo que essa atividade é a fonte principal dessas famílias.

O **Programa Territórios Sustentáveis (TS)**, que objetiva implementar na região amazônica uma gestão integrada, com base em uma economia diversificada e participação social efetiva, segundo cinco eixos – Gestão Pública, Gestão Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Capital Social e Quilombola – garantiu resultados satisfatórios em quatro municípios paraenses (São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte e Tucumã).

Destacam-se os seguintes:

- 342 inscrições no programa;
- 15.499,66 hectares inscritos;
- 291 CAR validados;
- 116 títulos de terra entregues;
- 11 capacitações para os técnicos que atuam no TS;
- 132 famílias capacitadas na área de abrangência do TS279 (Rodovia PA-279);
- 35 viveiros de mudas implantados;
- 3 certificações de agroindústria de polpa de frutas;
- 79 Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF/DAP);
- 16 Planos de Recuperação Ambiental (PRADA) elaborados;
- 8 Unidades Demonstrativas de Sistemas Agroflorestais implantadas;
- 3 projetos de financiamento aprovados pelo BANPARÁ-Bio. (Dois para Sistemas Agroflorestais – SAF, otimizando o uso da terra conciliando preservação ambiental com a produção de alimentos – cacau, e, um para piscicultura para criação de tilápia e tambaqui).

O Governo do Pará realizou, também, **ações de capacitação.** Foram **40 cursos,** os quais resultaram em **600 agricultores familiares capacitados** em Manejo de Açaizal Nativo de Baixo Impacto, nas Regiões de Integração Marajó (municípios

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

48.012 agricultores familiares atendidos e 85 capacitações, beneficiando 1.035 agricultores, produtores, pescadores e aquicultores em 30 municípios de 11 regiões de integração.

COP26

Governo do Pará participando da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), em Glasgow, na Escócia.

de Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista) e Tocantins (municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia).

Outra contribuição para a **meta 2.4** deu-se por meio de programas e incentivos estaduais que atenderam **11.838 agricultores familiares.** Somadas à realização das capacitações, as iniciativas beneficiaram agricultores, produtores, pescadores e aquicultores nas 12 Regiões de Integração e 91 municípios.

Destacam-se ainda, em 2021, os **1.330 hectares plantados, beneficiando 890 produtores rurais familiares**, que receberam 2 milhões de sementes de Açaí, Cacau, Cupuaçu, Pupunha, Muruci, Paricá, Andiroba, Cumaru, Maranhoto e outras, além de ter produzido cerca de 1,8 milhão de mudas agroflorestais, o que contribuiu para a redução do passivo ambiental e para a ampliação da renda familiar das comunidades envolvidas.

Com o objetivo de *aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais*, a seguir são apresentadas as ações e entregas que potencializaram o alcance da **meta 2.a.**

O Pará chegou à **COP 26** (Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021) na condição de **primeiro estado brasileiro a elaborar uma estratégia estadual de Bioeconomia** (Decreto nº 1.943/2021), e anunciou investimentos no valor de **R$472 milhões** para a Bioeconomia, sendo R$400 milhões voltados ao financiamento de pequenos produtores rurais, agroindústrias e comunidades tradicionais, e R$72 milhões à criação do **Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia,** para investimentos em pesquisas e estímulo para novas ações, contemplando três eixos: 1. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 2. Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado e 3. Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis.

Para a garantia de resultados efetivos quanto à oferta descentralizada dos serviços agropecuários e agricultura familiar, o Governo investe nas estruturas físicas e condições operacionais das **Unidades de Assistência Técnica (ATER),** bem como nos laboratórios direcionados à aprendizagem produtiva. Foram investidos **R$694 mil** na reforma da **Unidade Didática**

PROCESSAMENTO DE ABACAXI

Doação de equipamentos para mecanização da fábrica de processamento, em Salvaterra.

e implantação do Laboratório de Solos, em Bragança, Região Rio Caeté, assim garantindo o acesso dos produtores ao conhecimento técnico e tecnológico

Destaca-se ainda, como contribuição à **meta 2.a**, o repasse de **25 equipamentos agrícolas** à produção de alimentos e veículos que beneficiaram e incrementaram o processo produtivo de **1.220 agricultores familiares** dos municípios de Santa Maria das Barreiras, Augusto Corrêa, Barcarena, Ipixuna do Pará, Ourém, Paragominas e Tailândia.

Em Belém, foram entregues **equipamentos para feirantes** dos principais mercados da cidade (Ver-o-Peso, Guamá, Pedreira e da "Feira da 25"), contemplando mais de 500 profissionais beneficiados.

Em contribuição à **meta 2.c**, atuou na promoção da comercialização agrícola por meio do apoio e a realização de eventos para exposição e venda dos produtos agrícolas, como as feiras de agricultura familiar. No ano de 2021, foram realizados **15 eventos estaduais, e 3 participações nacionais e internacionais**.

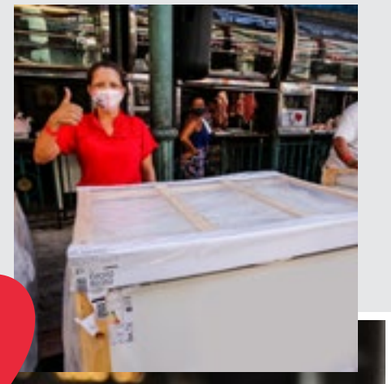
O projeto **Empório Sustentável** constitui-se uma alternativa de comercialização direta de produtos e, consequentemente, contribuiu para a melhoria na renda das famílias. Fomentou a multiplicação de técnicas artesanais e empreendedoras a 130 produtores familiares cadastrados, comercializando mel e derivados, hortaliças, plantas ornamentais, acessórios de casa, entre outros produtos de 46 expositores.

Destaca-se também, na realização de eventos, a **52ª Exposição Feira Agropecuária de Castanhal (Expofac),** reunindo em torno de **50 mil visitantes e 40 expositores locais e municípios vizinhos,** com comercialização direta ao consumidor e realização de palestras setoriais.

> *NÃO HÁ NADA MAIS SATISFATÓRIO DO QUE ESTENDER A MÃO A QUEM TRABALHA E ESSE MOMENTO É DE VALORIZAÇÃO A ESSES TRABALHADORES QUE NO DIA A DIA ALIMENTAM A NOSSA MESA.*
>
> Geovanni Queiroz, secretário interino da Sedap.

EQUIPAMENTOS PARA FEIRANTES

Mais de 500 profissionais beneficiados com freezer, panelas, fogões, suqueiras, entre outros produtos.



RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

SAÚDE E BEM-ESTAR

OBJETIVO 3

ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODAS E TODOS, EM TODAS AS IDADES.

O ODS 3, item deste capítulo, busca assegurar uma vida saudável e a promoção do bem-estar para a população, por meio da redução da mortalidade materna e infantil, e um adequado planejamento reprodutivo; erradicar as principais doenças transmissíveis; reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e por acidentes de trânsito; ampliar os estudos e pesquisas e incrementar os investimentos na área de saúde; além de reforçar os alertas precoces a qualquer risco à saúde da população, assegurando o acesso universal ao SUS, entre outras abordagens.

É composto de 13 metas, sendo sete finalísticas e seis de implementação.

NO ANO DE 2021, O GOVERNO DO PARÁ CONTINUOU DESENVOLVENDO O CONJUNTO DE AÇÕES PREVISTAS NA POLÍTICA DE SAÚDE, COM INTUITO DE GARANTIR SAÚDE E BEM-ESTAR À POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO PARAENSE, CONDIÇÕES INTRÍNSECAS AO ALCANCE DAS METAS DO ODS 3.

Serão apresentadas, a seguir, as metas nacionais e as ações estaduais que, em alguns aspectos, contribuirão para sua concretização.

ACOMPANHAMOS A EFICIÊNCIA DA POLICLÍNICA METROPOLITANA NA CAPITAL E VIMOS QUE É UMA ESTRATÉGIA QUE FUNCIONARÁ MUITO BEM PARA AUXILIAR A REDE DE SAÚDE DE TODO O PARÁ.

Rômulo Rodovalho, secretário de Saúde do Estado.

POLICLÍNICA METROPOLITANA

Instituições de extrema importância para o sistema de saúde: é nessas unidades estratégicas que são realizados desde atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados pelas Unidades de Atenção Básica que precisam de exames, passando pelos procedimentos de média complexidade, até os atendimentos pós-cirúrgicos.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 3.1

Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.

META 3.2

Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.

META 3.3

Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis.

META 3.4

Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.

META 3.5

Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

META 3.6

Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.

META 3.7

Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

META 3.8

Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

META 3.9

Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

META 3.B

Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população.

META 3.C

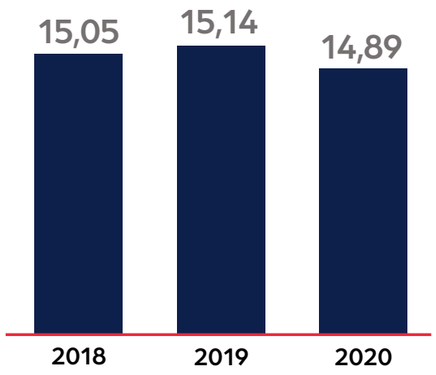
Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

META 3.D

Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.

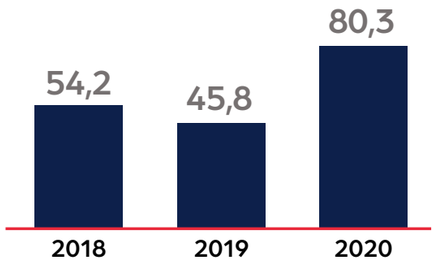
ONDE ESTAMOS

TAXA DE
MORTALIDADE INFANTIL



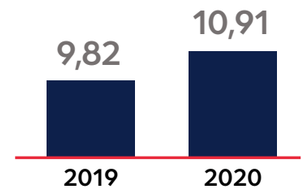
Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

Nº DE CASOS
DCNTI



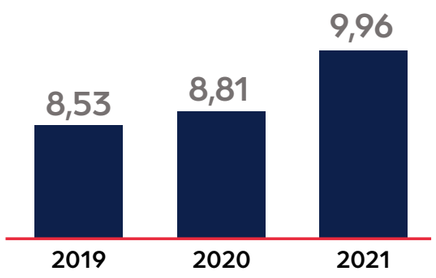
Fonte: Sespa/Seplad, 2022.

TAXA DE
MORTALIDADE NO TRÂNSITO



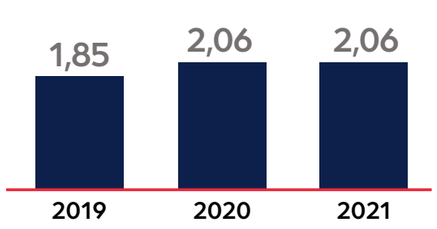
Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

MÉDICOS
POR 10 MIL HABITANTES



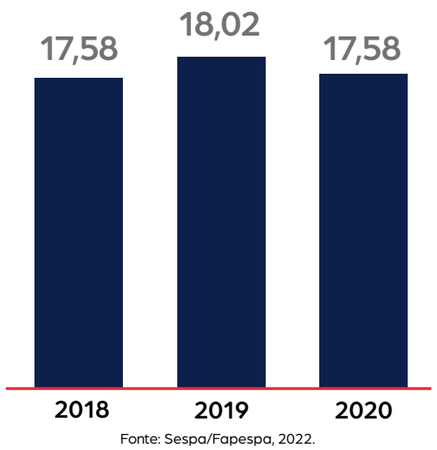
Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

LEITOS
POR MIL HABITANTES



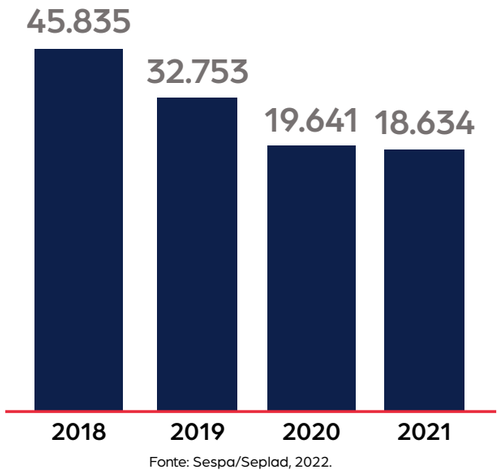
Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

TAXA DE
MORTALIDADE NA INFÂNCIA



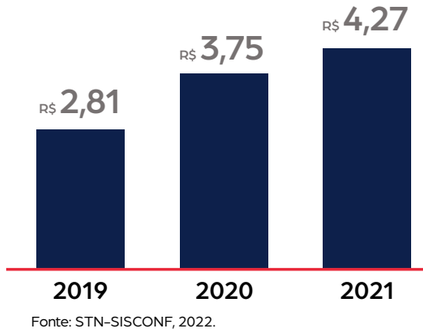
Fonte: Sespa/Fapespa, 2022.

Nº DE CASOS DE
MALÁRIA



Fonte: Sespa/Seplad, 2022.

GASTOS COM SAÚDE
EM BILHÕES



Fonte: STN-SISCONF, 2022.

Crescimento de
39%
em relação a 2018.

A participação no gasto do estado em 2019 era de 11,40%. Em 2021 chegou a 13,09%.

O QUE FIZEMOS

A saúde, no Brasil, constitui-se como direito fundamental, de natureza social, conforme art. 6º, caput, da Constituição Federal da República (CF), e está associada fortemente ao princípio da dignidade da pessoa humana. A CF, em seu art. 196, atribui ao Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios) o dever de assegurar o direito de todos à saúde, sendo que, em regra geral, os municípios são responsáveis pela atenção primária, enquanto Estados e União, pela média e alta complexidade.

O Governo estadual vem, dessa forma, trabalhando na reconstrução do Sistema de Saúde do Pará, visando alcançar maior abrangência, mais eficácia e qualidade, por meio da ampliação e requalificação da rede hospitalar em todas as Regiões de Integração do estado.

Em **2020**, diante da **Pandemia da Covid-19** que elevou a demanda por serviços de saúde, o Governo do Pará ampliou os investimentos (insumos médico-hospitalares e profissionais), em todo o estado, para garantir **cobertura e a ampliação da capacidade da rede de atendimento.**

Em **2021**, mediante a **segunda onda de infecção pelo novo coronavírus** e suas variantes, foi necessária a manutenção dos investimentos e da rede de atendimento, de modo que, de 2019 a 2021, o **Pará foi um dos Estados brasileiros que mais aplicaram recursos em serviços de saúde,** alcançando a oitava colocação, entre as unidades da federação, na média de investimento estadual em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No que se refere às **metas 3.1, 3.2 e 3.7**, que potencializam, respectivamente, a redução da mortalidade materna, da mortalidade na infância e do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, destacam-se realizações no ano de 2021, que contribuíram para o alcance das referidas metas.

A estratégia **Pacto pela Redução da Mortalidade Materna** efetivada entre o Governo do Estado e 144 municípios prevê atuação conjunta em ações e programas, com previsão de recursos para execução em torno de R$24 milhões. Destacam-se capacitações para equipes de saúde, em formato presencial e vídeo teleconferências, como **"Zero Morte Materna por Hemorragia"**, realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Outra ação importante, para o atendimento adequado, foi a melhoria

HOJE, MUITOS PACIENTES SÃO TRANSFERIDOS PARA HOSPITAIS INSTALADOS NA SUA PRÓPRIA REGIÃO, NÃO PRECISAM VIR MAIS PARA A CAPITAL.

Rômulo Rodovalho, secretário de Saúde do Estado.

LEITOS CLÍNICOS E DE UTI

2.570 leitos clínicos e 703 de UTI para pacientes com Covid-19 garantem atendimento à população em todas as regiões do Pará.

na **integração e fortalecimento da rede materna e infantil.** Realizada em todos os 16 municípios do arquipélago, a **Expedição do Marajó** resultou na elaboração do Diagnóstico Situacional da rede de atenção à saúde da mulher e da criança, contemplando o levantamento das maternidades com leitos de alto risco, os serviços em saúde disponíveis na região, incidência das doenças sexualmente transmissíveis, identificação de fluxos de atendimento a gestantes e estruturas de salas de parto, além da identificação de protocolos de emergências obstétricas.

Por meio do **Pacto da Mortalidade Materna,** foram disponibilizados serviços de assistência pré-natal em 143 municípios e a capacitação de agentes públicos, ações que contribuíram para os resultados positivos, a exemplo da redução na taxa de mortalidade infantil, de 15,05 mortes infantis para cada mil nascidos vivos, em 2018, para 14,77 até outubro de 2021.

EXPEDIÇÃO MARAJÓ

Com o objetivo de promover o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna, a expedição atendeu todos os 16 municípios do arquipélago.

Quanto à **meta 3.3,** que busca *acabar como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo Aedes aegypti e outras doenças transmissíveis,* o Governo do Estado, dentro de sua competência, tem desenvolvido um conjunto de ações em vigilância epidemiológica, que visam ao diagnóstico, atendimento e tratamento precoce dessas doenças.

No que diz respeito à **malária,** em 2021, observou-se redução nos casos da doença em áreas urbanas, assentamentos e acampamentos, por três anos consecutivos. Foram identificados, em 2021, 18.634 casos, uma **diminuição de 5%** em relação ao ano anterior. Também se observou redução considerável de casos de Chikungunya e Zika, 34,35% e 84,09%, respectivamente, em relação ao ano de 2020.

Destaca-se ainda, em 2021, como contribuição à **meta 3.3**, o esforço do Governo estadual para a realização de buscas ativas para combater os casos de **Doenças de Notificação Compulsória Imediata (DNCI),** a exemplo dos casos suspeitos de sarampo e Covid-19, com acompanhamento, in loco, da situação epidemiológica nas diversas Regiões de Integração; a realização de web conferência em qualificação do banco de dados do Sistema de Informação de Notificação com ênfase a agravos casos confirmados, destinada a

AÇÕES DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE ENDEMIAS

O Governos do Estado investe em ações de controle e prevenção de endemias e o resultado revela expressiva queda em números de casos.

técnicos dos Centros Regionais e das Secretarias Municipais, foi outra contribuição importante nesse processo.

Quanto às ações que contribuíram, em 2021, para o alcance da **meta 3.4**, que visa *reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento,* destacam-se os serviços continuados, como a **"Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis"**, que visa, majoritariamente, custear o atendimento a pacientes de doenças crônicas não transmissíveis, a exemplo do câncer. O hospital de referência, **Ophir Loyola (HOL),** atua na promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, com serviços prioritários na área oncológica.

Especificamente em relação a ações em saúde para prevenção e detecção do câncer do colo do útero, destacaram-se programações como a campanha **Março Lilás** e as iniciativas educativas do **Programa Território da Paz,** que propiciaram aumento da oferta de exames e outros serviços.

Outra área de atuação do Governo do Pará em contribuição ao alcance da **meta 3.4** é a implementação da **Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos,** que busca a captação de doadores, além de prover ações relacionadas ao atendimento especializado junto à rede (pública e privada) de saúde no Estado. O serviço disponível na capital também foi executado, em 2021, nas Regiões de Integração Baixo Amazonas e Araguaia. Durante o ano foram realizados 32 transplantes pelos hospitais públicos do estado, dos quais 26 renais.

MARÇO LILÁS

Ações da Sespa reforçam a necessidade de que as mulheres estejam atentas à prevenção do câncer mais incidente na população feminina na região Norte.

VACINAÇÃO ITINERANTE

A ação percorre prioritariamente os municípios paraenses com menores coberturas vacinais e facilita o acesso de quem ainda não tomou nem a primeira dose da vacina.

Quanto à ampliação dos serviços públicos de **hemodiálise,** o que contribui com a **meta 3.4,** o Governo do Pará por meio do **Hospital Regional Dr. Abelardo Santos,** em Belém, passou a disponibilizar aos pacientes a **Diálise Peritoneal,** que pode ser realizada em domicílio, oferecendo maior conforto ao paciente e evitando a locomoção que exige a terapia tradicional.

Nesse ano, também foi inaugurado o **Centro de Hemodiálise do Hospital Regional Público do Marajó,** em Breves, com 10 máquinas, sendo sete para hemodiálise ambulatorial e duas para tratamento em **Unidade de Terapia Intensiva (UTI),** incremento importante que amplia a capacidade de atendimento para até 21 pacientes fixos em três turnos.

O Governo do Pará, com intuito de *reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool,* contribuindo com a **meta 3.5,** desenvolveu um conjunto de ações direcionado à capacitação, às atividades preventivas e de reinserção social de pessoas com dependência de substâncias psicoativas.

Em 2021, ocorreram ações de apoio técnico e acompanhamento, de forma presencial e on-line, à **Rede de Atenção Psicossocial,** com foco nas estratégias de atendimento e acolhimento a pacientes, decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas,

HEMODIÁLISE AMBULATORIAL

HOSPITAL ABELARDO SANTOS

bem como, de forma específica, para a orientação quanto ao fluxo de atendimento individual e em grupo de pacientes, intensificado durante a pandemia. As atividades foram executadas em 46 municípios de nove regiões de integração, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, os Centros de Atenção Psicossocial e os Centros Regionais de Saúde.

Dentre as estratégias estaduais adotadas, destaca-se a realização de **campanhas com abordagens educativas sobre a prevenção ao uso de álcool e outras drogas,** como: **Verão Pai D´Égua, Sem Droga Nenhuma!** e **Drogas Não Têm Jogo. É Game Over**; a participação no **Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas,** além da distribuição de materiais educativos referentes à rede de atendimento especializada. Em 2021, a realização do **I Encontro com Lideranças Comunitárias** envolveu 104 pessoas da comunidade de bairros da capital. As campanhas e os cursos disseminaram a prevenção ao uso de drogas, sensibilizando os participantes e a comunidade para a atenção aos cuidados com a saúde mental.

Realizaram-se, ainda, a **Semana Paraense de Prevenção ao uso de Álcool e outras Drogas** e o **Encontro Intersetorial de Políticas Públicas Sobre Drogas,** abrangendo 75 servidores, prioritariamente das áreas de saúde, educação e assistência social, que compartilharam saberes, conhecimentos e qualificaram suas ações sobre as estratégias de atendimento, especialmente para adolescentes, jovens e suas famílias.

A implementação do **Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD)** é outra importante ação estadual de contribuição à **meta 3.5.** Tendo como foco o enfrentamento à violência e a prevenção primária do uso de álcool e outras drogas, aos alunos do 5º e 7º anos de escolas públicas e particulares, a iniciativa disseminou a importância da cidadania e do viver de maneira saudável.

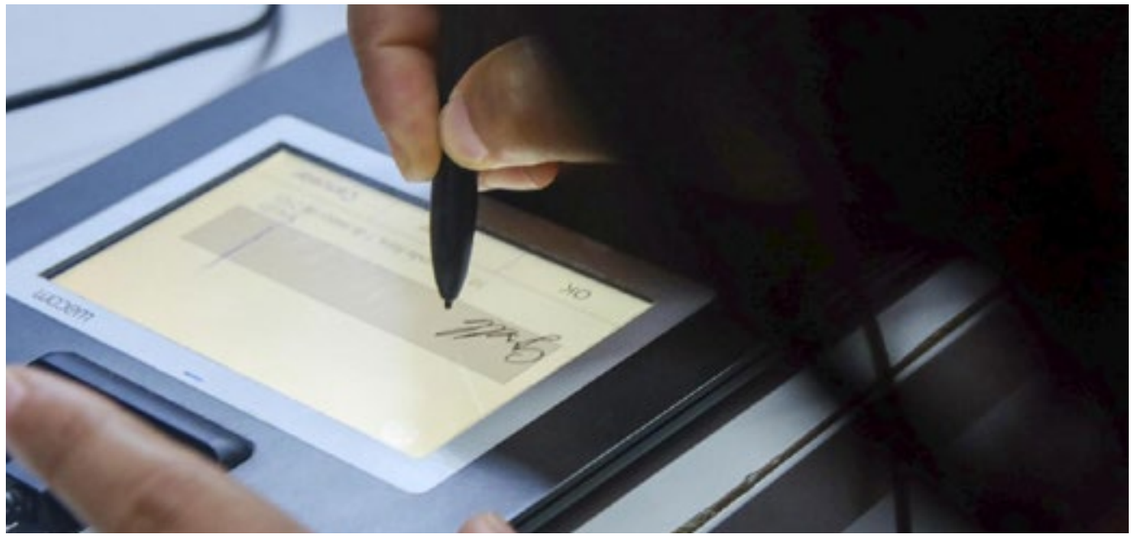
Em 2021, visando à atualização de instrutores atuantes no Programa, foi realizada a **I Jornada Administrativo–Pedagógica do PROERD,** alcançando 130 instrutores, em quatro municípios paraenses, além do **XVI Curso Nacional de Formação de Instrutores do Proerd/2021–XVI CNFIP,** que certificou, ao todo, 28 policiais militares, em Belém.

Quanto à **meta 3.6**, que visa *reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito*, o Governo do Pará, em 2021, investiu R$33 milhões na **sinalização de trânsito** em 30 municípios paraenses.

O Governo do Estado garantiu de forma gratuita o acesso à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), por meio do programa social **"CNH Pai D'égua",** direcionado para pessoas de baixa renda, com idade a partir de 18 anos. Foram 10.000 vagas ofertadas em todo o Pará, aumentando a regularização de condutores nas estradas paraenses.

CAMPANHA DROGAS NÃO TÊM JOGO. É GAME OVER!

A iniciativa contou com o programa educacional da Polícia Militar 'Resistência às Drogas e à Violência' e também ofereceu cursos profissionalizantes.



Visando garantir tranquilidade e segurança no trânsito, foi aprovado em 2019, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o projeto **"Strengthening Road Traffic EnforcementinBrazil"** (Fortalecimento da fiscalização do tráfego rodoviário no Brasil). Em outubro de 2021, foi concluída a capacitação da quinta turma, composta por 35 agentes de fiscalização, em novas práticas de fiscalização de vias urbanas e rodovias, com foco na segurança viária.

Esse esforço do Governo do Pará, sobretudo, em atividade de prevenção, gerou resultados importantes como a redução de 4,89% no registro de Morte no Trânsito (mortes no trânsito + acidente no trânsito com morte + homicídio no trânsito) e de 48,69% no registro de Lesão no Trânsito no estado, contribuindo de forma direta com a **meta 3.6**, da Agenda 2030.

CNH PAI D'ÉGUA

Lançamento da CNH Pai D'égua, pelo governador Helder Barbalho. O programa objetiva garantir inclusão social a pessoas de baixa renda com a emissão gratuita da CNH.

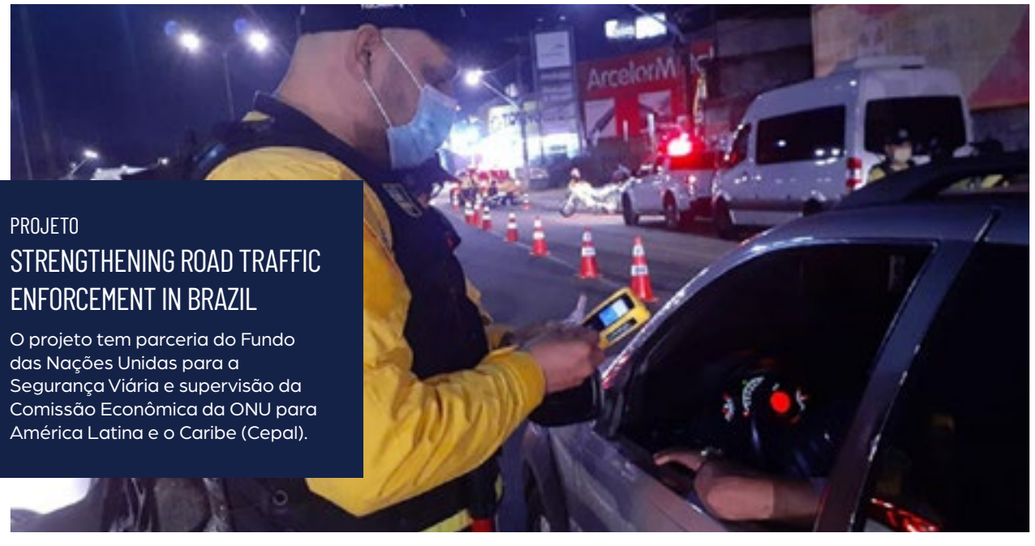
O investimento estadual em melhoramento das vias urbanas, como forma preventiva a acidentes de trânsito, contribui ao escopo da **meta 3.6,** a exemplo do programa **"Asfalto por todo Pará"** que, em 2021, entregou 994 km de rodovias pavimentadas, nas 12 Regiões de Integração, com investimento de R$518,7 milhões.

A **meta 3.8** consiste em *assegurar, por meio do SUS, a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.*

O Governo do Pará, desde 2019, estabeleceu como estratégia essencial para elevação da cobertura do atendimento à saúde da população a **ampliação da rede de assistência, nos níveis de atenção primária, média e alta complexidades.**

Neste sentido, destaca-se a **ampliação** estadual do número de **equipes saúde da família,** que em 2020 possuía 1.989 equipes atreladas à estratégia Saúde da família e em 2021 atingiu 2.054, o que demonstra um incremento de 3.3% no período, garantindo mais atendimento e maior cobertura territorial.

Ressalta-se ainda como contribuição à **meta 3.8** a **ampliação dos investimentos em serviços de média e alta complexidades,** disponibilizados via SUS, com maior oferta de leitos UTI, representando um incremento de 40%, de 2018 a 2021, excluídos os leitos de UTI exclusivos para tratamento de pacientes com Covid-19, de modo que houve



PROJETO

STRENGTHENING ROAD TRAFFIC ENFORCEMENT IN BRAZIL

O projeto tem parceria do Fundo das Nações Unidas para a Segurança Viária e supervisão da Comissão Econômica da ONU para América Latina e o Caribe (Cepal).

PROGRAMA
ASFALTO POR TODO O PARÁ

Município de Irituia recebe 3 km de asfalto novo em vias urbanas.

incremento em todas as modalidades, 40% adulto, 57% UTI Pediátrica e 31% UTI Neonatal. Para o tratamento exclusivo para pacientes de Covid-19, em 2021, durante o pico de contaminação, foram disponibilizados 2.570 leitos clínicos e 703 de UTI.

Para garantir ampliação do acesso à saúde por meio do SUS, principalmente no esforço de combate e mitigação da Covid-19 e seus efeitos, o Governo do Estado **ampliou para os hospitais regionais** de Altamira, Marabá e Santarém os serviços ambulatoriais pós-Covid-19, tendo realizado **mais de 20 mil** atendimentos, contribuindo para a qualidade da saúde da população paraense.

No que tange à requalificação de estabelecimentos assistenciais de saúde, foram viabilizadas as **ampliações, reformas e adequações nos serviços de saúde** oferecidos à população, em 2021, com investimento aproximado de R$8 milhões, para os municípios de Alenquer, Ananindeua, Monte Alegre, Pau D'Arco, Portel e Rio Maria, em quatro Regiões de Integração.

O Governo também investiu na modernização tecnológica em estabelecimentos de saúde, disponibilizando **equipamentos para a obtenção de exames por imagens de alta performance.** Registra-se a entrega de seis tomógrafos e equipamentos de ressonância magnética, garantindo maior eficiência e exames com maior precisão e em menor tempo, ampliando os serviços à população e contribuindo com a **meta 3.8.**

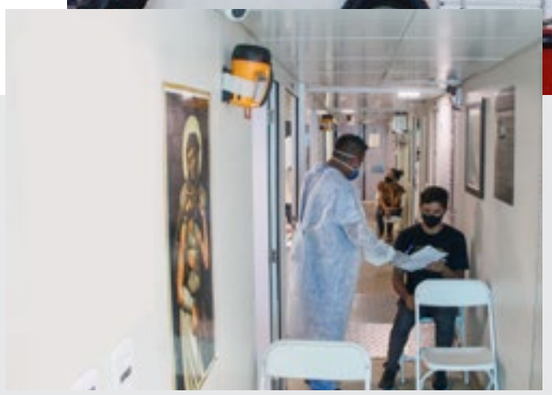
Destaca-se ainda a grande contribuição do programa **"Saúde por Todo Pará"**, com oferta de serviços em todas as 12 Regiões de Integração, tendo realizado 275 mil atendimentos por meio das **Policlínicas Itinerantes, Centro de Testagem Itinerante e do Barco Hospital Papa Francisco**. Foram 24% de acréscimo nos atendimentos em relação a 2020, disponibilizando consultas médicas, exames e oferta de medicamentos.

Quanto à **meta 3.9,** que pretende *reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo*, registram-se ações estruturantes realizadas pelo Governo do Pará, a exemplo, **Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba**, totalizando um investimento de R$140 milhões. As obras englobam a retificação do igarapé, o sistema de abastecimento de água, os serviços de drenagem, de esgoto e água.

Quanto às contribuições das ações do governo estadual à **meta 3.b,** que visa *apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população*, em 2021, merecem destaque, entre outras, as ações de ensino e serviço em saúde, com **viabilização de 226.898 procedimentos** entre exames e consultas especializadas, realizados no Centro de Saúde Escola da Universidade Estadual do Pará.

Destaca-se, ainda, a ação **Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão,** que beneficiou cerca de **41.843 pessoas,** entre docentes e discentes, atendendo 17 municípios de 11 Regiões de Integração.

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA



PROGRAMA

SAÚDE POR TODO O PARÁ

Governo do Pará fecha parceria para realizar cirurgias eletivas de baixa e média complexidades, através do Barco Hospital Papa Francisco no Baixo Amazonas e Tapajós

> *O BARCO HOSPITAL ESTÁ DANDO ANDAMENTO À DEMANDA REPRIMIDA DE CONSULTAS COM ESPECIALISTAS E CIRURGIAS ELETIVAS.*
>
> Rômulo Rodovalho, titular da Saúde.

Ressalta-se a inauguração do **Laboratório de Qualidade de Água da Amazônia,** em 2021, com foco nas pesquisas de recursos hídricos, sensoriamento remoto, geoestatística, geoprocessamento e qualidade da água, considerado referência em análise química das águas efluentes, que contribui para as **metas 3.9 e 3.b.** Essa iniciativa importante contribui para formação de mestres e de doutores, por meio do apoio científico e tecnológico às instituições públicas condutoras da política de meio ambiente, com prestação de serviços à comunidade em geral, impactando positivamente no bem-estar social, envolvendo um investimento de R$1,6 milhão.

Com relação à **meta 3.c,** *aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis*, o Governo do Pará, em 2021, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, implantou o Programa **"Qualifica Saúde",** através da Lei estadual nº 9.319/2021, que objetiva a qualificação, por meio de pesquisa e extensão, de profissionais de saúde do programa de residência médica, multiprofissional e uniprofissional.

Foram aportados recursos de cerca de R$7 milhões para, dentre outros fins, concessão de bolsas complementares aos preceptores e residentes médicos e multiprofissionais inseridos no Programa de pós-graduação do Estado.

Outra entrega relevante, em contribuição à **meta 3.c,** foi a reinauguração da **Escola Técnica do SUS (ETSUS)**, que possibilitou a **qualificação de 475 profissionais de saúde,** atendendo às demandas dos serviços de saúde integrantes da rede SUS do Estado do Pará.

O serviço de **Telemedicina,** projeto que integra o **Programa Assistência Médica Especializada** na Região Norte do Brasil, desenvolvido pelo Programa de **Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI)**, em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein, atendeu cinco municípios de oito Regiões de Integração, possibilitando 3.034 atendimentos em saúde.

Essa modalidade favoreceu a melhoria na qualidade do cuidado ao paciente, redução do tempo de espera por atendimento e do número de transferências de pacientes para outras localidades, em virtude da oferta de assistência médica especializada no próprio município de residência, além da redução de custos e melhoria na alocação de gastos.

Outra contribuição à **meta 3.c**, pelo Governo do Pará, se efetua por meio da ação **"Educação na Saúde"**, que se propõe capacitar usuários do SUS, bem como os servidores

da saúde. A formação abrange a residência médica, modalidade de pós-graduação (especialização) voltada a profissionais de saúde, sendo executada pelos principais Hospitais Públicos do Estado: Santa Casa de Misericórdia, no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna e no Hospital Ophir Loyola.

Nesse contexto, destacam-se, ainda, as ações da educação superior vinculadas à área de saúde. Em 2021, em parceria com a USP, foram ofertadas 10 vagas no **Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Enfermagem na Atenção Primária em Saúde no Sistema Único de Saúde (CCMPAPS),** aos enfermeiros do 9º Centro Regional de Saúde – Santarém, Região de Integração Baixo Amazonas.

Quanto à contribuição para a **meta 3.d**, que visa *reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde*, o Governo do Pará vem atuando de forma prioritária, desde o início da Pandemia da Covid-19, com um conjunto de ações pautadas ao combate da contaminação, tratamento, identificação precoce, prevenção, entre outras.

Em 2021, foram intensificadas as ações de combate à pandemia para contenção da chamada "segunda onda" de infecção pelo novo coronavírus e suas variantes, por meio da descentralização dos procedimentos de saúde e do controle das fronteiras mais vulneráveis à disseminação da infecção. Adotaram-se medidas de extrema relevância, como o tratamento imediato e adequado, diminuindo a sobrecarga no sistema de serviços de saúde, evitando o descontrole nas lotações dos leitos hospitalares.

TELEMEDICINA

Consulta com o médico generalista e com o especialista por via remota para acelerar o atendimento e seus resultados.

Ressalta-se a permanência das **Policlínicas Itinerantes**, estratégia do **Saúde por Todo o Pará,** que, com unidades móveis e fluviais, permaneceram com atendimentos diretamente à população, tais como a detecção, notificação, investigação, tratamento e monitoramento de prováveis casos suspeitos da Covid-19.

Destaca-se ainda a implantação do **Centro Itinerante de Testagem RT-PCR** para Covid-19, que viabilizou a testagem em massa, opção orientada para o monitoramento da doença no Estado, detectando casos in loco, principalmente nos municípios turísticos com iminência de proliferação do vírus. Em 2021, o Centro móvel percorreu mais de doze municípios.

Outra atuação importantíssima na contribuição da **meta 3.d** foi a **distribuição de 100% das vacinas contra a Covid-19,** imunizante enviado pelo Ministério da Saúde, assim como pelo quantitativo adquirido com recursos estaduais, distribuídas pelo Governo do Estado, por meio da Sespa. Esse esforço conjunto envolveu uma cadeia logística adequada às

REINAUGURAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS (ETSUS)

especificidades territoriais, atendendo todos os 144 municípios, o que permitiu a **imunização de aproximadamente 58% da população**, em 2021.

Destaca-se ainda a inauguração, em 2021, do **Centro Especializado de Atendimento Covid-19,** em Belém, nas dependências do Hospital Santa Terezinha, ofertando 120 leitos, dos quais 60 são clínicos e 60 de UTI. Além do Centro em Belém, o Governo do Pará implantou **três centros especializados,** localizados em Bragança (Região Rio Caeté), Parauapebas (Região Carajás) e Santarém (Região Baixo Amazonas).

Vale ressaltar a interlocução e o apoio dispensado pelas universidades durante a pandemia da Covid-19, de modo que o Governo Estadual, por meio da Universidade do Estado do Pará, disponibilizou uma equipe multidisciplinar e multiprofissional, entre professores e alunos de graduação e pós-graduação, realizando **23 mil exames nas especialidades,** serviço relevante para celeridade dos tratamentos demandados pela população.

POLICLÍNICAS ITINERANTES

Abrangeram todas as regiões o Pará com atendimentos diretamente à população, tais como a detecção, notificação, investigação, tratamento e monitoramento de prováveis casos suspeitos de Covid-19.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

OBJETIVO 4

ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODAS E TODOS.

O ODS 4 estabelece metas que visam assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, por meio da garantia de acesso gratuito e de qualidade ao ensino fundamental e médio, educação profissional e educação superior. Assinala, também, sobre a garantia de infraestrutura física escolar acessível, segura e inclusiva, além da qualificação para todos os professores da educação básica.

Direciona metas específicas ao desenvolvimento de jovens e adultos para agregação de competências necessárias para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo, além de garantir habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, com valorização da diversidade cultural.

Mediante as competências federativas e demandas educacionais do estado, o Governo do Pará executa os programas, ações e projetos alinhados aos Planos Nacional e Estadual de Educação, cujas iniciativas estão em acordo, direta ou indiretamente, com os desafios do ODS 4.

São apresentadas, a seguir, as metas nacionais referentes ao ODS 4, as quais apresentaram realizações e entregas à sociedade paraense, no âmbito da educação básica, profissional, superior, cultura, esporte e lazer.

EU VOU COMPRAR MATERIAL ESCOLAR. CANETA, CADERNO, LÁPIS, BORRACHA, APONTADOR E LÁPIS DE COR. EU VOU CUIDAR DE TUDO.

Evelin Lorena, aluna do 6º ano do fundamental, da Escola Estadual Prof.ª Emiliana

PROGRAMA

REENCONTRO COM A ESCOLA

O benefício será concedido, inicialmente, aos 121 mil estudantes da rede pública estadual que estão concluindo o Ensino Médio, os quais vão receber em parcela única o valor de R$500 nas agências do Banco do Estado do Pará (Banpará).

METAS ODS BRASILEIRAS

META 4.1

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

META 4.2

Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

META 4.3

Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

META 4.4

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

META 4.5

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

META 4.6

Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

META 4.7

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

META 4.A

Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

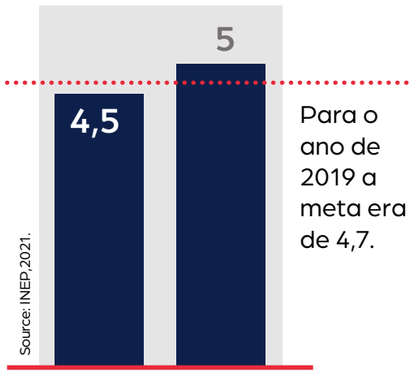
META 4.C

Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

ONDE ESTAMOS

NOTA IDEB

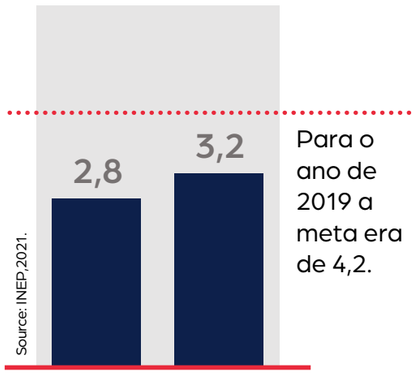
ENS. FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS



Para o ano de 2019 a meta era de 4,7.

NOTA IDEB

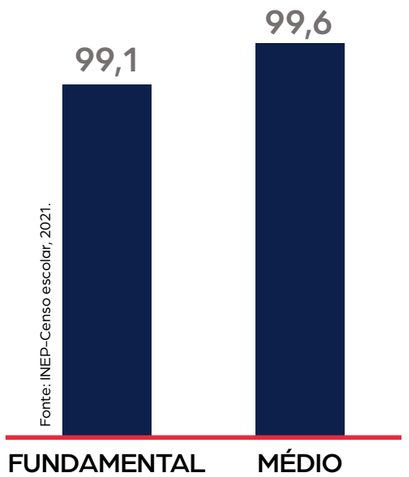
ENSINO MÉDIO



Para o ano de 2019 a meta era de 4,2.

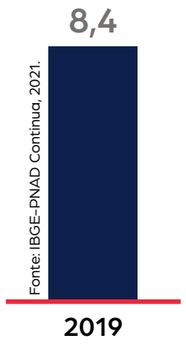
PERCENTUAL (2021) DE

PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA



TAXA (%) DE

ANALFABETISMO

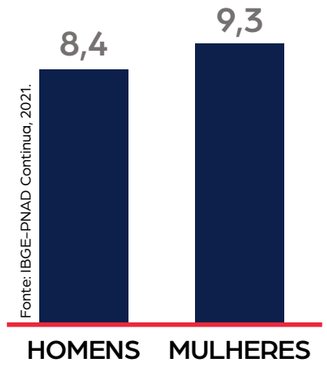


NÍVEL (%) DE

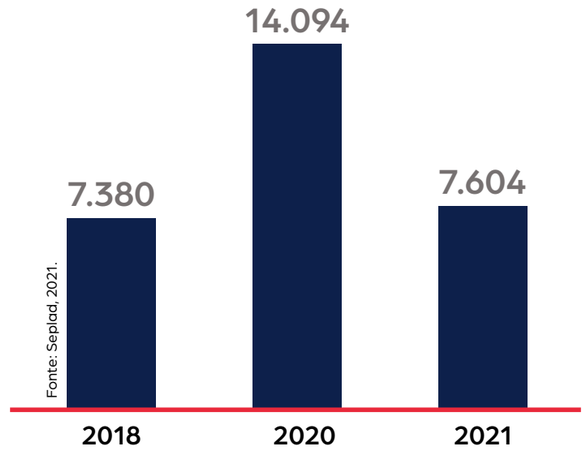
INSTRUÇÃO

ANOS DE ESTUDO

POR SEXO



FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL



O QUE FIZEMOS

A Constituição Federal de 1988 preconiza a Educação como um direito social, e define, nos artigos 23 e 211, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem se organizar em regime de colaboração para **ofertar Educação com qualidade à população.**

Em conformidade com as competências federativas, o Governo do Pará atua no ensino fundamental e, prioritariamente, no ensino médio, e, ainda, no apoio à educação infantil. Baseada nos eixos da política estadual, a organização da rede de ensino abrange todos os municípios, com esforços direcionados à educação de qualidade e para todos, de forma inclusiva e com foco em aprendizado equitativo, de modo a diminuir as desigualdades educacionais e sociais, mesmo diante do quadro pandêmico vivido em 2020 e em parte de 2021. Nesse sentido, o conjunto de suas ações e programas alinha-se diretamente ao alcance do ODS 4.

Em continuidade à política educacional, em relação ao alcance da **meta 4.1,** a rede estadual efetivou a **matrícula de 168.959 alunos no ensino fundamental; 357.278 alunos no ensino médio; e 52.499 na educação de jovens e adultos (EJA).**

Quanto às **modalidades educacionais,** registram-se 1.236 alunos da educação indígena; 14.247 na educação especial – sendo 88 em classe exclusiva; 1.314 na educação do campo; 3.301 matriculados em áreas de quilombo, além de 23.250 em tempo integral. Essas especificidades contribuem para o alcance parcial também da **meta 4.5,** que prevê a eliminação das desigualdades de gênero e raça na educação, além de garantir equidade de acesso a grupos em situação de vulnerabilidade social.

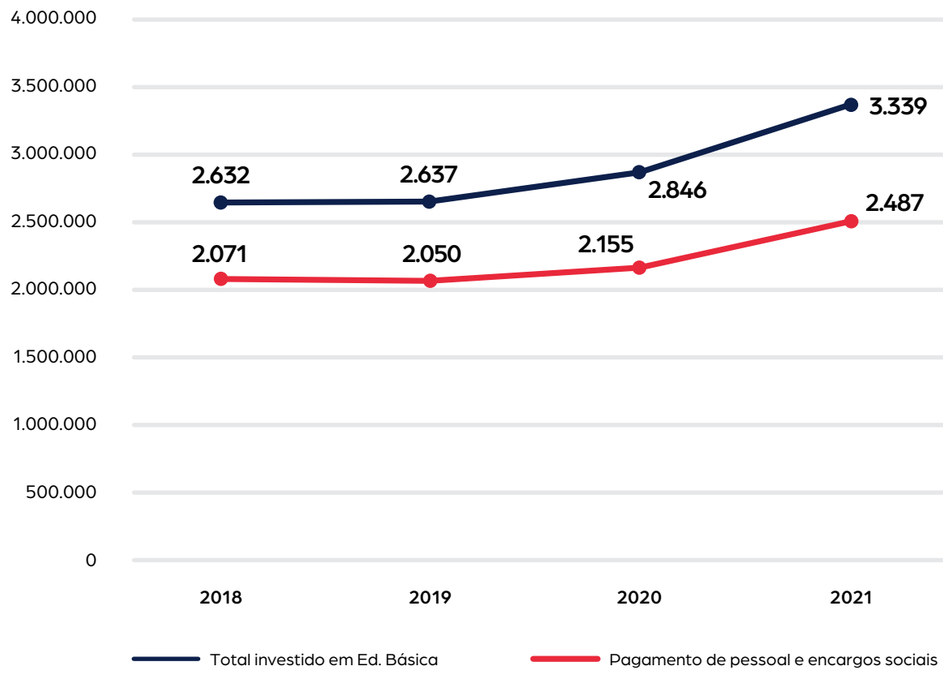
Em 2021, o Governo do Pará, visando à **valorização do profissional da educação,** sobretudo o corpo docente da educação básica, proporcionou **incentivo salarial,** correspondendo a **26% de aumento** com relação ao ano de 2018, consequência do **Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração (PCCR)** da Educação Básica e da concessão do abono – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ao magistério, aos demais profissionais da educação e a todos os servidores do apoio administrativo.

Foram alocados **R$3,3 bilhões na educação básica**, sendo R$86,9 milhões em investimentos, R$2,4 bilhões em pessoal e encargos

PLANO DE VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Envio à Alepa do Plano de Valorização dos Servidores do Magistério.

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO BÁSICA
EM R$ BILHÕES



Fonte: Siafem, 2021.

sociais e R$962 milhões em custeio, produzindo impactos na educação básica e contribuindo com a **meta 4.1.**

Diante das restrições da Pandemia da Covid-19, o Governo do Estado adotou estratégias visando à continuidade do aprendizado na rede pública estadual. Desde 2020, foi implementado o projeto **"Todos em Casa pela Educação",** em parceria com a TV Cultura, como agenda mínima de estudos aos discentes paraenses, com cobertura para 108 municípios, **atendendo alunos de ensino fundamental do 6º ao 9º ano e do ensino médio,** além de possibilitar acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva, por meio de intérpretes da língua brasileira de sinais. A partir do 2º semestre de 2021, com a retomada das aulas presenciais, o projeto **"Todos Juntos pela Educação"** continuou dando suporte aos conteúdos ministrados em sala de aula.

Outros projetos educacionais a distância foram disponibilizados aos alunos e professores, contribuindo com a **meta 4.1,** que são:

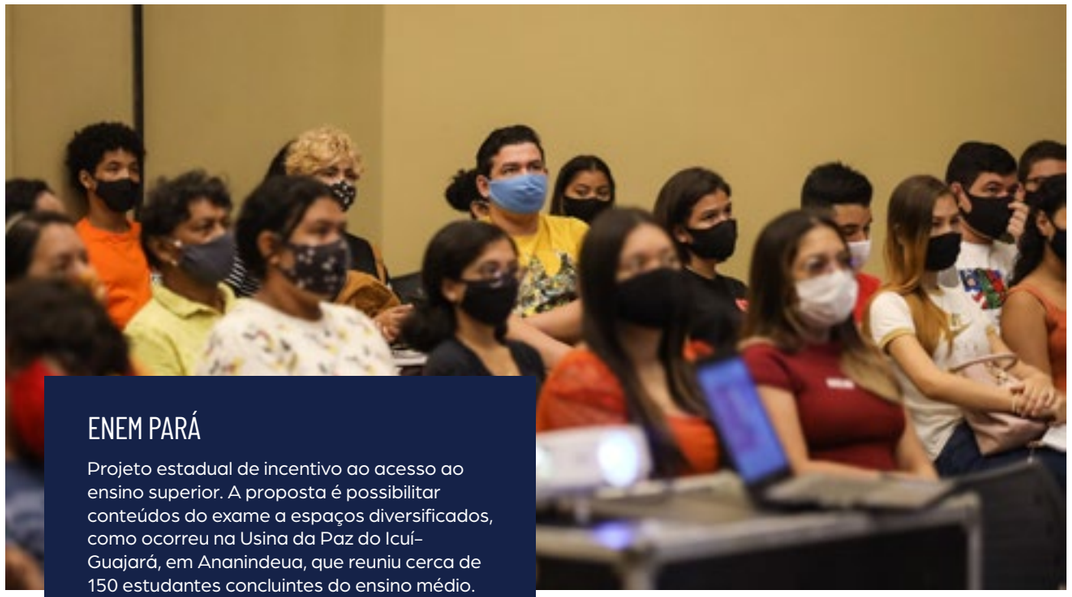
SEDUCAST PARÁ

Áudios, de até 15 minutos, que oferecem informações e atualidades para professores, alunos e comunidade escolar, registrando 10.500 audições.

CADERNO DE ATIVIDADES ON-LINE PARA CASA

Constituiu importante ferramenta na minimização dos impactos da Covid-19 na educação, consistindo na entrega de atividades pedagógicas impressas aos alunos da rede estadual, com posterior retorno dos professores, com vistas à manutenção do vínculo do aluno ao contexto escolar e à adoção de uma rotina básica de estudos em casa.

MOVIMENTO TODOS JUNTOS PELA EDUCAÇÃO



ENEM PARÁ

Projeto estadual de incentivo ao acesso ao ensino superior. A proposta é possibilitar conteúdos do exame a espaços diversificados, como ocorreu na Usina da Paz do Icuí-Guajará, em Ananindeua, que reuniu cerca de 150 estudantes concluintes do ensino médio.

ENEM PARÁ DIGITAL

Com novas funcionalidades, em 2021, o aplicativo contém aulas em libras em um sistema de inteligência artificial para avaliação e programação automática de reforço, com aulas e exercícios extras.

Em conexão com a **meta 4.1** registra-se a implantação do **Polo Metropolitano Pré-Enem,** espaço itinerante para preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio, com estrutura de nove salas de aula (capacidade para atender 6 mil candidatos), abrangendo a Região Metropolitana de Belém. Em 2021, **atendeu 3.079 alunos do 3º ano do Ensino Médio.**

Ainda em contribuição à **meta 4.1** da Agenda 2030, a ampliação da rede de ensino público na educação básica e de melhor qualidade, em 2021, alcançou a **rede de tempo integral,** ficando disponível em mais 25 escolas de ensino médio, totalizando **48 unidades escolares,** em todas as regiões de integração, além de nove escolas do ensino fundamental, atendendo um **total de 23.250 alunos.**

Com o objetivo de reduzir a evasão escolar na educação básica, o Governo do Estado criou o **Programa Reencontro com Escola,** estimulando, assim, o retorno às aulas presenciais e incentivando novas matrículas para o ano letivo de 2022, produzindo impactos na **meta 4.1.** O programa **contemplou 67.622 alunos** concluintes do ensino médio da rede pública, que receberam benefício financeiro em parcela única no valor

REUNIÃO ESTRATÉGICA COM GESTORES DE URES E USES

Em 2021, foram qualificados 4.729 profissionais de todas as regiões de integração.

de R$500 e, para os demais alunos da rede pública estadual, o benefício foi de R$100.

Em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), foi lançado o **Programa Estadual de Correção de Fluxo Escolar Trilhas do Pará,** com o objetivo de traçar estratégias para enfrentar a distorção idade-ano e o fracasso escolar nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio.

Destaca-se a realização do **1º Seminário Formativo** com ênfase na reorganização curricular e enturmação do público-alvo, com a participação de 162 servidores (gestores, técnicos pedagógicos e professores das escolas-piloto do programa), 19 unidades escolares, contribuindo com a adequação série-idade, preconizada na **meta 4.1.**

A educação infantil é de responsabilidade prioritária dos municípios, porém o governo estadual desenvolve ações em cooperação com os entes municipais, visando à melhoria contínua deste nível de ensino e, consequentemente, à correção do fluxo escolar, com o ingresso no ensino fundamental e médio na idade correta, o que contribui com a **meta 4.2** da Agenda 2030. Em 2021, 55 municípios de 10 regiões de integração foram apoiados com **ações de assessoramento, consultoria e capacitação.**

Ainda em contribuição à **meta 4.2**, em 2021, foi criado o programa estadual **Creches por Todo o Pará**, por meio da Lei Estadual nº 9.256/21, que propõe a implantação de creches nos municípios paraenses, com a abertura de novas vagas para crianças de 0 a 5 anos, contribuindo para a redução do risco social de famílias, cujos pais ou responsáveis são trabalhadores e trabalhadoras.

Com investimentos previstos de R$400 milhões, na primeira etapa do programa houve a adesão de 90 prefeituras municipais, das 12 regiões de integração, e cada unidade implantada terá a capacidade de atender 200 crianças, oferecendo espaço com 10 salas de aulas, e toda a estrutura necessária para a educação infantil, como área recreativa coberta, brinquedoteca, sala multiuso, auditório e biblioteca.

A priorização da Educação Técnica, Profissional e Superior de qualidade contribui diretamente com as **metas 4.3 e 4.4.** Em 2021, os investimentos na área totalizaram R$68 milhões, aplicados na ampliação da oferta do ensino técnico e tecnológico por meio de parcerias interinstitucionais e interlocução com o setor produtivo.

CRECHES POR TODO O PARÁ

Lançamento do Programa e o projeto das novas creches.

A **ampliação do Programa Forma Pará,** lançado em 2019, visa expandir a oferta de vagas dos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológica) nos municípios do Estado que não possuem polos das universidades ou oferta de cursos específicos. Em 2021, garantiu a **criação de 1.440 novas vagas**, em seis regiões do Estado. Com as restrições da Pandemia da Covid-19, a **distribuição de 1.000 chips com 20 gigabytes de internet** garantiu aos alunos de graduação o acesso às aulas remotas dos cursos do Programa.

A Universidade do Estado do

Pará ofertou também novas vagas em 108 cursos regulares, totalizando aproximadamente **3.800 vagas ofertadas** em 21 campi do estado, impactando na **meta 4.4**.

Vale destacar a implementação do **primeiro curso de Fonoaudiologia do Estado, e o lançamento do Curso Tecnólogo de Gastronomia**, que visa qualificar os profissionais do município de Salinópolis, além de direcionar as formações às demandas de mercado, contribuindo com as **metas 4.4 e 4.5.**

Em relação à **ampliação de vagas de ensino superior**, a Universidade Estadual ofertou, em 2021, em edição especial, 110 vagas para os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática e Engenharia de Software, atendo o município de Parauapebas.

Em 2021, o **incentivo à pesquisa e extensão no Estado do Pará,** em alinhamento à **meta 4.4,** possibilitou a **oferta de 1.041 vagas,** distribuídas em 106 cursos de Pós-Graduação, com cobertura das 12 regiões de integração do Estado.

Outra contribuição importante foi a **implantação do curso de Pós-Graduação Latu-Sensu em Musicoterapia**, ofertando 50 vagas, com o objetivo de formar profissionais habilitados para atuarem em tratamento mais humanizado nas áreas da saúde, educação e assistência social.

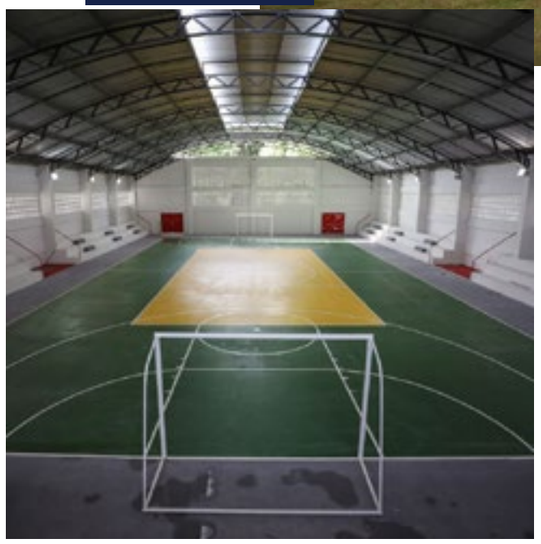
Destaca-se, ainda, o lançamento do curso pós-graduação em nível de aperfeiçoamento em **"Políticas Públicas e Gerenciamento de Processos Inclusivos: um olhar para o Transtorno do Espectro do Autismo",** disponível em um novo ambiente virtual, na plataforma Moodle.

A **educação profissional,** área que contribui à **meta 4.4,** agrega uma rede estadual de 28 escolas ativas, com a oferta de 48 cursos técnicos, em 17 municípios, de nove regiões de integração. Em 2021, registrou-se a matrícula de 3.344 alunos na educação profissional integrada à educação básica, 725 na educação profissional de jovens e adultos (Proeja), 5.400 na modalidade subsequente e 34 na modalidade concomitante.

CURSO DE FONOAUDIOLOGIA DA UEPA

Aula inaugural de forma híbrida do Curso.

INAUGURAÇÃO DA EETEPA DE BREVES



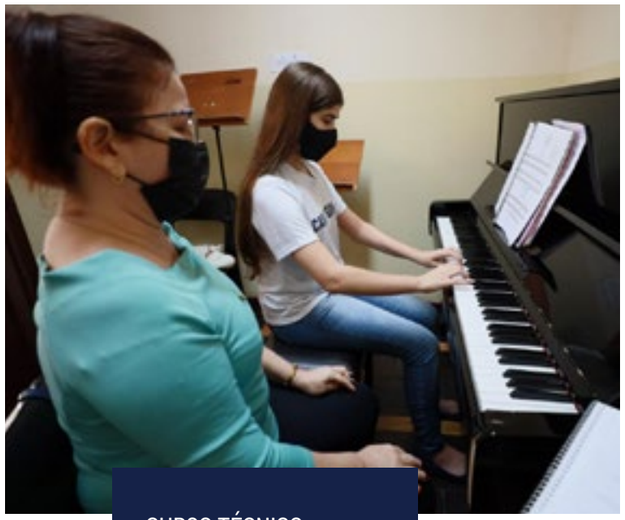
Objetivando reduzir desigualdades históricas e ampliar a rede de educação profissional e tecnológica, o governo estadual entregou para a comunidade escolar da Ilha do Marajó a **Escola Tecnológica de Breves**, com 12 salas de aula, laboratórios, espaços administrativos, esportivos, anfiteatro, auditório, dentre outros. Com vistas à melhor qualificação profissional à população marajoara, a capacidade de atendimento foi ampliado para 1.440 alunos.

A oferta de **cursos profissionalizantes** à população, com foco no mercado de trabalho, alinha-se à **meta 4.4**, destacando a **qualificação de 5.253 profissionais** nas seguintes áreas: Técnico em informática, Segurança do trabalho, Administração, Meio ambiente, Secretariado escolar, Agropecuária, e Técnico em música, dentre outros. Ressalta-se o **curso técnico com habilitação em canto lírico, instrumento e regência** que culminou na **formação de 27 alunos** das turmas de 2018/2019.

Ainda em contribuição às **metas 4.3 e 4.4** foram realizados cursos

profissionalizantes em várias áreas. Destacam-se, em 2021:

- Através da FCG, Sectet e da Setur, foram **qualificadas 2.280 pessoas,** mediante investimento de R$8,6 milhões.
- Foram **926 pessoas atendidas em cursos livres** de instrumentos musicais, qualificações de bandas musicais e musicalização em cinco municípios do Estado.



CURSO TÉCNICO MUSICAL

Alunos do ensino técnico musical em aula com os professores do IECG, e aluna sendo graduada no curso técnico musical na Sala Ettore Bosio, na Fundação Carlos Gomes.

- Oferta de **cursos de qualificação profissional** ao público do projeto **Territórios pela Paz (TerPaz)**, que auxiliam na promoção e inserção socioeconômica, com destaque para os cursos **"Mecânico em refrigeração e climatização residencial", "Aperfeiçoamento da linguagem para comunicação no mundo do trabalho", "Projeto de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica" e o projeto "Mapas digitais**", presente em sete regiões de integração do estado, através de parcerias com o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR).
- Na área de **turismo,** foram **qualificadas 738 pessoas** nas temáticas "Observação de Aves", "Condutor de Trilhas e Caminhadas", "Manipulação de Alimentos" e "Garçom e Garçonete", em nove regiões do estado.

EETEPA DR. CELSO MALCHER

O Governo do Estado mantém a rede de educação profissional que agrega 28 escolas ativas na oferta de 48 cursos técnicos, em 17 municípios, de nove regiões de integração.

- A matrícula de **84 alunos** no **curso superior de Tecnologia em comércio exterior,** em Belém, realizado pela Universidade do Estado Pará (UEPA), e de **100 alunos no curso de Gastronomia,** parceria da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (Sectet) com a UEPA, através do **Programa Forma Pará**, iniciados em Janeiro/2021; ambos na modalidade intervalar/intensivo.

Quanto à **meta 4.5,** *"eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade"*, houve contribuições do governo estadual, em 2021, com ações nas áreas de educação básica e superior, esporte e cultura, ressaltando a participação ativa os atletas com deficiência.

Em consonância à **meta 4.5** foi realizado o **atendimento de 83 escolas** da rede regular de ensino, em parceria com o governo federal, por meio do **Programa Sala de Recursos Multifuncionais,** que consiste na organização e na oferta do **Atendimento Educacional Especializado (AEE),** prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do

DANÇA ESPORTIVA EM CADEIRA DE RODAS

Equipe de Dança Esportiva em Cadeira de Rodas – Medalhas no World Para Dance Sport Championship – 2021, Gênova, na Itália, e Cleyton Bentes – Campeão Mundial na categoria Single Freestyle no Campeonato Internacional on line da modalidade.

desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Ainda em contribuição à **meta 4.5,** o governo estadual apoiou a **equipe paraense de Dança Esportiva em Cadeira de Rodas** em competições nacionais e internacionais, que alcançou resultados importantes para o fortalecimento da modalidade, assim como o **basquete feminino em cadeiras de rodas**. Em 2021, **367 atletas** por meio de incentivo estaduais foram destaques em diversas modalidades, tais como: basquete em cadeira de rodas, esgrima, judô, dentre outros.

Objetivando a inclusão e contribuir com a **meta 4.5,** registra-se a **conclusão e formatura da primeira turma de surdos nos cursos de letras e libras,** em Marabá, pela UEPA.

Destacam-se ainda, em 2021, a valorização da educação intercultural com a **formação de 100 indígenas das tribos Tembé Gurupi, Assurini do Trocará e Território Etnoeducacional Tapajós-Arapiuns,** que receberam a outorga de grau no curso de **Professor Intelectual Indígena**, contribuindo com a **meta 4.5**.

Com o objetivo de reduzir as desigualdades e contribuir para inclusão social, perspectiva alinhada à **meta 4.5**, o **Projeto Gol do Brasil,** implementado em parceria com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), visa à oferta por meio do acesso ao esporte, favorecendo vivências educativas e cidadãs. Em três anos, envolveu **600 crianças e adolescentes** da rede pública estadual.

Na área cultural, mediante o retorno das atividades presenciais, extensa programação foi organizada com a **reabertura do Theatro da Paz,** que incluiu as apresentações da **Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz, Amazônia Jazz Band e da Ópera Die Abreise,** sendo esta última exclusiva para as custodiadas e custodiados, **agentes do Sistema Penal e familiares,** corroborando com a **meta 4.5**.

INCENTIVOS ESTADUAIS

A seleção Paraense de Basquete em Cadeira de Rodas – 1º lugar no Campeonato Brasileiro Feminino – Guarapari, no Espírito Santo, e o Judoca Thiego Marques – 5º colocado no ranking, com a vitória conquistada em Warwing, na Inglaterra, o que o credenciou a uma vaga, na sua categoria, para as Paraolimpíadas de Tóquio

Destacam-se as iniciativas e estratégias objetivando garantir a alfabetização de todos, incentivando a leitura e reforçando ações voltadas às disciplinas de português e matemática, alinhadas à **meta 4.6.**

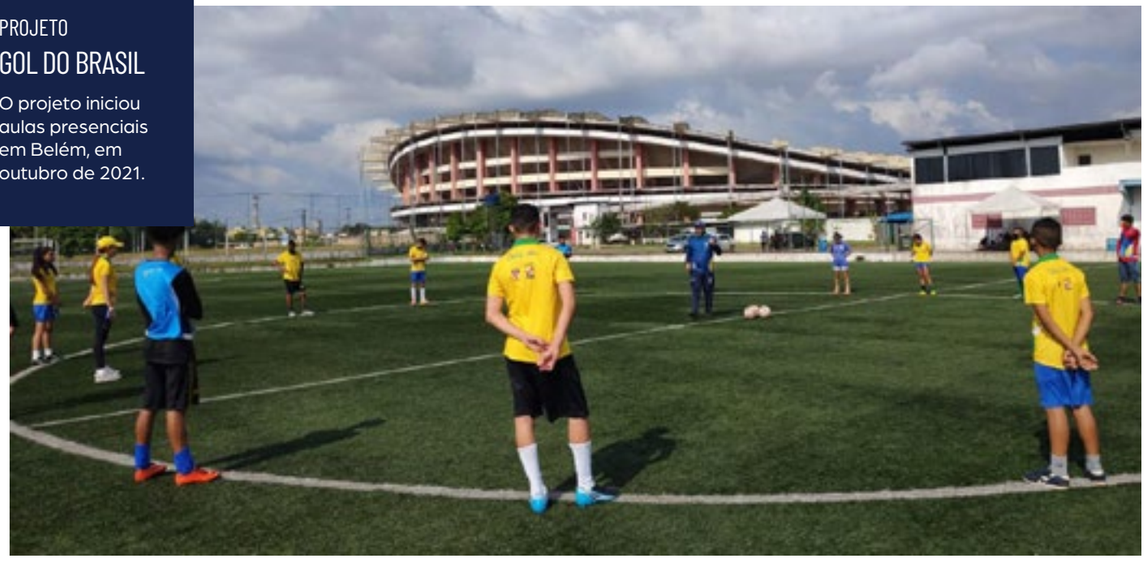
Em 2021, foi realizada a **1ª fase da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem**, que consistiu na realização de diagnóstico, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); as provas ocorreram de modo on-line e presencial, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Participaram do processo **87.900 alunos** do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, de 828 escolas, que realizaram a prova nos 144 municípios paraenses.

Com objetivo de impulsionar o desempenho na habilidade de leitura e nas produções literárias locais, o **Programa Leitura por Todo Pará** apoiou as bibliotecas de seis municípios do Estado, com a distribuição de 600 kits com livros de autores paraenses, proporcionando acesso e a circulação livre da leitura e informação.

Com relação às ações de fomento à leitura e apoio à linguagem literária, em consonância à **meta 4.6**, destaca-se, em 2021, o principal evento literário da Região Norte, **24ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivoze**s, que atingiu um público visitante de 46 mil pessoas, com encontros literários, espetáculos cênicos e musicais, lançamentos de livros de autores paraenses, assim como oportunizou visitas de alunos das escolas públicas à arena principal.

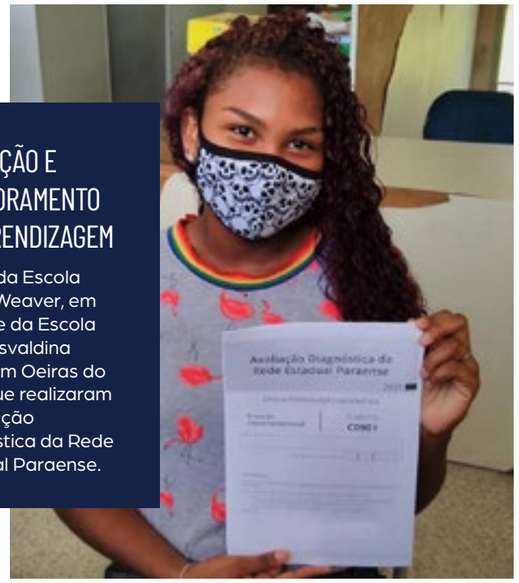
PROJETO
GOL DO BRASIL

O projeto iniciou aulas presenciais em Belém, em outubro de 2021.



AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM

Alunos da Escola Eunice Weaver, em Belém, e da Escola Prof.ª Osvaldina Muniz, em Oeiras do Pará, que realizaram a Avaliação Diagnóstica da Rede Estadual Paraense.



Destaque para o **CredLivro**, incentivo ao consumo de livros e publicações durante o período da Feira, que contemplou todos os profissionais da rede estadual de ensino, com o montante investido de R$1,76 milhão.

Destaca-se a realização da Festa Literária do Xingu, com a mesa de discussão "Festas Literárias: tempo presente e tempo futuro", no auditório da Casa de Memória Transxingu, onde também ocorreu a oficina "Caminhos do Livro: capacitação para escritores e escritoras locais".

Ainda, registra-se na capital do Estado o Workshop "Biblioteca Arthur Vianna: 150 anos de leitura e informação na Amazônia''.

Em 2021, foram implementados 44 espaços de leitura no Estado, alcançando 10 das 12 Regiões de Integração, objetivando impulsionar os espaços de leitura existentes no Estado, com doações de livros, promoção de eventos, criação de guias de bibliotecas paraenses, contribuindo também com a **meta 4.6**.

Ressalta-se que foram destinados ao projeto R$236 mil, contemplando a aquisição e preservação de acervo, atingindo aproximadamente 518 mil peças, com restauração de obras raras, digitalização de livros e higienização.

Destaca-se ainda, em contribuição à **meta 4.6**, a publicação de conteúdos artístico-culturais. Em 2021, em Belém, ocorreu a edição de quatro livros de poetas paraenses, "Anjo dos abismos e outras linhas" – livro de poemas de Ruy Barata, "Os animais da terra", de Vicente Franz Cecim, "Cabanagem", de Paulo Evander Castro, e "Letras que flutuam", de Fernanda Martins.

INCENTIVO À LEITURA

24ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes e o Programa Leitura por Todo o Pará.

O Governo do Pará estimula o acesso à cultura e ao esporte e lazer, como instrumento de identidade, da diversidade e da sustentabilidade para o alcance do desenvolvimento social, pilares que contribuem para o alcance da **meta 4.7**.

O respeito às diferenças integra o processo de ensino-aprendizagem baseado em princípios e valores humanos e éticos, de solidariedade e de afetividade. As ações voltadas à diversidade e à inclusão educacional visam à eliminação de práticas discriminatórias e de exclusão no ambiente escolar. Sob este enfoque, em 2021, 2.872 pessoas e alunos participaram das seguintes realizações:

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA CIDADÃ

Em parceria com cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reaproveitáveis, a ação recolheu papel, plásticos e metal, descartados pela Seduc, em alinhamento ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

PALESTRA

"A Importância da saúde emocional diante dos impactos psicológicos causados pela Pandemia da Covid-19".

ENCONTRO INTERSETORIAL ON-LINE

com coordenadores municipais no Programa Bolsa Família, na educação, saúde e assistência social.

ENCONTRO ON-LINE SOBRE CONSELHO ESCOLAR

Com o objetivo de assessorar seus membros sobre as finalidades e competências.

I ENCONTRO PRESENCIAL DA INTERSETORIALIDADE

Programa Saúde na Escola, Programa Bolsa Família na Educação e Conselho Escolar, com vistas a integrar as políticas públicas existentes nos municípios e à construção do plano de ação pedagógica intersetorial.

WEBINAR: O MINISTÉRIO PÚBLICO/PA E A EDUCAÇÃO

"Fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência contra crianças e adolescentes, para professores e técnicos da educação indígena".

FEIRA LITERÁRIA INTERNACIONAL DO XINGU (FLIX)

Altamira recebe a 3ª edição da Festa Literária Internacional do Xingu .

BIBLIOTECAS

Encontro Regional de Bibliotecas em São Miguel do Guamá, e Biblioteca Itinerante de Barcarena

WEBINAR: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - FLUXO E PROCEDIMENTOS

Com o intuito de assessorar a comunidade escolar no fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Destaca-se ainda o projeto **Cenas da Paz,** como contribuição à **meta 4.7**, que consiste na capacitação e disseminação da linguagem audiovisual, por meio da oferta de oficinas (rádio e web, edição e câmera), a 60 jovens em Belém. Com o mesmo intuito, destaca-se a finalidade do **Projeto Cultural Banzeiro** (Fundação Cultural do Pará), que contribuiu para difusão da cultura local, com diversas linguagens artísticas em bairros da Região Metropolitana de Belém, além da Mostra Cine Diáspora e o Festival do Filme Etnográfico do Pará.

Em 2021, ainda em contribuição à **meta 4.7,** registram-se os projetos e atividades direcionados para o aprimoramento dos talentos regionais e acesso ao público paraense:

III CURSO DE FORMAÇÃO EM ÓPERA

Visa à formação de cantores líricos e técnicos e à disseminação da música clássica no Estado, oferecendo 90 bolsas aos participantes. Vale ressaltar o pioneirismo do Estado do Pará neste programa de cunho formativo no país, com investimento de aproximadamente, R$800 mil, em 2021.

PROJETO CENAS DA PAZ GUAMÁ

A oficina ensina técnicas para o desenvolvimento de produtos audiovisual e rádio, perpassando por noções de câmera, web e edição.

XX FESTIVAL DE ÓPERA DO THEATRO DA PAZ

Com programação composta por oito espetáculos e participação de 386 artistas, com público de 3.899 espectadores.

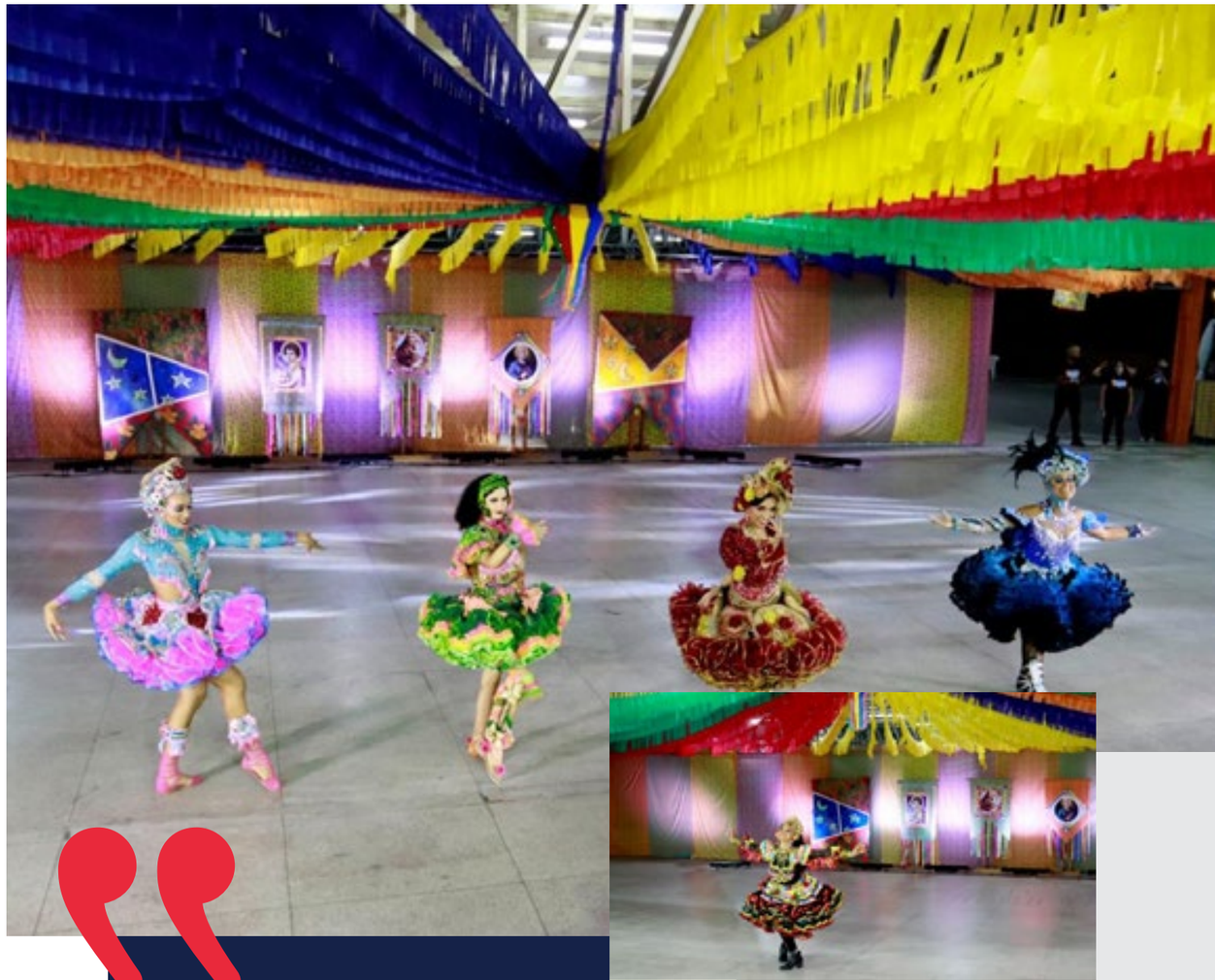
A valorização da cultura popular é uma diretriz da atuação governamental. Dentre os projetos alinhados à **meta 4.7**, ressalta-se o Preamar da Cultura Popular, Festival de Gastronomia e Arraial Junino do Pará.

O projeto **"Arraial Virtual de Todos os Santos"**, tradicional evento realizado no mês de junho, com apresentação de quadrilhas de 12 municípios paraenses, reuniu 129 artistas e 48 grupos de dança (quadrilhas), com investimento de R$1,5 milhão, com transmissão pela TV Cultura e Portal Cultura no YouTube. Foi o primeiro arraial virtual no Pará, dinamizando e inovando o folclore regional.

Em 2021, as expressões artístico-culturais receberam investimento de aproximadamente R$64 milhões, apoiando diretamente, 524 manifestações culturais, beneficiando 2.155 artistas/grupos musicais, e possibilitando o acesso da população aos eventos culturais de forma presencial e on-line.

De forma presencial foi realizado o evento **Banzeiro do Círio,** em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. Foram cerca de 20 dias de apresentações, atendendo vários artistas culturais do estado e garantindo acesso de 2.400 pessoas à manifestação cultural.

O Governo do Pará também realizou a **Mostra Bora Brincar,** composta por ambientes lúdicos, onde os visitantes puderam interagir com todas as linguagens artísticas. O evento marcou a comemoração dos 30 anos do Espaço Cultural Curro



XX FESTIVAL DE ÓPERA

Oportunizou a valorização profissional dos artistas locais, da arte e da cultura.

> *A CULTURA JUNINA MERECE TODO NOSSO RESPEITO. E HISTORICAMENTE É UM MOVIMENTO QUE MEXE COM TODA ENERGIA DESTA FUNDAÇÃO.*
>
> Cláudia Pinheiro, da Diretoria de Interação Cultural

1º ARRAIAL VIRTUAL DO PARÁ

Em formato híbrido, em atenção à política estadual de prevenção contra o novo coronavírus –, a participação massiva dos municípios do Pará, chamou a atenção da organização, sinalizando o reflexo positivo da atuação descentralizadora da Fundação.

PRÊMIOS E PROJETOS

PREAMAR DE CULTURA POPULAR

Celebra o carimbó como Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil.

É UMA FORMA DE VALORIZAR, DE RECONHECER A IMPORTÂNCIA DO RITMO, DA DANÇA, DA ECONOMIA CRIATIVA, DE TUDO QUE CERCA ELE, COMO IMPORTANTE PARA NOSSA CULTURA E NOSSO POVO.

Júnior Soares, diretor de Cultura da Secult

Velho, que cumpre papel importante na comunidade local.

Com o objetivo de melhorar a infraestrutura educacional do estado, os investimentos aplicados para construir e adequar instalações físicas da rede pública estadual educacional, contribuíram diretamente com a **meta 4.a.**

Em 2021, foram reconstruídas 34 escolas em 11 regiões de integração, as quais, somadas às entregas dos anos de 2019 e 2020, totalizam 85 escolas reformadas e inauguradas, em todo o estado.

Em consonância à **meta 4.c**, em 2021 foram qualificados 4.729 profissionais da gestão educacional de todas as Regiões de Integração do Estado, que consiste na capacitação do corpo técnico-gestor responsável pela condução administrativa e pedagógica das escolas.

A disseminação do conhecimento e inovação incentivou a realização virtual, em 2021, da **Semana Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento**, com o tema "Inovações Pós-Pandemia", contribuindo com a **meta 4.b.** O evento reuniu professores, profissionais e especialistas de diversas áreas em diálogos sobre as mudanças, desafios e inovações para enfrentar as consequências da pandemia da Covid-19.

Outra contribuição à **meta 4.b** foi a capacitação dos profissionais de educação física que visa melhorar o desempenho da educação socioesportiva, atividade direcionada aos alunos matriculados nos projetos governamentais da área do desporto e lazer. Em 2021, a capacitação envolveu 227 profissionais atuantes em vários projetos, como: Gol do Brasil, Talentos Esportivos e Vida Ativa na Terceira Idade. Dentre as modalidades abordadas, o futebol de campo foi foco da capacitação de 134 profissionais, atendendo quatro municípios do Estado.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

5 IGUALDADE DE GÊNERO

IGUALDADE DE GÊNERO

OBJETIVO 5

ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS.

O ODS 5 propõe-se como objetivo extremamente desafiador, por conta da transversalidade das ações governamentais capazes de impactar suas metas, que buscam, entre outras transformações, a eliminação da violência, a valorização do trabalho doméstico não remunerado e a garantia de participação política, econômica e pública.

A concepção de um ODS específico para a promoção da igualdade de gênero denota o quão importante é este tema ao redor do mundo.

O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TODAS AS SUAS FORMAS É UM DOS PRINCIPAIS DESAFIOS NA BUSCA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ, EM UMA DIMENSÃO ESTRUTURANTE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO, COM IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.

O ODS 5 é composto de onze metas, sendo dez finalísticas e uma de implementação. Neste capítulo, serão apresentadas as metas nacionais e as respectivas contribuições do Governo do Estado, durante o exercício de 2021, para o alcance deste objetivo.

TRABALHAR, ALÉM DO EMPODERAMENTO FINANCEIRO, É UMA FORMA DE ACOLHIMENTO PARA QUE SE SINTAM CAPAZES DE COLOCAR EM PRÁTICA SUAS HABILIDADES E MELHORIAS À SAÚDE MENTAL.

Márcia Jorge, coordenadora da CIPM.

PROJETO
GIRÂNDOLA

Ação se volta às mulheres em situação de violência doméstica, contribuindo com a promoção da autonomia financeira para que elas possam sair do ciclo de violência.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 5.2

Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

META 5.A

Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

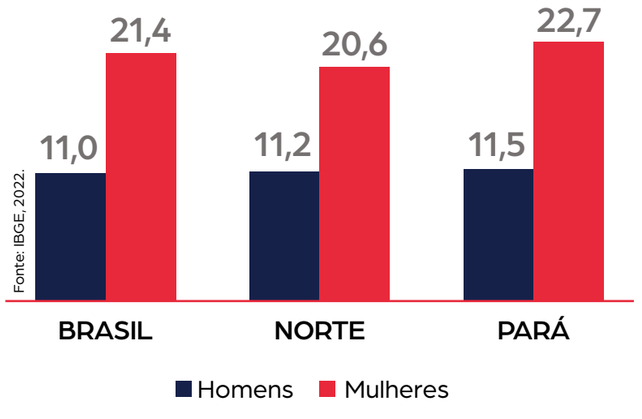
META 5.C

Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbana.

ONDE ESTAMOS

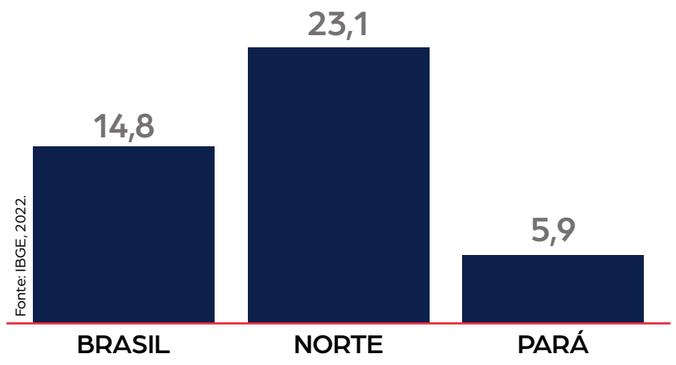
RENDIMENTO MÉDIO POR SEXO
PARÁ 2012-2020

NÚMERO MÉDIO DE HORAS SEMANAIS DESTINANDAS AOS
AFAZERES DOMÉSTICOS, 2019



PROPORÇÃO (%) DE

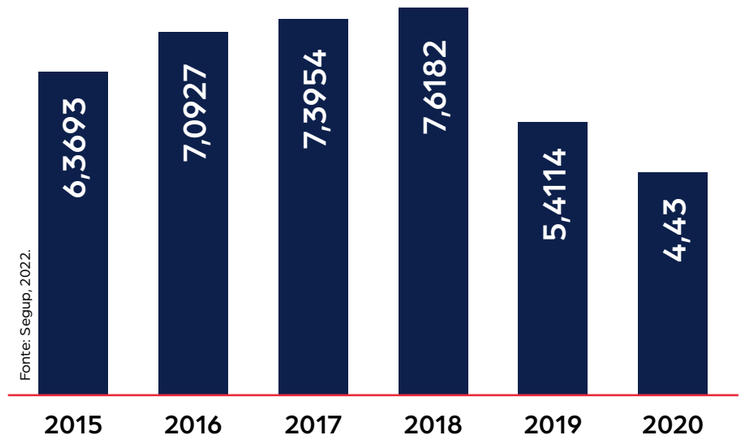
CADEIRAS OCUPADAS POR MULHERES EM EXERCÍCIO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - 2020



Fonte: IBGE, 2022.

TAXA DE HOMICÍDIO DE MULHERES NO PARÁ

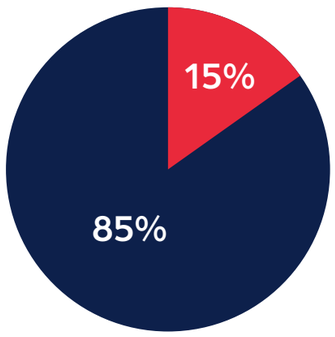
2015-2020 (ÓBITOS POR CEM MIL MULHERES)



Fonte: Segup, 2022.

PROPORÇÃO (%) DE

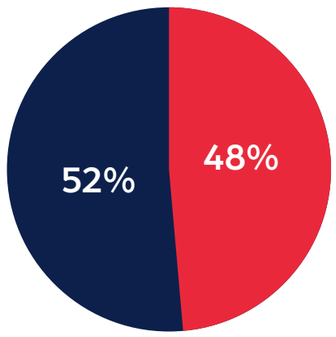
MULHERES ELEITAS PARA CÂMARA DE VEREADORES NO PARÁ, 2020



Fonte: IBGE, 2022.

PROPORÇÃO (%) DE

MULHERES DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR NO PARÁ, 2019

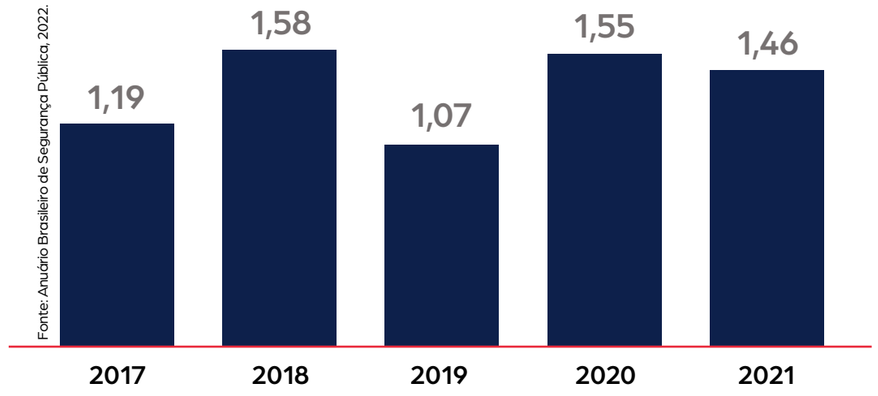


Fonte: IBGE, 2022.

Homens Mulheres

TAXA DE FEMINICÍDIO NO PARÁ

2017-2021



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

O QUE FIZEMOS

Iniciativas do governo estadual contribuem para o alcance das metas do ODS 5, mais especificamente à **meta 5.a** – *garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.*

Destaque para o **Projeto Girândola,** desenvolvido pelo Governo do Estado em parceria com diversas instituições, com o objetivo de atender mulheres jovens e adultas, da cidade, do campo, da floresta e das águas, em situação de vulnerabilidade social, risco a vida e que se encontram sob medidas protetivas, mulheres de populações tradicionais, mulheres em situação de uso de abusivo de drogas, mulheres em situação de tráfico de pessoas e trabalho escravo, mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, ensejando estratégias de acesso à qualificação profissional, para que possam gerar renda e tornar-se independentes financeiramente, o que contribui à construção ou resgate da autoestima.

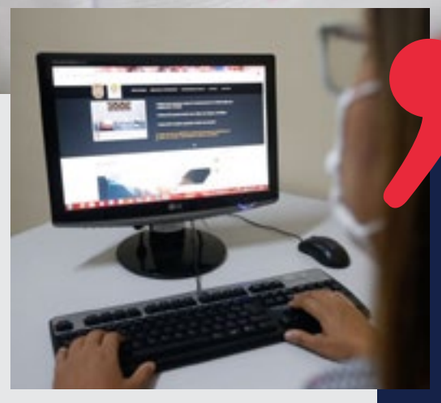
Em 2021, o projeto, em uma parceria entre o governo estadual e diversas instituições, possibilitou cursos e oficinas de qualificação profissional, **atendendo 400 mulheres,** e impactando a vida de centenas de outras pessoas, entre familiares e afins, nas cidades e no campo, sendo as oficinas nas seguintes temáticas: acolhimento e identidade vocacional das mulheres; empreendedorismo e economia solidária e criativa; técnicas dos empreendimentos a partir do mapa de mercado regional; e plano de negócio e projeto empreendedor: gestão e educação financeira, além dos cursos, nas áreas de gastronomia e panificação, bolos e doces, processamento de frutas, corte e costura básico e costureiro; e artesanatos diversos.

A META DO PROJETO GIRÂNDOLA É VIABILIZAR A INSERÇÃO DO PÚBLICO FEMININO NO MERCADO DE TRABALHO, POR MEIO DE PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Márcia Jorge, coordenadora da CIPM.

PROJETO
GIRÂNDOLA

Alunas do curso Artesanato Capitonê em capas de almofadas, em Bragança, e Comunidade de Taperaçu Campo, no Curso de Doces Modelados, em Bragança



MUITAS MULHERES NÃO CONSEGUEM ROMPER O CICLO DE VIOLÊNCIA POR SEREM DEPENDENTES FINANCEIRAMENTE, E ISSO PRECISA MUDAR.

Claudilene Maia, delegada, chefe da Procuradoria Jurídica da Fundação ParáPaz e coordenadora do projeto "Entre Elas".

AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA

Unidade ParáPaz Integrada DEACA Santa Casa. Violência contra a mulher é combatida com ações de curto, médio e longo prazos.

A participação do Estado para o alcance da **meta 5.2** – *eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas* – respalda-se na implementação do **Sistema de Atendimento Integrado à Mulher (SIV Mulher 2.0)**, ferramenta tecnológica que passou por atualizações em 2021, para proporcionar mais celeridade, resolutividade e qualidade no atendimento às mulheres em situação de violência, contando não apenas com informações policiais, mas também com informações médica e psicossocial.

As informações inseridas no sistema auxiliam o Poder Judiciário na avaliação de risco, expedindo, quando for o caso, medida protetiva para mulheres ameaçadas.

No caso da **meta 5.C** – *adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbana*, a contribuição do governo estadual dá-se na implantação de **Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e de Organismos Municipais de Políticas para Mulheres**, para apoiar os municípios no que tange à formulação de políticas públicas que visem à promoção e à proteção dos direitos das mulheres.

Os Conselhos são constituídos por representantes da sociedade civil e do poder público, e têm a responsabilidade de formular, propor e fiscalizar o cumprimento das legislações pertinentes ao público feminino. Atualmente, o Estado conta com **46 Conselhos,** sendo quatro criados em 2021, mesmo número de **Organismos Municipais** criados nesse ano, que se somaram aos 19 existentes.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

OBJETIVO 6

ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODAS E TODOS.

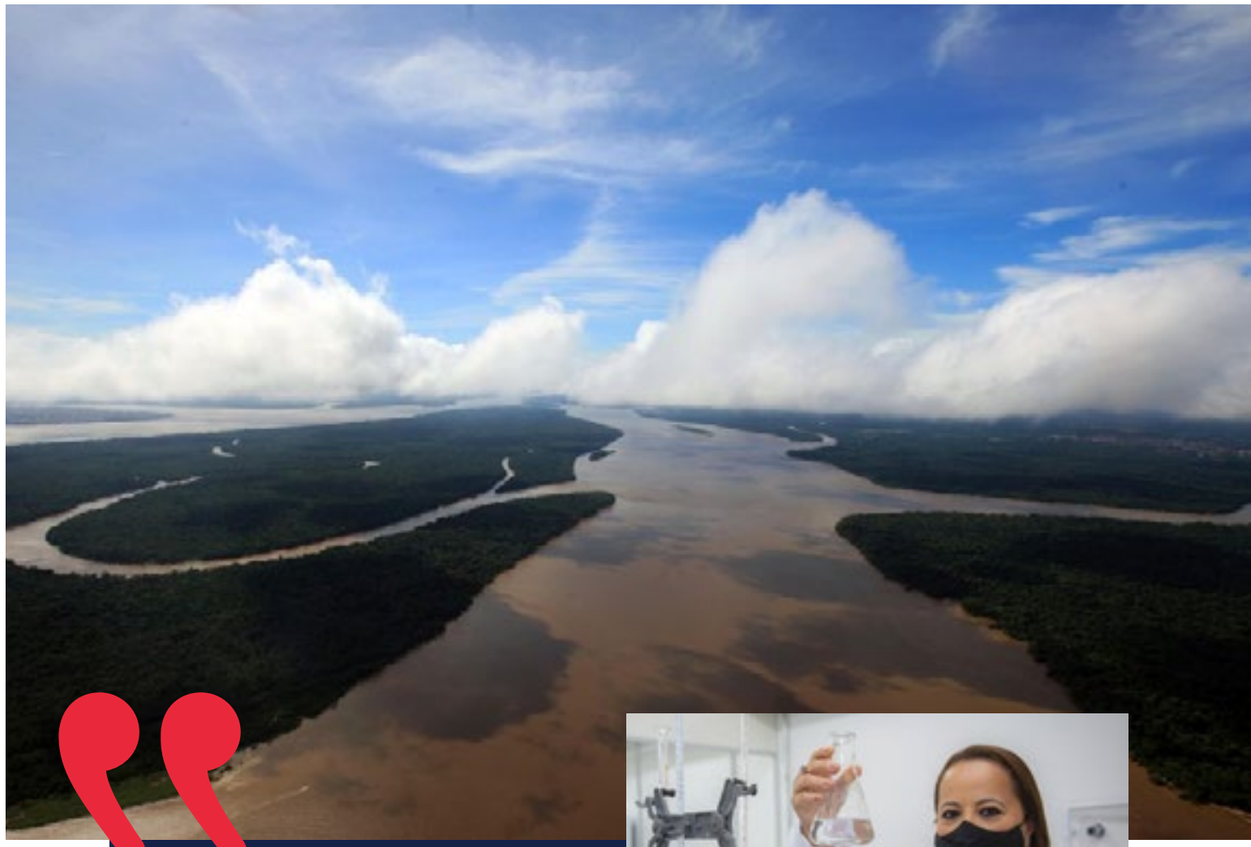
O ODS 6 é composto de oito metas, sendo cinco finalísticas e três de implementação. Esse Objetivo preconiza assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, com suas metas fazendo referência à necessidade de preservação e garantia da universalização do acesso de qualidade a esses serviços. Também evidencia a oferta de saneamento básico e higiene de maneira uniforme, visto que a falta de saneamento básico gera situações que podem comprometer a qualidade dos recursos hídricos, sobretudo das fontes de água adequadas para o consumo humano, com impactos na saúde e em vários outros setores da vida.

As dimensões econômicas, sociais e ambientais trazidas nas metas do ODS 6 consubstanciam proposições para a implementação de ações que reduzam a poluição dos recursos hídricos e melhorem a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Assim como propõem o uso racional desses recursos pelos setores econômicos.

O controle social da gestão e utilização da água e o monitoramento ambiental também são recomendações importantes para o alcance do conjunto de metas preconizadas.

Na execução dos **programas do PPA**, no ano de 2021, o Governo do Pará realizou ações que contribuem para as metas do ODS 6, sendo que algumas receberam impactos diretos e outras, apenas sobre alguns dos aspectos anunciados, mas que é pretensão da gestão estadual realizar obras, iniciativas e ações para o seu alcance nos anos seguintes.

São apresentadas, a seguir, as metas referentes aos ODS 6, elaboradas nacionalmente, e as ações realizadas pelo governo estadual que contribuem para o alcance das mesmas.



FORMAR E FIXAR PROFISSIONAIS NA REGIÃO PARA PRESTAR SERVIÇOS E ATENDER A COMUNIDADE. NÓS TEMOS UMA DAS MAIORES BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNDO E TEMOS CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS.

Hebe Morganne, professora e coordenadora do Laboratório.

LABORATÓRIO DE QUALIDADE DE ÁGUA DA AMAZÔNIA

Uepa inaugura Laboratório de referência em análise das águas. Espaço vai ampliar as ações e pesquisas da Universidade do Estado do Pará, e é o primeiro especializado para análise química dos recursos hídricos.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 6.1

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.

META 6.2

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

META 6.3

Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.

META 6.4

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.

META 6.5

Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.

META 6.6

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.

META 6.A

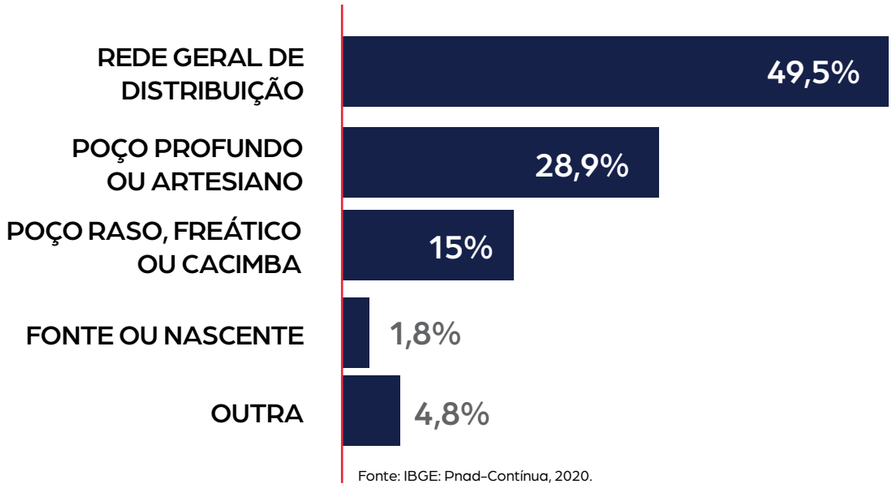
Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reúso.

META 6.B

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.

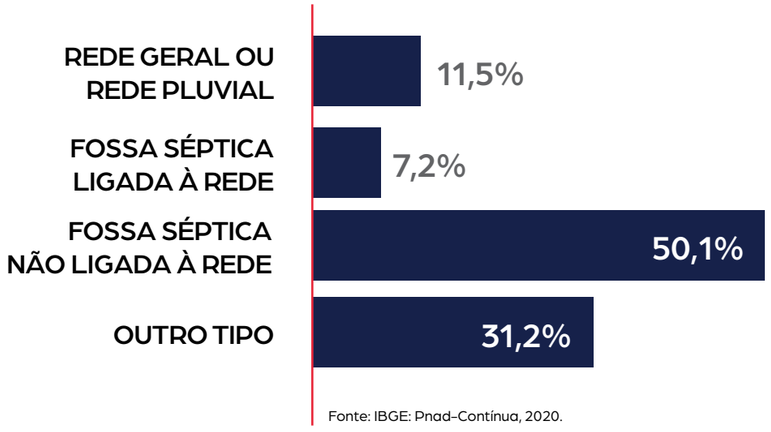
ONDE ESTAMOS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2019



Fonte: IBGE: Pnad-Contínua, 2020.

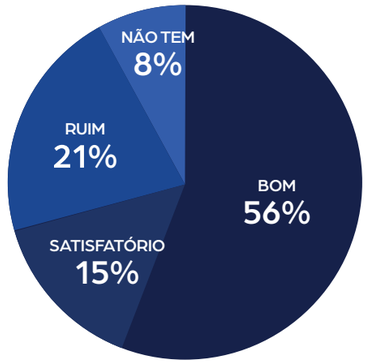
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2019



Fonte: IBGE: Pnad-Contínua, 2020.

PARÁ - RMB[1]

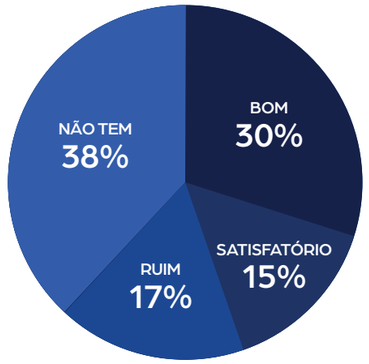
AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O FORNECIMENTO DE ÁGUA
2018



Fonte: IBGE- POF 2017-2018
[1]Nota: Áreas Urbanas da Região Metropolitana de Belém.

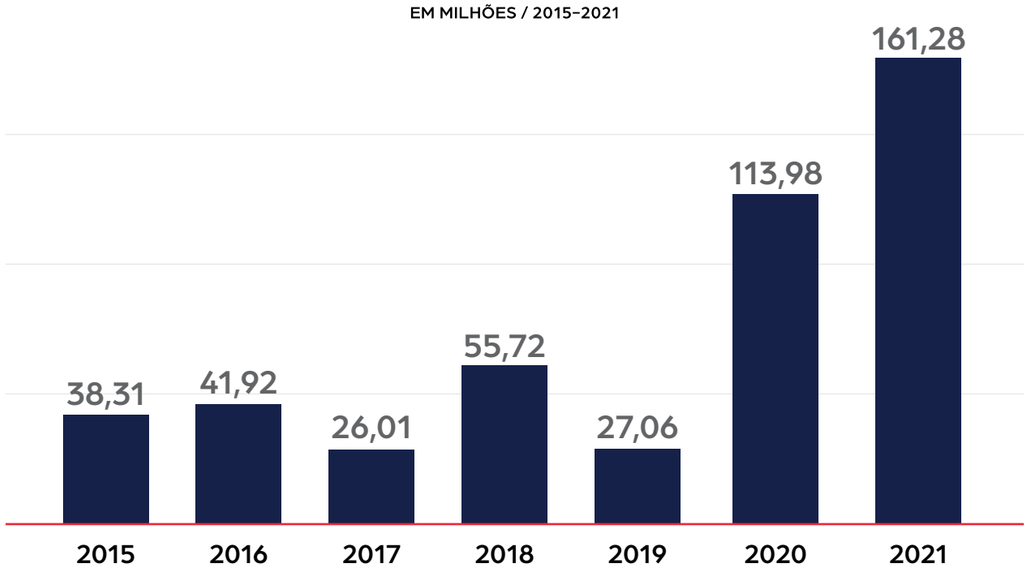
PARÁ - RMB[1]

AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2018



Fonte: IBGE- POF 2017-2018
[1]Nota: Áreas Urbanas da Região Metropolitana de Belém.

GASTO ESTADUAL COM SANEAMENTO
EM MILHÕES / 2015-2021



Fonte: STN/Siconfi, 2021.

O QUE FIZEMOS

No Brasil, as responsabilidades pela **gestão, preservação e provimento de água potável e saneamento básico** são tripartites, ou seja, correspondem aos governos federal, estadual e municipal, estabelecidas na Constituição Federal e em vários instrumentos legais, como a recente Lei Nº14.026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico.

O Governo do Estado do Pará tem concebido, no seu planejamento, programas que buscam promover o acesso da população aos serviços do saneamento básico, visando reduzir as deficiências estruturais nessa área, em alinhamento às metas estabelecidas no ODS 6.

As ações realizadas, em 2021, de abastecimento de água e saneamento, vão ao encontro de alguns dos propósitos estabelecidos nas metas do ODS 6, da Agenda 2030, por meio de quatro áreas de atuação: Desenvolvimento Urbano: Habitação, Saneamento e Mobilidade; Educação; Meio Ambiente e Ordenamento Territorial; e Direitos Socioassistenciais.

Na área de Desenvolvimento Urbano: Habitação, Saneamento e Mobilidade, as atividades estão alinhadas às **metas 6.1** – *até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos* – e **6.2** – *até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade* – que objetivam melhorar as condições de habitabilidade de famílias de baixa renda; e promover e disponibilizar aos usuários o acesso a serviço público de saneamento básico e aos serviços urbanos de mobilidade e ordenamento territorial.

Em relação à **garantia de direitos socioassistenciais,** ressaltam-se as contribuições para a **meta 6.1,** do **Programa Água Pará**, que custeou o consumo de água, durante um período de dois anos, para as famílias inscritas no Programa Bolsa Família, que registraram um consumo médio mensal de até 20m³, e encontravam-se inadimplentes ou até mesmo fazendo ligações irregulares por não ter renda. Em 2021, o Programa quitou as contas de aproximadamente 145 mil famílias, que somaram R$7,1 milhões, conforme também mencionado no capítulo 1.

PROGRAMA
ÁGUA PARÁ

O programa prevê o custeio do consumo de água, durante um período de dois anos, a famílias inscritas no Programa Bolsa Família e que registraram um consumo médio mensal de até 20 m³.

No que se refere à área de educação, a análise da qualidade da água, realizada pelo **Laboratório de Qualidade de Água da Amazônia (LQAA)** da Universidade Estadual do Pará, também está alinhada à **meta 6.1.** Em 2021, foram realizadas 842 análises.

Os investimentos, de R$161,28 milhões, em 2021 para a execução da política pública de **saneamento básico** no Estado, demonstram a importância do tema para a atual gestão. As realizações de obras possibilitam ampliar os domicílios com abastecimento de água e com tratamento de esgoto, e, assim, reduzir anualmente esses déficits no Estado. São obras, entregues ou iniciadas em 2021, que ampliam o acesso em quantidade e a qualidade da água, contribuindo para avançar no que preconiza o ODS 6, nas **metas 6.1 e 6.2**, destacando-se as seguintes:

PROJETO CAIXA D'ÁGUA PARA TODOS

Instaladas 10.411 caixas d'água, em 27 bairros de Belém, capital do Estado, garantindo água de qualidade para a população e executadas 6.137 ligações domiciliares, beneficiando cerca de 30.685 pessoas, somando um investimento de R$15,4 milhões;

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Implantada na comunidade habitacional Jaderlândia, no município de Castanhal, cujos investimentos somam R$5,9 milhões.

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No sudeste paraense, no município de Marabá, beneficiando 13.952 famílias.

LIGAÇÕES DOMICILIARES NA REGIÃO MARAJÓ

Executadas 105 ligações domiciliares em abastecimento de água, no valor de R$6 milhões.

LIGAÇÕES DOMICILIARES NA REGIÃO TOCANTINS

Realizadas 1.128 ligações de domiciliares de abastecimento de água, um investimento de R$623,3 mil.

LIGAÇÕES DOMICILIARES NA REGIÃO XINGU

665 ligações domiciliares realizadas de abastecimento de água, com investimento de R$2,95 milhões.

OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Investimento de R$139 milhões, nos municípios de Belém, Marituba, Moju, Salinópolis e Viseu.

MACRODRENAGEM DO CANAL DO TUCUNDUBA

Investimento de R$140 milhões, em 2021, com a 3ª etapa em andamento na capital paraense, com grande impacto na vida da população, a macrodrenagem do Tucunduba engloba diferentes obras e serviços, como a oferta de água tratada e ligações de esgoto, promove capacitações em educação ambiental, concede auxílio financeiro para moradia e melhorias e valorização dos imóveis, dentre outras.

A ÁGUA É VIDA, É SAÚDE, E A AÇÃO FAZ PARTE DE UM PACOTE DE AÇÕES DE SANEAMENTO QUE ESTAMOS DESENVOLVENDO EM TODO O PARÁ.

Helder Barbalho, Governador do Pará.

OBRAS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Ampliando o acesso à água de qualidade na cidade de Viseu, e Estação de Tratamento de Esgoto, em Castanhal, no Projeto Habitacional Comunidade Jaderlândia.

PROJETO
CAIXA D'ÁGUA PARA TODOS

Residências de vários bairros de Belém que receberam Caixa D'Água para Todos.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos e a eficiência do uso, conforme mencionado nas **metas 6.3 e 6.4,** o Governo do Pará aderiu ao ciclo três do **Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas.**

E, em 2021, realizou fiscalizações e inspeções de 16 barragens de acumulação hídrica, localizadas em 12 municípios do Pará.

Ainda em atenção a essas metas, ressaltam-se, em 2021, as **fiscalizações de serviços de saneamento,** sendo de Sistema de Abastecimento de Água, no município de Santarém e do Sistema de Esgotamento Sanitário e da Estação de Tratamento de Esgoto, em Xinguara, possibilitando controlar e fiscalizar a prestação de serviços de saneamento básico concedido pelos municípios a concessionários públicos ou privados, tendo em vista a garantia de prestação adequada do serviço para a população e a necessidade de reduzir desperdícios e aumentar e a eficiência do uso da água.

Na área de **Meio Ambiente e Ordenamento Territorial,** as atividades de gestão dos recursos hídricos, clima e serviços ambientais estão relacionadas à **meta 6.5**. Vale destacar a aprovação do **Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH),** que visa estabelecer as políticas públicas estaduais à gestão do setor, sendo o primeiro estudo oficial sobre o tema produzido no Pará, contribuindo para o alcance das **metas 6.5 e 6.6.** O plano foi aprovado por um conselho formado por representantes da sociedade civil, poder público e usuários dos recursos. Portanto, viabilizando e *fortalecendo a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhoria da gestão da água e do saneamento*, contribuindo também com a **meta 6.6**.

Entre outras medidas para proteger e restaurar os ecossistemas do território paraense, na direção das proposições da **meta 6.6,** cabe mencionar o **Diagnóstico de Infraestrutura e Saneamento Básico,** realizado em 2021, utilizado como subsídio à criação de **Unidade de Conservação (UC)** no município de Abaetetuba.

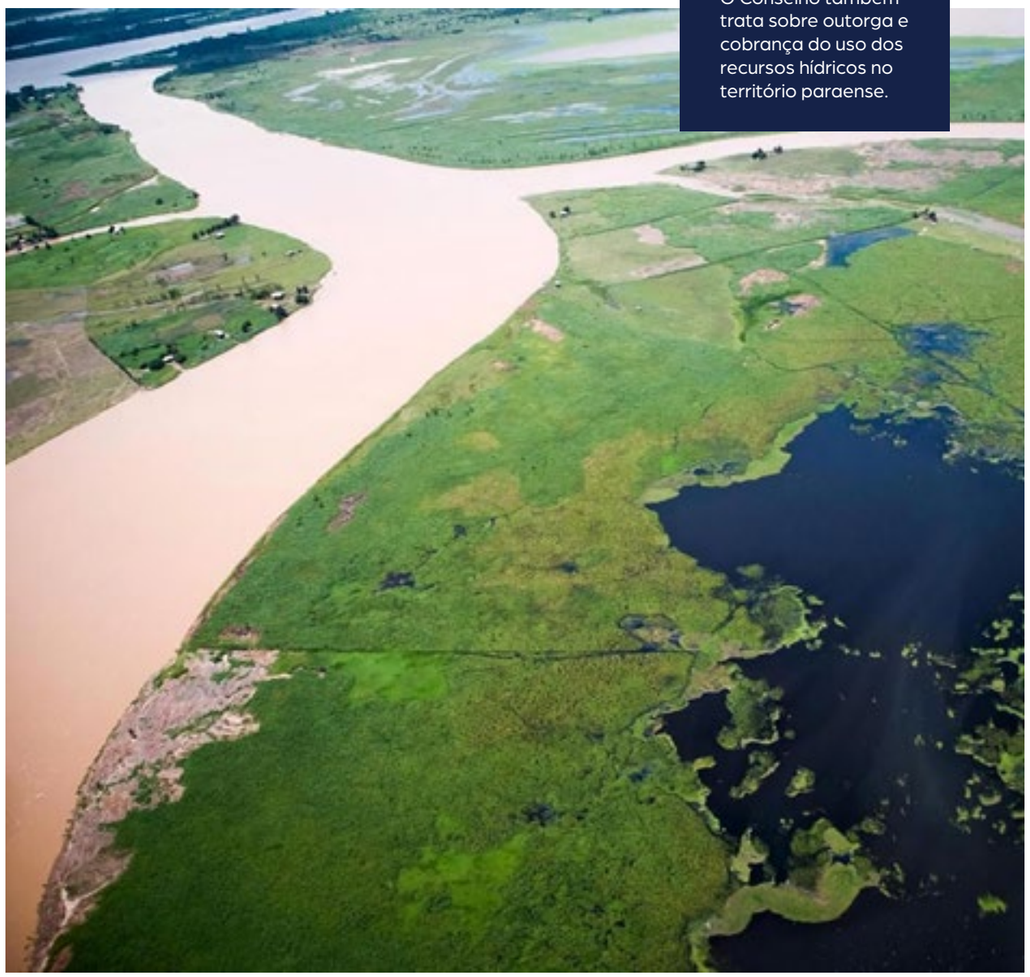
Ao encontro da **meta 6.a,** o Governo do Pará apoiou os municípios de Bujaru (Região Rio Capim), Eldorado dos Carajás (Região Carajás), Juruti (Região Baixo Amazonas), Marapanim (Região Guamá) e São Félix do Xingu (Região Araguaia) na construção dos instrumentos de planejamento e implementação da política de saneamento básico.

Ressalta-se, também, a renovação do C**onselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PA),** vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e formado por 21 membros, representantes do poder público estadual, poder público municipal, usuários de recursos hídricos e integrantes de organizações civis, com objetivos, interesses e/ou efetiva atuação na área de recursos hídricos. O Conselho trata, ainda, sobre outorga e cobrança do uso dos recursos hídricos no Pará, garantindo a participação efetiva da sociedade nas decisões sobre o uso da água, em concordância com a **meta 6.b.**

Ainda em observância a essa meta, ressalta-se o apoio às ações do **Conselho das Cidades (CONCIDADES)** para a construção de políticas públicas voltadas às áreas de habitação, saneamento, mobilidade urbana e planejamento territorial.

CERH-PA

O Conselho também trata sobre outorga e cobrança do uso dos recursos hídricos no território paraense.



RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

OBJETIVO 7

ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL À ENERGIA, PARA TODOS.

O ODS 7 preconiza o acesso universal ao serviço de energia elétrica, através da ampliação de infraestrutura e aprimoramento da tecnologia com serviços de energia modernos, sustentáveis, confiáveis e a preços acessíveis. É composto de cinco metas, sendo três finalísticas e duas de implementação.

NESSE ASPECTO, O GOVERNO TEM INVESTIDO NA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, VISANDO DOTAR O ESTADO DE INFRAESTRUTURA MODERNA, COM BASE EM TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS,

POSSIBILITAR AUMENTO NA PRODUTIVIDADE DOS SETORES ECONÔMICOS E, CONSEQUENTEMENTE, AMPLIAR A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.

São investimentos que colaboram para a obtenção de algumas metas do ODS 7, mesmo que não sejam na integralidade, mas que a gestão estadual pretende alcançar ao longo do tempo.

São apresentadas, a seguir, as metas nacionais e as ações realizadas pelo governo estadual, que, em alguns aspectos, apresentaram contribuições para o alcance das metas do ODS 7.

A POLI METROPOLITANA MOSTRA A PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO NÃO SOMENTE EM OFERECER UM BOM ATENDIMENTO, MAS TAMBÉM EM GERIR DE FORMA EFICIENTE OS RECURSOS PÚBLICOS.

Rômulo Rodovalho,
secretário de Estado de Saúde Pública (Sespa)

ENERGIA SOLAR

Telhado da Policlínica Metropolitana se beneficia da energia solar fotovoltaica em suas instalações, sistema de energia solar limpa que reduz em 30% e 40% o consumo de luz elétrica.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 7.1

Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

META 7.2

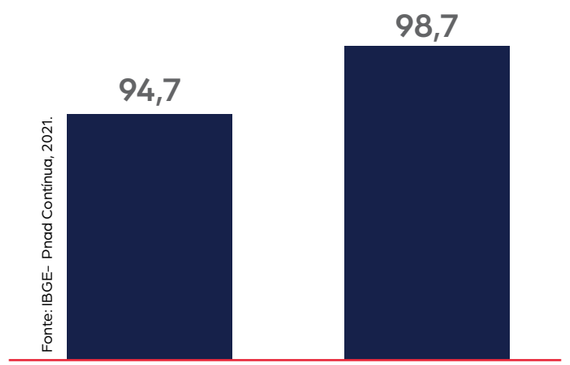
Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

META 7.B

Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.

ONDE ESTAMOS

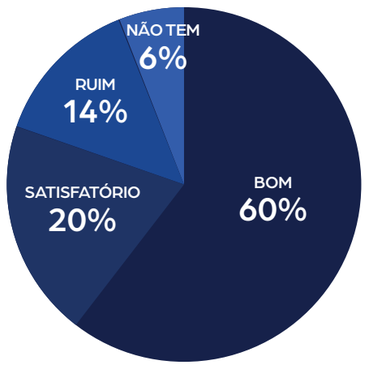
DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA
2019



Fonte: IBGE- Pnad Contínua, 2021.

PARÁ - RMB[1]

AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO QUANTO AOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: IBGE- POF 2017-2018
[1]Nota: Áreas Urbanas da Região Metropolitana de Belém.

O QUE FIZEMOS

No Brasil, a competência para legislar sobre energia elétrica é do governo federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), instituída pela Lei nº 9.427/1996. A ANEEL determina as normas relacionadas aos serviços de energia, regula a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, estabelece a metodologia de cálculo e define as tarifas, que são aplicadas às contas das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia. As tarifas são diferenciadas, de acordo com a composição de cada setor econômico e, em alguns casos, de acordo com a situação de renda, com aplicação da **Tarifa Social de Energia Elétrica** para famílias de baixa renda.

É atribuição do Governo do Estado viabilizar o acesso à energia elétrica a toda a população e aos setores produtivos, de maneira sustentável, investir em tecnologia e promover a diversificação da matriz energética com fontes de energia limpas e sustentavelmente renováveis. Parte dessas atribuições são competências concomitantes e em parceria com outros entes federativos.

A expansão dos serviços de energia elétrica tem sido viabilizada pelo Estado, sobretudo nas áreas mais desprovidas desses serviços, geralmente localidades com maiores dificuldades para se levar energia e com logísticas deficitárias.

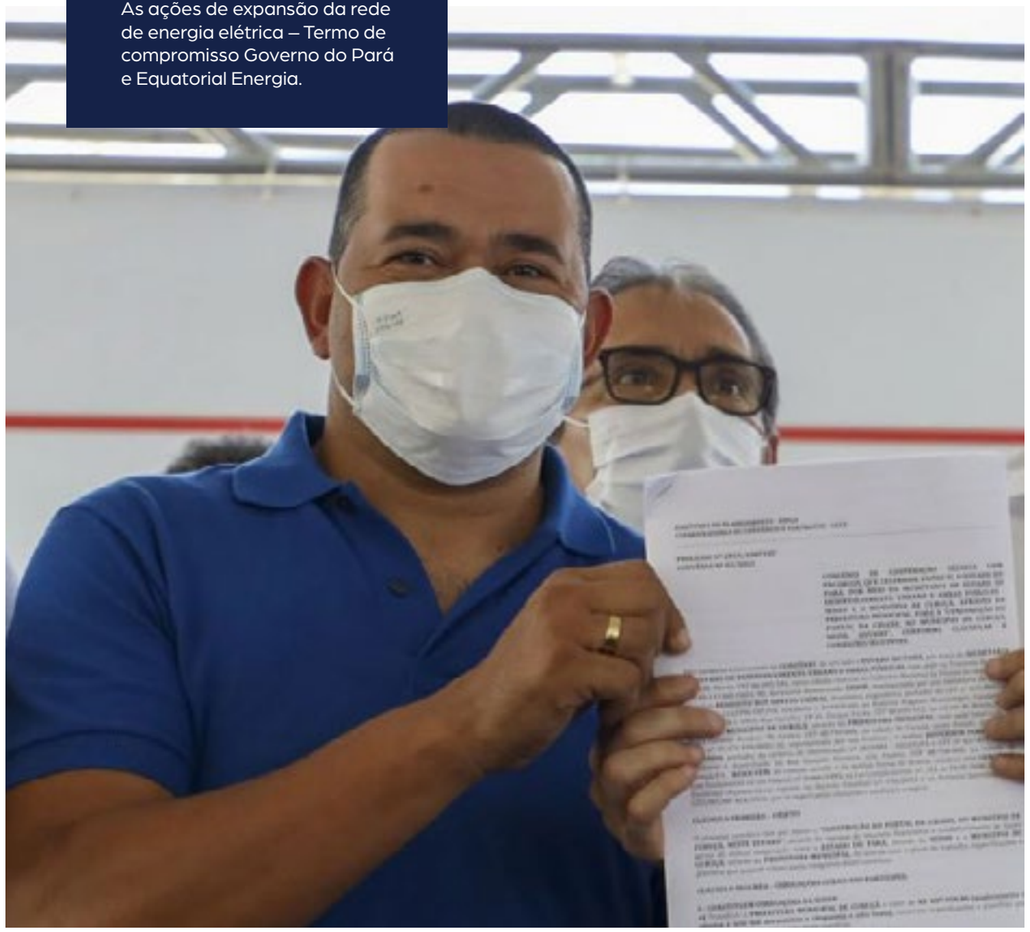
Em 2021, o **Programa de Inclusão Socioeconômica (PIS),** que visa atender interesses do Estado do Pará, em conjunto com a iniciativa privada, um fluxo de investimentos para apoiar o desenvolvimento socioeconômico, especificamente na implantação e/ou expansão do sistema elétrico em áreas de interesse social, validados pela ANEEL. O Programa concluiu obras, totalizando **R$3,87 milhões,** que beneficiaram **554 pessoas**. São realizações que vão ao encontro do que estatui a **meta 7.1** da Agenda 2030, destacando-se os serviços de energia nos seguintes municípios:

- Augusto Corrêa, Região Rio Caeté, Ramal Baia Verde;
- Aurora do Pará, Região Rio Capim (Fazenda Veneza e Fazenda São Luiz);
- Castanhal, Região Guamá, agrovilas de Macapazinho;
- Floresta do Araguaia, Região Araguaia, Cooperativa dos Agricultores de São Francisco;
- Igarapé-Miri, Região Tocantins, na travessia Rio Meruú;
- Inhangapi, Região Guamá, Vila Rocinha;
- Tomé-Açu, Região Rio Capim, ramal Nova Fé;
- Santarém, Região Baixo Amazonas, PA 370.

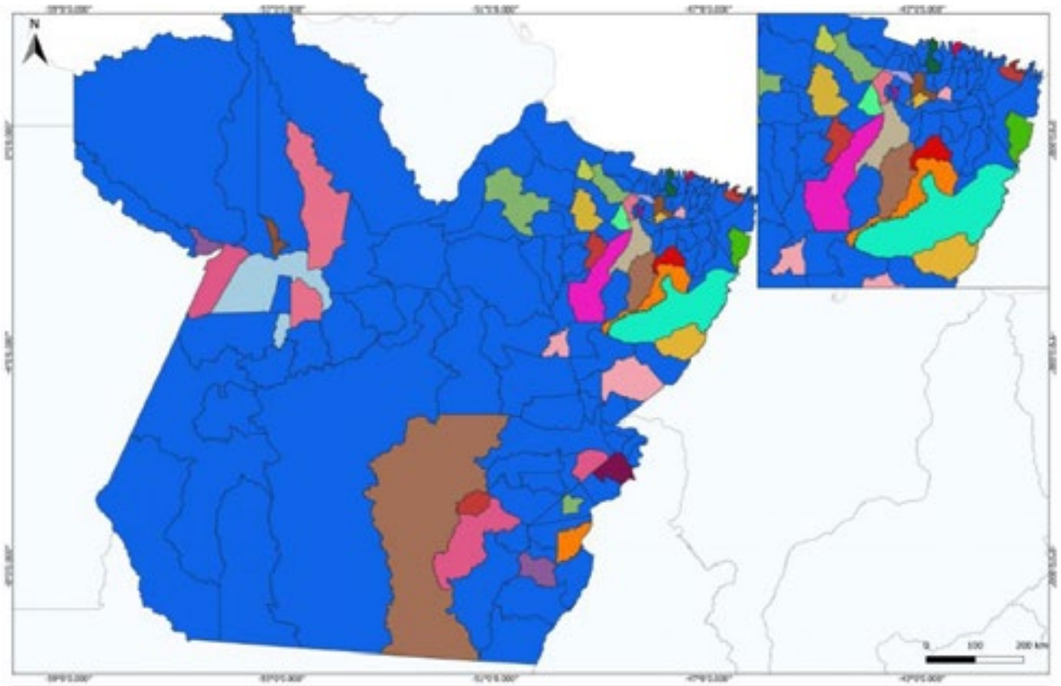
Ainda, como etapas a serem concretizadas, na direção de viabilizar o *acesso confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia*, conforme **meta 7.1,** encontram-se em execução **42 obras de energia elétrica,** totalizando um investimento de **R$37,94 milhões,** distribuídas em 25 municípios, que beneficiarão uma **população de 2.280 pessoas.**

TERMO DE COMPROMISSO

As ações de expansão da rede de energia elétrica – Termo de compromisso Governo do Pará e Equatorial Energia.



OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICO - PIS



FONTE: https://sedeme.pa.gov.br/diren

EXPANSÃO DA REDE ELÉTRICA

Obra de expansão da Rede de Energia Elétrica, em Sapucaia.

No **Programa Plurianual 2020–2023** do governo estadual consta a ação **Implementação do Serviço de Distribuição de Gás Natural,** que visa implantar nova matriz energética, para inserção do gás natural no Estado. No momento, estão em fase de estudos as atividades para a implantação da central de tratamento e distribuição de gás natural, que irá contribuir para o alcance da **meta 7.2.**

No que se refere ao alcance da **meta 7.b,** atividades de **articulação e acompanhamento de projetos estruturantes** são desenvolvidas pela gestão estadual, cujo objetivo é a intermediação junto a organizações do governo federal e outras instituições para a implantação e implementação de sistemas de energia elétrica, de corrente alternada ou contínua, em comunidades que desenvolvam atividades econômicas. Em 2021, foram atendidos 24 municípios, em nove Regiões de Integração, com projetos de modernização dos serviços de energia.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO 8

PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO, E TRABALHO DECENTE PARA TODOS E TODAS.

O ODS 8 recomenda a promoção do crescimento econômico sustentado inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Refere-se à necessidade da implementação de políticas públicas que possibilitem o crescimento econômico a taxas crescentes, com estímulo às atividades econômicas, com inovação tecnológica, ganhos de produtividade, com expansão do emprego em quantidade e qualidade, e dignos, com garantia de direitos assegurados a todos. É composto de 12 metas, sendo nove finalísticas, duas de implementação e uma que não se aplica ao Brasil.

No ano de 2021, o Governo do Pará, como indutor do desenvolvimento econômico, promoveu ações, iniciativas e atividades, cujos resultados impulsionaram o crescimento de alguns setores da economia, o emprego formal e a massa salarial do trabalho com carteira assinada, destacando-se as políticas públicas inclusivas, voltadas para a ampliação e proteção do emprego de jovens e vulneráveis. Dessa forma, colaborou-se para o alcance de metas do ODS 8 embora, para algumas, não se tenham alcançado todos os aspectos anunciados, mas que a gestão estadual continua atuando para atingir ao longo do tempo.

As ações implementadas possuem efeitos concomitantes e transversais na direção do alcance de várias metas do ODS 8, apresentando-se, a seguir, aquelas que tiveram alguma contribuição no ano de 2021.

TÔ HÁ VÁRIOS ANOS SEM CONSEGUIR UM TRABALHO DE CARTEIRA ASSINADA E, COM A PANDEMIA, A SITUAÇÃO FICOU AINDA PIOR. TÔ ESPERANÇOSA DE CONSEGUIR UM EMPREGO.

Pedagoga Maria do Socorro Araújo, moradora do bairro da Terra Firme.

TERPAZ

EMPREGO E RENDA

TerPaz realiza ação com cadastro de trabalhadores e consulta a vagas de emprego. A iniciativa tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos moradores, oportunizando o cadastro de trabalhadores e consulta a vaga de emprego.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 8.1

Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.

META 8.2

Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.

META 8.3

Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

META 8.4

Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

META 8.5

Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

META 8.6

Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados nem estudando ou em formação profissional.

META 8.7

Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.

META 8.8

Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

META 8.9

Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.

META 8.10

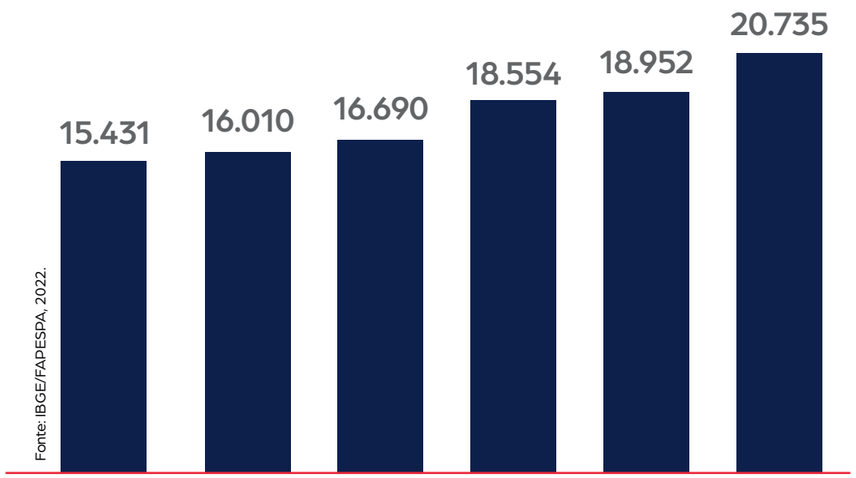
Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos

META 8.B

Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: I) Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; II) Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e III) Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

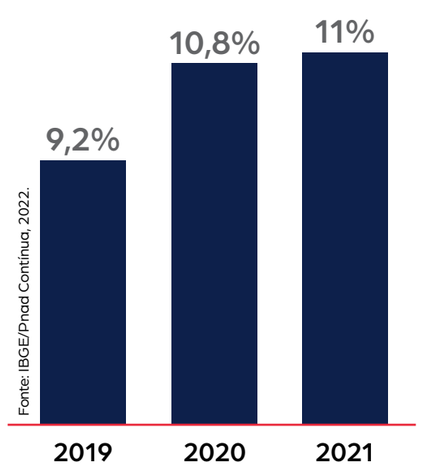
ONDE ESTAMOS

EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA

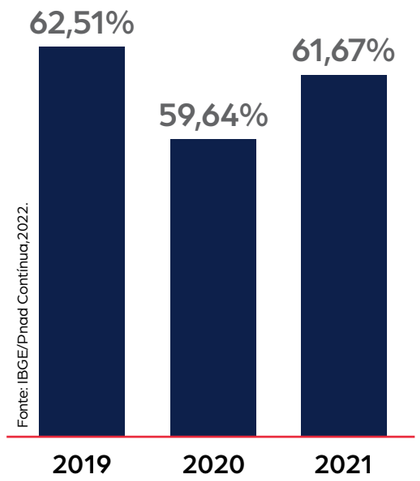


TAXA DE DESOCUPAÇÃO

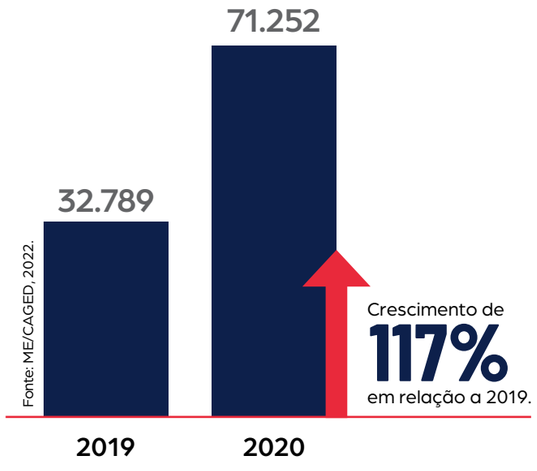
REFERENTE AO ÚLTIMO TRIMESTRE DOS RESPECTIVOS ANOS.



TAXA DE INFORMALIDADE



SALDO DE EMPREGO INFORMAL

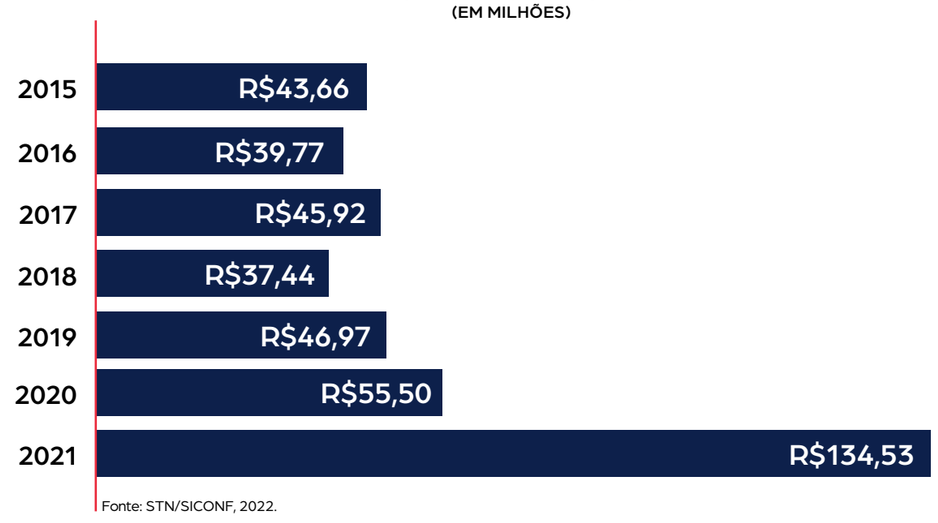


JOVENS NEM-NEM

JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS.

DISPÊNDIO EM CT&I

(EM MILHÕES)



O QUE FIZEMOS

PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DE TODOS OS SETORES ECONÔMICOS DO ESTADO, O GOVERNO DO PARÁ TEM ESTIMULADO A ECONOMIA POR MEIO DE POLÍTICA DO CRÉDITO, APOIO ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS E ATENDIDAS EMPRESAS COM DIVERSOS OUTROS TIPOS DE APOIOS.

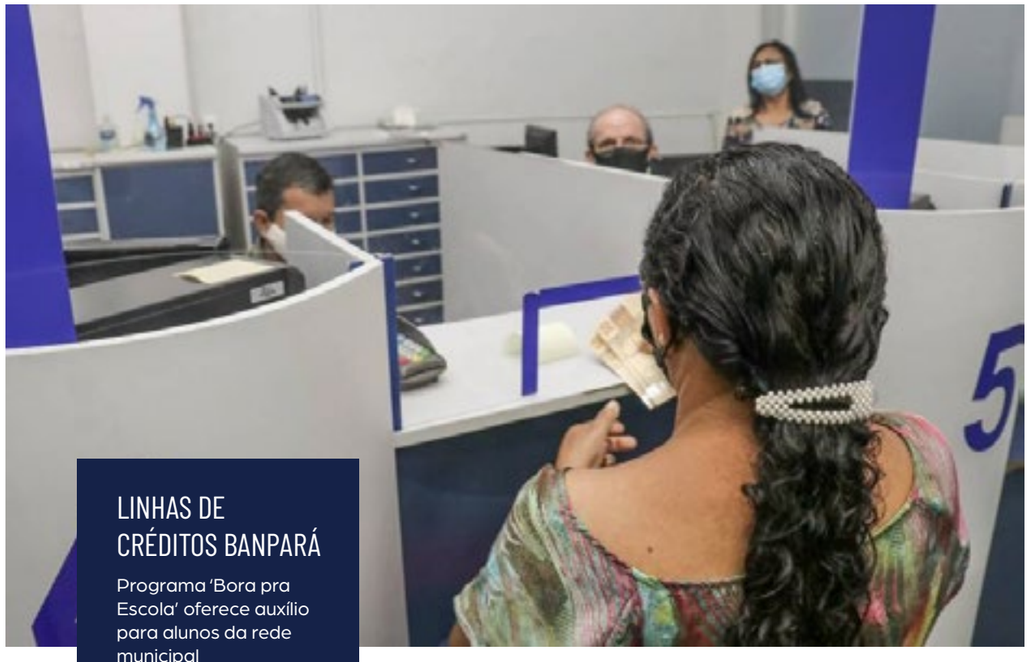
Contribuindo para o alcance da **meta 8.1**, o governo estadual, como indutor do desenvolvimento, no ano de 2021, **investiu R$188 milhões no apoio à indústria, comércio, serviços e turismo e R$716 milhões em infraestrutura e logística.**

Dentre as estratégias adotadas no fomento à economia, com a finalidade de promover o crescimento econômico na direção da **meta 8.1**, destaca-se a realização de esforços para atrair empreendimentos para o Estado, com **ações de promoção comercial do Pará no Brasil e no exterior,** além da **política de atração de investimento local,** como, por exemplo, a **política de concessão de incentivos fiscais,** que em 2021 atendeu **155 empresas,** com **investimentos de R$19,95 milhões.**

Alinhado com a **meta 8.2,** o Governo do Pará desenvolve um conjunto de estratégias, iniciativas e ações voltadas para diversificação e otimização das potencialidades locais, promovendo o aumento da produtividade, com agregação de valor e modernização de tecnologia e inovação. São apoios direcionados aos arranjos produtivos locais, fomento ao setor de gemas e metais preciosos, fomento à verticalização das cadeias produtivas dos minerais metálicos e não metálicos e à verticalização da cadeia produtiva dos agrominerais.

No âmbito da inovação, implementou o **Programa Startup Pará**, que visa incentivar o desenvolvimento de empresas inovadoras, tendo investido, no ano de 2021, **R$1,92 milhões** neste propósito.

O governo estadual atua no apoio a microempresas e empresas de pequeno porte, considerando a importância dos pequenos negócios



LINHAS DE CRÉDITOS BANPARÁ

Programa 'Bora pra Escola' oferece auxílio para alunos da rede municipal

na promoção do desenvolvimento econômico e social, sobretudo para a geração de negócios, emprego e renda.

A concessão de crédito é um dos instrumentos utilizados para fomentar a economia, induzir o desenvolvimento de empreendimentos, promover o empreendedorismo e atenuar ciclos de crises econômicas, consequentemente gerar emprego e renda, contribuindo com as **metas 8.1** e **8.3.** Em 2021, foram investidos **R$221 milhões** em **4.351 operações de crédito** concedidas pelo Banco do Estado do Pará, para pessoas físicas e jurídicas, distribuídas nas modalidades: **Capital de Giro Empreendedor, Folha de Pagamento, Banpará Comunidade** e **Empodera** (incentivo à independência financeira de mulheres).

Além da política de crédito, no ano de 2021, diversas iniciativas relacionadas ao apoio a micro e pequenas empresas apresentaram resultados que influenciam positivamente para vários aspectos enunciados na **meta 8.3,** citados a seguir:

PROJETO NA FÁBRICA

Vinculado ao Programa Territórios Sustentáveis, o projeto "Na fábrica" estimula as atividades dos empreendedores e de economia solidária, desenvolvida pelo Instituto de Gemas e Joias da Amazônia (Igama), no Polo Joalheiro.

LINHA DE CRÉDITO EMPODERA

Programa incentiva a independência financeira e a expansão de negócios de mulheres.

PROJETO "JUCEPA ITINERANTE"

Modernização do registro mercantil, impulsionado pelo Projeto "Jucepa Itinerante", promoveu avanços no uso da tecnologia, aprimoramento e eficiência em procedimentos inovadores que contribuíram para ampliação e formalização/ legalização de empresas no Pará.

APOIO À ABERTURA E FORTALECIMENTO DE MERCADO

Com estímulos à implementação de novos negócios, apoio na divulgação e comercialização de produtos da economia solidária e ao empreendedor. Em 2021 foi viabilizado o atendimento de 2.551 empreendimentos, em 26 municípios, contribuindo para o aperfeiçoamento da capacidade empreendedora e de seus produtos.

PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

Financiamento a micro e pequenos empreendimentos, pelo Programa de Microcrédito CredCidadão. São concessões de microcréditos como incentivo à emancipação econômica e ao empreendedorismo no estado. Foram financiados 3.335 empreendimentos, em 64 municípios, com investimento do governo estadual na ordem de R$16,42 milhões, principalmente, em linhas de crédito convencional, na cadeia do açaí, para mototaxistas e de demanda de emenda parlamentar.

PROJETO PRÓ-CATADOR ATIVAÇÃO PARÁ

Apoio às unidades produtivas, por meio do Projeto Pró-Catador Ativação Pará, que fomentou iniciativas econômicas e solidárias, a exemplo da rede de cooperativa atuante no trato do resíduo sólido, como materiais recicláveis, além de auxiliar na organização produtiva das entidades quanto à melhoria da coleta seletiva, e das condições de segurança e na geração de trabalho e renda. No exercício, foram apoiados nove empreendimentos, em Belém.

COVIDPARÁ INCENTIVA + PARÁ

Especificamente para o enfrentamento da crise econômica decorrente das consequências da Covid-19, contribuindo com a **meta 8.3**, o Governo do Estado do Pará integrou iniciativas, como incentivos às atividades econômicas, apoiou diretamente os empreendedores, por meio dos programas "CovidPará – Fundo Esperança", com oferta de recursos no valor de R$138 milhões, disponibilizados a 66.679 empreendedores, e "CovidPará – Incentiva + Pará", Programa Estadual instituído pela Lei Estadual nº 9.237/2021, com investimento de R$20 milhões, atendendo 9.814 empreendedores.

Inserida no Programa Estadual **Territórios Sustentáveis,** o Governo do Pará implementou a linha de financiamento Banpará-Bio, destinada a produtores rurais. Trata-se de um fundo garantidor de investimentos em bioeconomia, que tem como objetivo apoiar a produção e as respectivas cadeias produtivas em consonância à sustentabilidade. O programa guarda correlação e contribui com os propósitos anunciados na **meta 8.4,** no sentido da *adoção de mecanismos que possibilitem a utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenho em dissociar crescimento econômico da degradação ambiental.*

Alinhando-se com a **meta 8.5,** quanto à introdução de medidas buscando **reduzir a taxa de desemprego,** em 2021 foram **investidos R$23,79 milhões** com a

2ª FASE DO PROGRAMA FUNDO ESPERANÇA

Fonte: Sedeme

MÊS DE CONSTITUIÇÃO (PESSOAS JURÍDICAS)	DATA DE PAGAMENTO
JANEIRO | FEVEREIRO	16 DE AGOSTO
MARÇO | ABRIL	17 DE AGOSTO
MAIO | JUNHO	18 DE AGOSTO
JULHO | AGOSTO	19 DE AGOSTO
SETEMBRO | OUTUBRO	20 DE AGOSTO
NOVEMBRO | DEZEMBRO	23 DE AGOSTO

finalidade de promover a **qualificação profissional** de trabalhadores e empreendedores, contribuindo para inserção e permanência no mercado de trabalho, aumento da renda e, por conseguinte, redução das desigualdades sociais e do desemprego.

Como resultado do fomento aos setores produtivos e ao emprego, o Estado do Pará, no ano de 2021, apresentou aumento no estoque de emprego formal de **71.259 novos empregos com carteira assinada,** uma evolução de 117%, em relação ao saldo do emprego aferido em 2020, **totalizando 825 mil empregos legais,** contribuindo também diretamente com as **metas 8.5 e 8.8**, no que se refere ao registro trabalhista.

A **meta 8.6** traz uma preocupação e recomendação sobre os jovens que não estudam nem trabalham. No Pará, a última estatística disponível, de 2019, revela que são 26,40% os jovens nessa condição. Para o enfrentamento dessa problemática e em contribuição ao que preconiza a referida meta, o Governo do Estado mantém um conjunto de estratégias e programas. Dentre esses, ressalta-se o **Programa Primeiro Ofício,** cuja principal finalidade é gerar oportunidade de trabalho e experiência profissional aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Neste programa, em articulação com as empresas do estado, são formalizados contratos de trabalho que podem ter a vigência de até dois anos e, durante esse período, a capacitação é viabilizada na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. O governo estadual concede o **Selo de Empresa Cidadã** para as empresas que oferecem essas oportunidades aos jovens de 14 a 24 anos. O ano de 2021 se encerrou com a colocação no mercado de trabalho de **269 jovens, empregados** por 33 empresas parceiras do Programa, sendo que, dessas, 30 receberam o Selo **"Empresa Cidadã".** No cômputo geral, houve uma evolução percentual de 20,54% do emprego formal de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos no estado do Pará, segundo dados do ME/CAGEG.

Merecem destaque, em contribuição à **meta 8.6**, projetos como o "**Pará Jovem**", que envolve um conjunto de atividades e articulação de políticas públicas de inclusão social, com vistas a promover o acesso dos jovens a emprego e renda, mas também à assistência social, trabalho, segurança pública, educação, saúde, entre outras, com atendimento, em 2021 de 2.420 jovens.

O **Programa Território pela Paz (TerPaz),** lançado pelo governo estadual, como estratégia de governo, abrange um conjunto expressivo de intervenções de políticas públicas para proteção e desenvolvimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Executado em articulação interinstitucional e multissetorial, propõe uma política específica para a inclusão de jovens trabalhadores no mercado de trabalho formal. Integrado ao **Ter Paz,** em 2021, foi implementada a **Usina da Paz,** projeto prioritário de governo que, dentre seus eixos, disponibiliza capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura à população; no eixo direcionado ao mundo do trabalho, emprego e renda, microcrédito, empreendedorismo e economia solidária, promove

BANPARÁ-BIO

Projeto de lei que prevê a liberação de uma linha de crédito aos produtores rurais.

a geração de oportunidades econômicas e a inclusão social, alinhando-se, transversalmente, às principais metas do ODS 8, sobretudo, **metas 8.6 e 8.b.**

Com impactos positivos para a redução dos jovens sem emprego e sem formação profissional, também se destaca o programa **Qualificação Social e Profissional**, que tem como público-alvo trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e econômica, para inserção no mercado de trabalho formal. Em 2021, o programa **atendeu 780 pessoas.**

Na área da educação, ressalta-se o papel estadual na implementação da educação básica nos 144 municípios do Estado (médio, profissional) e educação superior e suas modalidades: **Educação em Tempo Integral, Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional** e **implementação de Cursos de Graduação** ampliam as oportunidades de formação profissional para os jovens, conforme sinaliza a **meta 8.6.**

Com foco no que preconiza a **meta 8.7,** dentre as políticas públicas adotadas pelo Governo do Pará, as principais têm sido a de **promoção de direitos a pessoas em situação de migração e trabalho escravo e as ações de enfrentamento à violação sexual e ao trabalho infantil.**

Em 2021, o Governo do Estado do Pará, em parceria com a **Agência da ONU para Refugiados (ACNUR),** inaugurou o **Espaço do Refugiado e Migrante**, e assinou o Termo de Cooperação voltado ao fomento de políticas públicas estaduais para pessoas estrangeiras. Esse espaço se somará aos outros postos que o estado mantém, quais sejam: o **Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM/PA)** e o **Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante (ERM).**

PROGRAMA 1º OFÍCIO

Jovens vêm garantindo o acesso ao mercado de trabalho no Pará em vários setores da economia.

Sobre as ações de enfrentamento à violência sexual e ao trabalho infantil, em 2021, foram realizadas estratégias continuadas em apoio ao fortalecimento das gestões municipais de assistência social, executores das ações multissetoriais e articuladas voltadas à consolidação das redes de promoção e proteção aos direitos de crianças e adolescentes.

Em 2021, as **campanhas para erradicação do trabalho infantil**, por meio de 10 eventos, alcançaram 1.300 pessoas, dentre gestores municipais, representantes da sociedade civil, trabalhadores de áreas afins, operadores do Sistema de Garantia de Direitos e instituições públicas e privadas. Os temas abordaram o Alinhamento Técnico aos Serviços de Média Complexidade: Atendimento às Demandas de Violações de Direitos, Campanha para Erradicação do Trabalho Infantil em alusão ao Dia 18 de Maio/Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Desafios e Estratégias das Políticas Sociais em Tempos de Pandemia do Novo Coronavírus e O Pará em Ação para Eliminação do Trabalho infantil.

Para a *redução do descumprimento da legislação trabalhista, especialmente aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade,* conforme menciona a **meta 8.8**, as principais realizações têm sido o apoio às instituições de controle social da política de trabalho, emprego e renda, à intermediação de pessoas desempregadas para acesso ao mercado de trabalho e inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

O Governo do Pará mantém uma ação permanente de intermediação de mão de obra visando gerar oportunidades de colocação de emprego formal, com atenção especial ao trabalhador desempregado. Em parceria com a rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado, são 43 equipamentos públicos, entre postos e balcões de emprego. Em 2021 foram intermediados **6.328 trabalhadores** que conseguiram efetivar contratação de emprego formal, decorrente da captação de vagas e intermediação do Governo do Estado. A oferta desse serviço público, que integra a política ativa de trabalho e emprego, contribui para **meta 8.8.**

Ainda em contribuição à **meta 8.8,** no que se refere à **inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho,** ressaltam-se as ações visando oportunizar o acesso das pessoas com deficiência (PCD) ao mercado de trabalho. Os atendimentos e os encaminhamentos diretos para as empresas têm sido realizados pelo **Centro Integrado de Inclusão de Cidadania (CIIC)** por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Em 2021, foram colocados no mercado **259 pessoas com deficiência.** Os setores econômicos que mais absorveram mão de obra foram os de serviço, indústria, comércio, construção civil e transporte.

A **meta 8.9** declara a importância de *políticas que promovam o turismo sustentável e responsável, acessível a todos, e que gere oportunidades de emprego, com melhoria na distribuição de renda e promoção da cultura e dos produtos locais*. Este também tem sido um grande desafio do governo estadual, que mantém em seu programa de governo o objetivo de promover o turismo como atividade econômica sustentável.

Com esse fim, em 2021, realizou as seguintes ações convergentes com a **meta 8.9**:

- Inclusão de 420 prestadores no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR);
- Apoio técnico a 29 municípios para estruturação de produtos turísticos;
- Qualificação de 86 empresários e mão de obra do setor;
- Viabilização da participação de agentes setoriais em grandes eventos nacionais e internacionais, como no Fórum Mundial de Bioeconomia;
- Melhorias de infraestruturas em regiões turísticas;
- Fomento à criação de novos produtos, com apoio aos órgãos de turismo de 18 municípios do estado, para a indução e estruturação de projetos de viabilidade econômica na área do turismo;
- Investimentos de R$10,74 milhões na promoção e divulgação de produtos turísticos;
- Com apoio do Governo, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) concedeu o registro de Indicação Geográfica (IG), na espécie Indicação de Procedência, para a farinha de mandioca da região de Bragança (farinha de Bragança), que engloba os municípios paraenses de Augusto Corrêa, Bragança, Santa Luzia do Pará, Tracuateua e Viseu;
- Realização de estudos e pesquisas, visando subsidiar o conjunto de instituições e empreendedores na área do turismo com informações importantes para fortalecimento, como: Censo do Turismo Paraense 2021, Mulheres no Turismo Paraense e Boletins Econômicos do Turismo.

No tocante à *expansão do acesso aos serviços bancários e financeiros para todos*, mencionado na **meta 8.10**, a gestão estadual ampliou a atuação do Banco do Estado do Pará. Em 2021 foram instaladas novas agências, com investimentos de R$4,5 milhões, aumentando a presença dos serviços financeiros para os municípios do estado, e cobrindo o atendimento para mais de 92% da população do estado, inclusive com liberação e acesso financeiro para pessoas de baixa renda e microempreendedores individuais (MEI), alcançando impactos positivos também para a **meta 8.3**.

APOIO AO MICROEMPREENDEDOR

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

OBJETIVO 9

CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO.

O ODS 9 recomenda construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Trata de infraestruturas que compreendem desde a construção e manutenção de rodovias, hidrovias, aeroportos, portos, ferrovias, terminais para escoamento da produção, ao apoio ao desenvolvimento tecnológico, que permitam agregar ganhos de eficiência e reduzir desigualdades. É composto de oito metas, sendo seis finalísticas e duas de implementação.

NO ANO DE 2021, O GOVERNO DO PARÁ REALIZOU OBRAS DE INFRAESTRUTURA, INVESTIU E APOIOU A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E FOMENTOU A INDÚSTRIA E A MICRO E PEQUENA EMPRESA, RESULTANDO EM AVANÇOS NA DIREÇÃO DAS METAS DO ODS 9.

São apresentadas a seguir, as metas nacionais referentes a esse objetivo e as ações estaduais com aspectos específicos ao alcance do referido objetivo.

NESTE MOMENTO É PRECISO UNIR FORÇAS PARA GARANTIR BONS RESULTADOS

Carlos Ledo, secretário adjunto da Sedeme.

PROJETO

NA FÁBRICA

Projeto chega a Santarém para atrair investidores e incentivar setor industrial. Equipe de governo desembarca no oeste do estado para tratativas com Ministério do Turismo, Federação das Associações Comerciais e Trade local.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 9.1

Aprimorar o sistema viário, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.

META 9.2

Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.

META 9.3

Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados .

META 9.4

Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados

META 9.5

Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia.

META 9.B

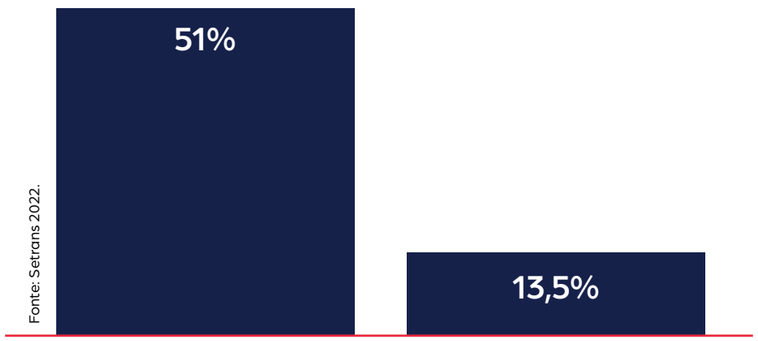
Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities.

META 9.C

Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.

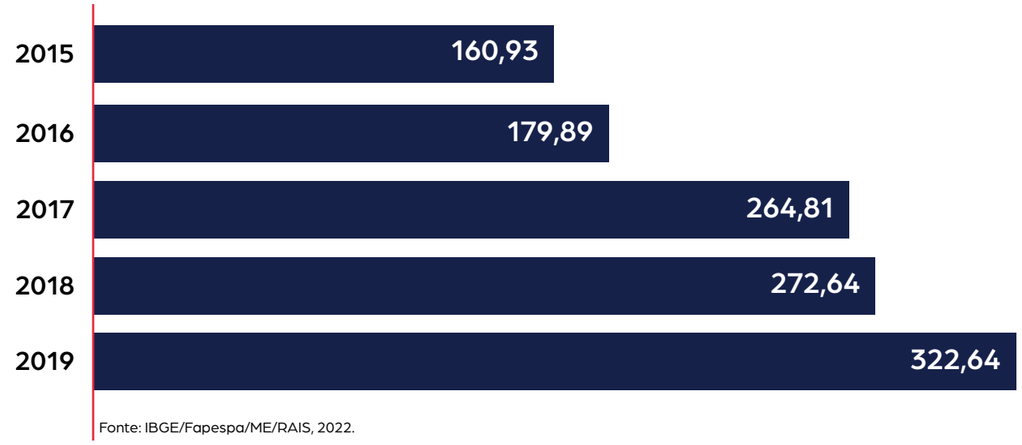
ONDE ESTAMOS

PERCENTUAL DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA
2021



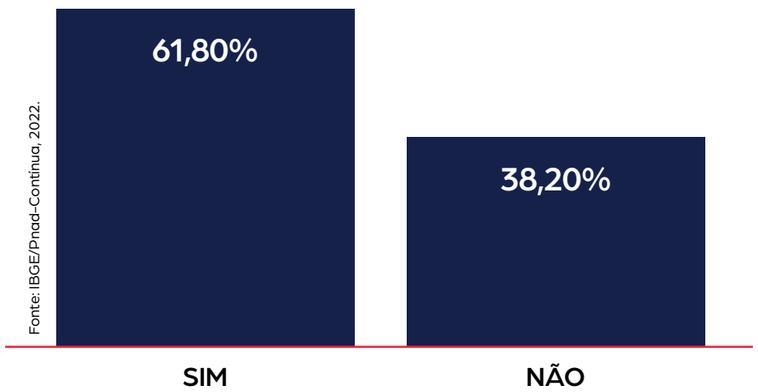
Fonte: Setrans 2022.

VALOR ADICIONADO POR TRABALHADOR NA INDÚSTRIA
(EM R$ MILHÕES)



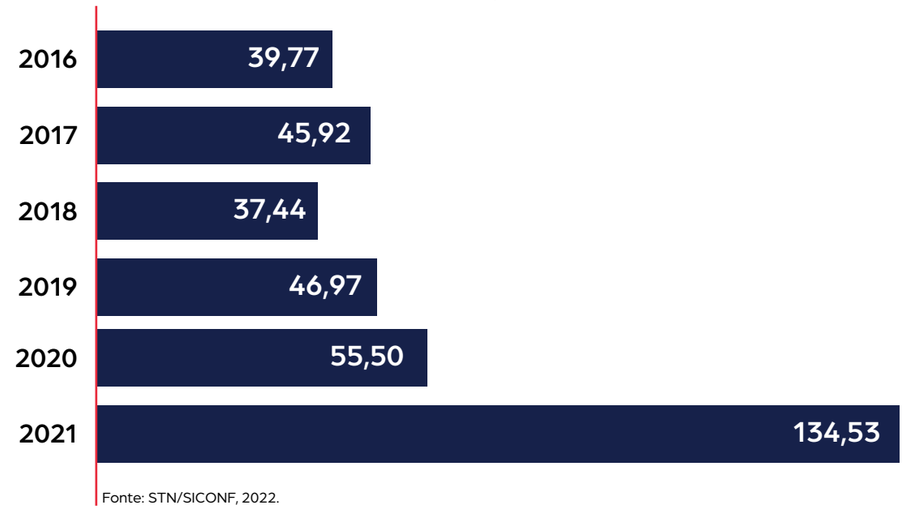
Fonte: IBGE/Fapespa/ME/RAIS, 2022.

DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET
2018



Fonte: IBGE/Pnad-Contínua, 2022.

DISPÊNDIOS EM CT&I
(EM R$ MILHÕES)



Fonte: STN/SICONF, 2022.

O QUE FIZEMOS

Para a construção/incremento da infraestrutura ao desenvolvimento econômico do Estado do Pará, em 2021, em acordo às recomendações da **meta 9.1,** o governo estadual investiu R$1,4 bilhão, visando prover a integração regional ao transporte de passageiros e cargas, contribuindo para evitar perdas e ao acesso à mobilidade para todos.

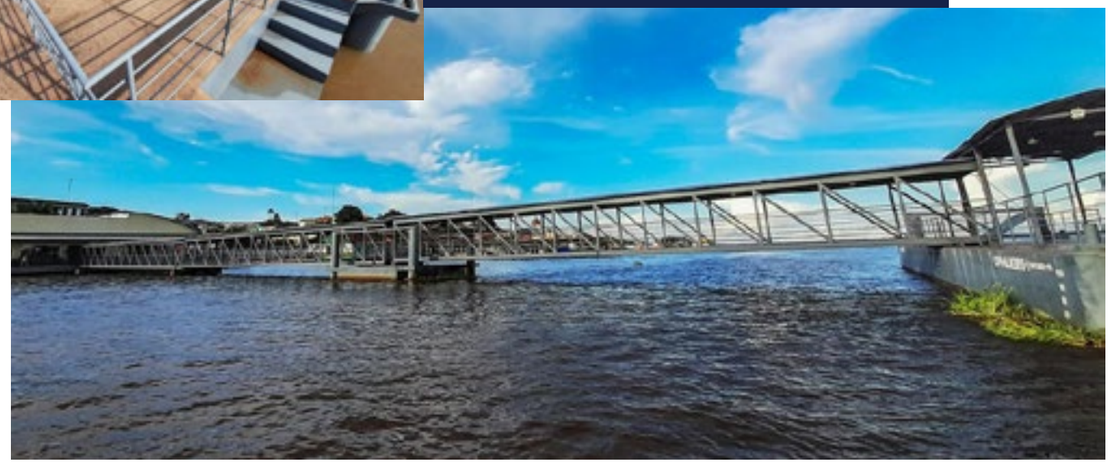
As principais obras realizadas pelo Governo do Pará, em 2021, foram:

TERMINAIS HIDROVIÁRIOS

Entrega do Terminal Hidroviário do município de Almeirim, e reforma e Adequação do terminal Hidroviário do município de Óbidos; Gestão dos Terminais Hidroviários de Belém e Santarém, este último em fase de finalização das obras.

TERMINAL HIDROVIÁRIO DE ALMEIRIM, NO BAIXO AMAZONAS

O terminal conta com cadeiras confortáveis, televisão, sala para órgãos do Estado, bebedouro, ar-condicionado, lanchonete, guichês para vendas de passagens e banheiros masculino, feminino e portadores de necessidades especiais.



> *É UM VERDADEIRO PRESENTE PARA O MUNICÍPIO. UM NOVO EQUIPAMENTO PARA TRAZER CONFORTO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS.*
>
> Abraão Benassuly, presidente da CPH.

TERMINAL HIDROVIÁRIO DE ÓBIDOS

A obra, que estava paralisada desde 2007, se junta aos seis terminais hidroviários já entregues pelo Estado na região Oeste.

PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS NO BAIXO TOCANTINS

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

Trecho requalificado da PA-483, e requalificação da PA – 483.

RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES

Recuperação e manutenção de 975 metros de pontes sobre a rodovia PA-254; duas pontes na PA-445, em municípios da Região Baixo Amazonas; sete na PA-256, Região Tocantins; e três na PA-251, em Ourém, Região Rio Capim;

CONSTRUÇÃO DE PONTES

Construção de 467 metros de pontes em concreto armado sobre os rios Preto, na vicinal Buritirama e no trecho BR-222/Vila União, em Marabá; Capim Miri, na PA-256, trecho BR-010/PA-451, em Ipixuna do Pará; Guajará Miri, no município de Acará; e Igarapé Tracuateua, localizada na Perna Leste, trecho PA-483 Alça Viária/ PA-140, no município de Acará.

CONSTRUÇÃO DE TRECHOS E ESTRADAS

Construção de trecho de 30,6 km da PA-252, entre a Vila Castanhandeua, no município de Moju até o entroncamento da PA-475, no mesmo município; construção da estrada de Alenquer (PA-427) e interligação com a PA-254 até Vicinal do Cuamba, com extensão de 18,40 km;

CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

Perpassando por 73 municípios, entre elas:

- **PA-370** trecho Santarém/Curuá;
- **PA-433** (BR-163-Jabuti/Santarém);
- **PA-431** (Mojuí dos Campos);
- **PA-255** (Monte Alegre);
- **PA-279** (Xinguara/São Félix),
- **PA-287** Conceição do Araguaia/ Redenção;
- **PA-449** Floresta do Araguaia;
- **PA-140** trecho BR-316/São Caetano de Odivelas;
- **PA-320** (Castanhal/São Francisco do Pará);
- **PA-404** (BR-316/Murinim/Benevides);
- **PA-136** (Castanhal/Curuçá);
- **PA-125** Paragominas/ Ulianópolis;
- **PA-253** em São Domingos do Capim;
- **PA-466** em Bujaru.

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS

Restauração de 129 Km de rodovias, a exemplo da PA-327, trecho Conceição do Araguaia/ Santa Maria das Barreiras; PA-449 (Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia); e PA-124, implantação de acostamento e restauração do pavimento (Entroncamento PA-324, Santa Luzia do Pará/ Entroncamento PA-444, Salinópolis), na RI Rio Caeté.

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

Controle dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros realizado nas 12 Regiões de Integração, para o controle tarifário e regulação dos serviços públicos de transporte terrestre e hidroviário.

FISCALIZAÇÃO

Fiscalização dos serviços de transportes intermunicipais de passageiros, executado em todas as regiões, alcançando 95 municípios.

ESTUDOS E PESQUISAS

Para a consecução do projeto para a Avenida Liberdade, trecho da Av. Perimetral até Alça Viária, na Região Metropolitana de Belém.

RELATÓRIOS DE CONTROLE AMBIENTAL (RCAs)

Elaboração dos Relatórios de Controle Ambiental (RCAs) das obras previstas no Projeto de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado do Pará (PRODEIR) para obtenção das licenças prévias do empreendimento junto a órgãos ambientais do Estado.

AEROPORTO DE SALINÓPOLIS

Reconstrução e ampliação para 1.900 metros da pista de decolagem e pouso do aeroporto do município de Salinópolis.

MACRODRENAGEM DA BACIA DO TUCUNDUBA

Na Região Metropolitana de Belém. Em 2021, construção de pontes e passarelas e indenizações da 2ª Etapa da obra, com 98% do 1º trecho concluído. E realizadas intervenções socioassistenciais, essenciais em obras de grande impacto, ocorrendo em paralelo à execução da obra física.

AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE VIAS

Para a melhoria da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belém (RMB), em Belém e Ananindeua, com drenagem urbana, pavimentação asfáltica, sinalização viária, implantação de calçadas acessíveis, ciclofaixas e paisagismo. Dentre as requalificações registram-se a avenida Padre Bruno Sechi, em Belém, com 4,1 km, e a avenida Ananin, em Ananindeua, com 1,9 km, conectando os conjuntos Cidade Nova/ Guajará ao terminal de integração de Ananindeua, que compõe o Sistema Integrado do BRT.

QUALQUER CHUVA MINHA CASA IA PRO FUNDO. AGORA NÃO ENCHE MAIS. É MUITO BOM. O ESGOTO E O SANEAMENTO CHEGARAM À MINHA PORTA E EU ESTOU MUITO FELIZ

Maria Divanete dos Santos, moradora da área.

MACRODRENAGEM DA BACIA DO TUCUNDUBA

Conclusão de obras favorece ocupação do espaço público, fortalece laços sociais e a cultura local, além de valorizar o protagonismo e o senso de pertencimento.

PROJETO "NA FÁBRICA"

O Projeto do Governo do Estado busca conhecer a realidade das indústrias para auxiliar no incremento do setor produtivo.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE

Requalificação de 11 km da rodovia BR-316, no município de Belém, para implantação do sistema integrado de transporte metropolitano na RMB, com adoção do sistema BRT (Bus Rapid Transit).

Com o objetivo de induzir o desenvolvimento de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços para o Estado do Pará, alinhado com o preceituado na **meta 9.2**, o Governo do Pará mantém um conjunto de programas, projetos e atividades em apoio ao setor de indústria, comércio e serviços, dentre os quais registram-se ações conjuntas desenvolvidas no programa "Territórios Sustentáveis", e projetos "Sedeme Itinerante", "Parcerias pelo Pará", "Na Fábrica", que, em 2021, foram amplamente interiorizados.

O projeto **"Na Fábrica"** é executado para incentivar o crescimento do setor industrial do Estado, potencializando a produção local e promovendo a comercialização em larga escala. São realizadas visitas técnicas in loco às empresas, pelas equipes de governo, e possibilitando conhecer as principais dificuldades e potencialidades para o crescimento do setor industrial paraense, a partir do qual permite tomada de decisões de políticas públicas mais coerentes com as necessidades e demandas dos setores produtivos.

Em 2021, o projeto foi executado em parceria com entidades representativas dos setores produtivos, destacando as visitas técnicas nas indústrias situadas nos municípios de Santarém, Castanhal, Santa Izabel do Pará e Santa Maria do Pará, Marituba, Benevides, Ananindeua, Barcarena, Portel e Afuá, entre outros.

A política de atuação integrada do **Programa Territórios Sustentáveis (TS)** possui como diretrizes a conservação do capital natural; a promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, a partir do aumento da eficiência na produção pecuária e agroflorestal; e a recuperação de áreas alteradas e degradadas. Dessa forma, compreende-se que as ações implementadas contribuem para a **meta 9.2.**

Em 2021, 15 municípios foram foco do Territórios Sustentáveis: São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte e Água Azul do Norte, Bannach, Rio Maria, Sapucaia, Xinguara, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco e Redenção.

O projeto **Parcerias pelo Pará** faz a integração das ações dos órgãos de desenvolvimento do Estado com o poder público municipal, iniciativa privada e entidades de classe representativas do setor produtivo. Estabelece aproximação entre a gestão pública e os produtores de cada localidade. Por meio de visitas técnicas, o projeto realizou atendimentos específicos para o desenvolvimento do setor produtivo local nos municípios de Tucumã, Redenção, Pau D´arco e São Félix do Xingu, Marabá, Santarém, Parauapebas, Castanhal, entre outros.

Alinhada também aos propósitos da **meta 9.2,** permanentemente o governo do Pará desenvolve atividades relacionadas à **promoção de produtos paraenses no mercado interno e externo.** São iniciativas que visam captar investimentos para produtos com potencialidades econômicas e objetivam o aumento do fluxo do comércio, a diversificação de setores econômicos e mercados e o incremento das relações internacionais. Foram realizados

PROGRAMA
EXPORTA PARÁ

Edição on-line do 'Exporta Pará' incentiva o acesso de empresas ao mercado externo.

103 atendimentos, com maior concentração nas regiões Guajará, Guamá e Xingu.

Em 2021, viabilizou a participação em feiras e exposições nacionais e internacionais além de contatos com embaixadas e escritórios comerciais estrangeiros, possibilitando a promoção de 130 produtos de nove regiões de integração. Destaca-se também, o apoio a promoção e participação em eventos, como **Congresso Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas,** a 35 empresas paraenses de diversos segmentos; a **4ª Edição do Programa Exporta Pará;** e o **II Festival Tempero de Origem,** com promoção, exposição e comercialização de produtos de 39 empreendedores do segmento de artesanato, de diversas regiões de integração.

No apoio ao desenvolvimento econômico da indústria, destacou-se, em 2021, o financiamento de projetos importantes para a economia do Estado, como repasses, no valor de **R$5,76 milhões**, para a empresa de **Dendê do Pará S/A (DENPASA),** uma das pioneiras no negócio de óleo de palma (ou dendê) no Brasil, com mais de trinta e cinco anos de funcionamento na cidade de Santa Bárbara do Pará.

Alinhado a aspectos propostos pelas **metas 9.2 e 9.3,** o governo estadual mantém o **Crédito do Produtor,** um fundo de incentivos financeiros, que financia empreendimentos econômicos estratégicos para o crescimento, diversificação e transformação da base produtiva no Estado, promovendo a geração de emprego e renda.

O crédito financia projetos nas atividades produtivas rural, florestal, industrial e agroindustrial, mineral e turística que buscam acelerar a expansão, modernização e diversificação do parque industrial paraense; maximizar o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no território, como insumos da indústria paraense; implementar tecnologias inovadoras no setor produtivo paraense.

Em 2021 foram aprovadas sete cartas consultas, sendo possível atender 30 empresas e 10 cooperativas por intermédio do **Projeto "Parcerias pelo Pará".**

Condizente com o que estatui a **meta 9.3**, o Governo do Pará, por meio de seu banco oficial, tem possibilitado o acesso aos serviços financeiros e ao crédito ofertado pelas linhas **Banpará Comunidade** e **Empodera**. Em 2021, concedeu créditos para **3.431 beneficiários,** concessão no valor total de **R$36,871 milhões.** O acesso vem possibilitando investimentos nos setores produtivos, seja na criação e ampliação de negócios visando à indução das atividades produtivas, desde a produção ao consumo.

Na mesma linha da **meta 9.3,** referente ao acesso aos serviços financeiros e oferta de crédito, em 2021, foi dada continuidade ao programa de expansão da rede de atendimento bancário, com a **abertura de novas unidades do Banco do Estado do Pará**, nos municípios de Colares, Magalhães Barata, Nova Timboteua, Brasil Novo, Prainha, Santa Maria das Barreiras, Inhangapi, Irituia, São Domingos do Araguaia, Bagre, Castanhal e Ourém, com investimento de R$4,5 milhões, conforme mencionado no Capítulo 8. O Banpará passa a contar com 141 agências, em 123 dos 144 municípios paraenses. As agências estaduais são importantes estratégias para ampliar o acesso a todos os serviços e linhas de crédito, além de contribuírem para o desenvolvimento regional.

NOVAS AGÊNCIAS

BANPARÁ

Inauguração da 1ª Agência do Banpará no município de Colares, e da Agência do Banpará no município de Nova Timboteua.

Em colaboração com a **meta 9.3**, visando à implementação de políticas públicas voltadas para as microempresas e empresas de pequeno porte, considerando a importância dos pequenos negócios na promoção do desenvolvimento econômico e social, o Governo do Pará mantém um conjunto de políticas e iniciativas que foram intensificadas em 2021, dentre elas destaca-se orientação técnica sobre formalização e empreendedorismo ao **Programa na Fábrica.**

Em busca da consolidação de um desenvolvimento econômico moderno, competitivo, socialmente mais justo e sustentável, o Governo do Pará investe em mecanismos para atração de investimentos que possam resultar em impactos positivos para o Estado. Entre as iniciativas, os incentivos fiscais contribuem para o crescimento do setor produtivo paraense e vão ao encontro das recomendações das da **meta 9.3**.

A **concessão de incentivos fiscais e financeiros** tem como finalidade diminuir as desigualdades regionais e atrair novos investimentos, oportunizando a renúncia fiscal de regiões menos favorecidas. Dentre os setores empresariais que receberam as concessões de incentivos fiscais, destaca-se a cadeia do açaí, biodiesel, alimentos, agroindústria, bebidas, óleo vegetal e ração animal. Em 2021, com o total de R$19,95 milhões, foram incentivadas 155 empresas instaladas nos municípios de Abaetetuba,

INCENTIVOS FISCAIS ESTADUAIS

MARAJÓ

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (PCT) GUAMÁ

Instituição incentiva ecossistema local de inovação no Pará e conta com cerca de 50 empresas e laboratórios instalados.

Ananindeua, Benevides, Belém, Castanhal, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Marabá, Marituba, Novo Progresso, Santa Bárbara, Santarém, São Domingos do Araguaia, Tailândia, Tomé-Açu e Afuá.

Em consonância às recomendações da **meta 9.4,** o governo estadual incentiva a **instalação e recuperação de áreas industriais.** São desenvolvidas etapas para a implantação de áreas industriais incentivadas que focalizam em estudos preliminares de viabilidade econômica, regularização fundiária, projetos de engenharia e arquitetura, implantação da infraestrutura, reestruturação, revitalização e manutenção, além de estímulo aos municípios. Em 2021 foi realizado o levantamento sobre o sistema viário do Distrito industrial de Barcarena, que se encontra na fase de licenciamento ambiental. E elaboração de projetos técnicos executivos de engenharia, urbanismo e arquitetura para a implantação do Condomínio Industrial no município de Castanhal.

Em contribuição a alguns aspectos declarados na **meta 9.5**, são desenvolvidas ações de fomento à pesquisa científica e tecnológica, concessão de bolsas de pesquisa, promoção de eventos científicos e tecnológicos e desenvolvimento de empresas inovadoras – **Startup Pará**.

Em 2021 foram concedidas **897 bolsas de pesquisa** pelas instituições: Uepa, 298 bolsas de pesquisa (Strito Sensu e Iniciação Científica); Ufopa, 400 bolsas de pesquisa (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado); e a Unifesspa, concessão de 25 bolsas de mestrado.

O investimento com recursos estaduais foi de R$10,67 milhões. No fomento à pesquisa científica e tecnológica, aportaram-se recursos para efetivação de parceria da FAPESPA com a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP, objetivando o **desenvolvimento de Bioprodutos Amazônicos** para a **produção animal e vegetal sustentável**.

Alinhada com a **meta 9.5**, a gestão estadual mantém o Projeto de Desenvolvimento de Empresas Inovadoras, StartUp Pará, que apoia projetos voltados à criação e implementação de soluções, métodos e processos de base tecnológica por meio da inovação que têm a cultura empreendedora como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável do Estado. Em 2021, foi investido R$1,92 milhões.

A execução do **Programa Inova Amazônia** pelo Governo do Estado, desenvolvido pelo Sebrae, com **apoio da União Europeia,** através do convênio firmado com a **Fundação Guamá**, selecionou na fase de pré-aceleração, 44 propostas nas áreas de Bioenergia, Agricultura, Ecodesing, Agricultura, Tecnologia, Alimentos, Higiene e Perfumaria e Construção, culminando em 30 empresas, das quais 18 estão locadas no estado do Pará. Foram realizados eventos, capacitação de empreendedores, consultoria e mentorias a 50 representantes dos projetos apoiados, dentre outras atividades previstas no programa.

STARTUP PARÁ

Governo Estadual incentiva empreendedorismo e inovação com o Programa StartUp Pará.

ESCOLA TECNOLÓGICA DE BREVES

Com vistas à ampliação do emprego e da renda à população marajoara, a escola tem capacidade para atendimento de 1.440 alunos.

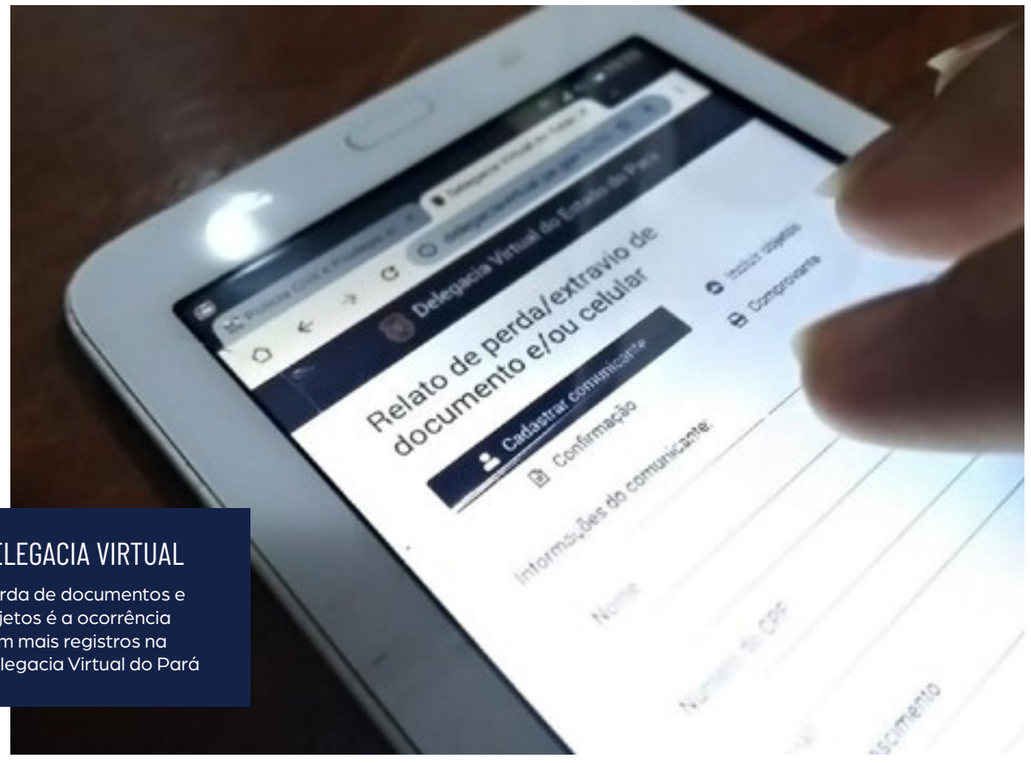
ESTE NOVO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM VAI AJUDAR A ESTABELECER A FORMAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO LOCAL, ALÉM DE INCENTIVAR A JUVENTUDE EM FORMAÇÃO VOCACIONADA PARA AQUELA REGIÃO

Elieth Braga, secretária de educação.

Para apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação, anunciados na **meta 9.b,** foi implementada a **Escola Tecnológica** no município de Breves, na região do Marajó, com investimentos no valor de R$8,1 milhões.

Condizente com a **meta 9.c,** está em desenvolvimento um conjunto de ações que visam *ampliar o acesso às tecnologias de informação e comunicação*. Em 2021 foram implantadas ferramentas tecnológicas direcionadas ao **aprimoramento do Governo Digital**, tais como Delegacia Virtual, Processos Administrativos Eletrônicos, sites, entre outros, que totalizam oito tecnologias implementadas, com a utilização de R$5,17 milhões. E ainda, quanto à produção e difusão da informação, foram prestados serviços nas plataformas governamentais, com alcance em 127 municípios com investimentos de R$4,74 milhões.

Além disso, a ampliação da rede de telecomunicação de dados, com foco na **estruturação da rede de fibra ótica** no Estado, em 118 municípios, agregou investimento de R$15,29 milhões em municípios integrantes de todas as regiões de integração.



DELEGACIA VIRTUAL

Perda de documentos e objetos é a ocorrência com mais registros na Delegacia Virtual do Pará

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

OBJETIVO 10

REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES.

O ODS 10 traduz a aspiração de todos os países quanto à redução das desigualdades, expressas em dimensões multissetoriais (renda, habitação, saúde, educação, cultura, dentre outras), e dispõe metas direcionadas ao processo de igualdade de oportunidades e à inclusão social. Sinaliza, também, a adoção de intervenções governamentais no âmbito das políticas fiscal, tributária e de proteção social, inclusive aos migrantes e refugiados.

COM 10 METAS, SENDO SEIS FINALÍSTICAS E QUATRO DE IMPLEMENTAÇÃO, A MAIORIA DAS INICIATIVAS PROPOSTAS REQUER AMPLA TRANSVERSALIDADE E CAPILARIDADE DOS PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS.

Considerando os desafios estruturais que permeiam a desigualdade global e com base nas metas nacionais, apresentam-se a seguir as estratégias e ações estaduais que correspondem às orientações apontadas nas referidas metas.

ESSE CURSO VAI FAVORECER MUITO A MINHA SITUAÇÃO FINANCEIRA, GERAR RENDA PARA AJUDAR MINHA FAMÍLIA. ESSA OPORTUNIDADE FOI MUITO BOA, QUE OUTRAS PESSOAS TAMBÉM POSSAM TER.

Solange do Socorro Rodrigues dos Santos é aluna do curso de Costura Industrial da usina da Paz.

USINA DA PAZ DO ICUÍ

Entregue pelo Governo do Pará, em outubro deste ano, a UsiPaz tem sido um ponto de cultura, novos aprendizados, lazer e diversão.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 10.1

Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos.

META 10.2

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

META 10.3

Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias, e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

META 10.4

Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.

META 10.5

Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulações.

META 10.6

Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

META 10.7

Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira.

META 10.A

Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.

META 10.B

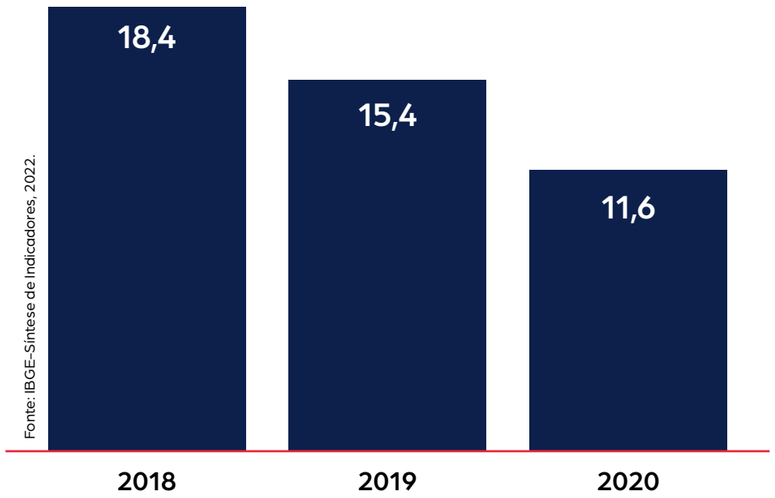
Incentivar cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

META 10.C

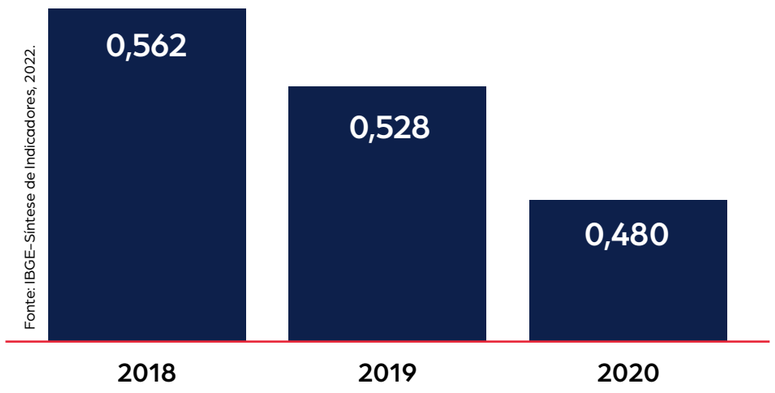
Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar "corredores de remessas" com custos superiores a 5%.

ONDE ESTAMOS

RELAÇÃO ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DOS 10% COM MAIORES RENDIMENTOS E OS 40% COM MENORES RENDIMENTOS
2018-2020



ÍNDICE DE GINI DO ESTADO DO PARÁ
2018 – 2020



O QUE FIZEMOS

A **meta 10.2** sinaliza *promover a inclusão social, econômica e política, para a redução das desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidades, religião e condição econômica.*

Nessa perspectiva e fundamentado nas agendas estratégicas de Estado, o Governo do Pará vem atuando com intervenções orientadas para o desenvolvimento inclusivo, aliado ao conjunto de ações e programas que promovam a autonomia socioeconômica e a garantia de direitos.

A estratégia do **programa TerPaz** é um exemplo da conjugação de esforços estaduais direcionados à ampliação da atuação pública em territórios vulneráveis. Assim, a oferta de serviços nas áreas da saúde, educação, acesso a direitos socioassistenciais associa-se às ações de segurança pública e cidadania. Congrega, também, fomento às ações essenciais para o desenvolvimento de projetos de inclusão socioprodutivos à juventude, às mulheres, à população negra e LGBT, dentre outros recortes populacionais.

PROGRAMA
SUA CASA

Construção, reforma, ampliação ou melhoria nas residências de 21.437 famílias, em 114 municípios, de 12 Regiões de Integração, com recursos do Programa.

USINAS DA PAZ

Implantação da Usina da Paz de Ananindeua/ Icuí, complexo de inclusão social que oferta 86 serviços à população, construído em parceria com a Empresa Vale SA.

Em continuidade às ações do **TerPaz**, o governo estadual atendeu, no ano de 2021, aproximadamente 150 mil pessoas, com ações de saúde, subsídios para a aquisição e/ou reforma habitacional, educação ambiental, disponibilização de crédito para empreendedorismo e fomento aos arranjos econômicos locais, emissão de documentos oficiais, assim como atendimentos específicos para mulheres provedoras de famílias e jovens, entre outros.

No âmbito do TerPaz, ainda, destaca-se a implantação do equipamento social "**Usina da Paz",** espaço físico adaptado e qualificado para a oferta em rede de serviços públicos, por meio de ações integradas entre diversos órgãos estaduais. Em 2021, foi inaugurada a **Usina da Paz de Ananindeua** (Bairro Icuí-Guajará), município da Região Metropolitana de Belém (RMB), com a oferta de 86 tipos de serviços, para 21.186 pessoas, compreendendo salas de teatro, audiovisual e inclusão digital; atendimento médico e odontológico; assistência social; consultoria jurídica; emissão de documentos; atividades profissionalizantes; espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade, além de ambientes destinados a cursos livres de dança, robótica, artes marciais, musicalização, biblioteca, esporte e lazer.

Merecem destaques as iniciativas estaduais destinadas à **promoção da inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho**, contribuindo para o alcance da **meta 10.2** que visa "Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra" e da **meta 10.3,** que visa "Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito".

Nessa linha, em 2021, o Governo do Estado atendeu 578 pessoas com deficiência (PCD), no **Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC),** sendo 373 homens e 205 mulheres, oriundos de 18 municípios. Desse total atendido, 58 são autistas, 121 são pessoas com deficiência auditiva, 225 pessoas com deficiência física, 74 com deficiência intelectual, dois com deficiência múltipla, quatro com Síndrome de Down e 94 são pessoas com deficiência visual.

O CIIC possui espaço destinado ao **ensino da língua brasileira de sinais (LIBRAS)**, no qual foram atendidas 191 pessoas com deficiência auditiva. Dentre as atividades realizadas pelo CIIC, destaca-se a **"III Oficina**

CURSO DE LIBRAS

ministrado no CIIC.

de Libras para RH", capacitando 50 representantes das empresas parceiras do Sistema Nacional de Emprego (Sine)/CIIC. O projeto visa aprimorar o atendimento institucional, estimular a acessibilidade da pessoa surda no mercado de trabalho e contribuir para sua inclusão social.

Alinhada à **meta 10.3,** que trata da igualdade de oportunidades e da **redução das desigualdades de resultado,** e, portanto, com o intuito de facilitar o acesso e a aprendizagem de alunos que residem na área rural, a gestão estadual repassou, em 2021, cerca de R$45 milhões às prefeituras, por meio do **Programa de Transporte Escolar (PETE),** beneficiando 80.433 alunos, de 135 municípios conveniados, além de outros alunos residentes em nove municípios, nos quais o Estado executa diretamente o transporte.

Destaca-se, ainda, em contribuição à meta 10.3, o esforço do governo estadual em amenizar os impactos socioeconômicos sobre a população no período mais intenso da Pandemia da Covid-19, em que predominavam altas taxas de desemprego, necessidade de isolamento e priorização do combate e controle da contaminação do vírus. Diversas iniciativas foram realizadas, conforme já mencionadas nos capítulos 1, 3, 4, 6 e 7, entre as quais destacam-se:

HOSPITAIS DE CAMPANHA

Implantação de cinco hospitais de campanha, com 780 leitos, no atendimento a pacientes com Covid-19, nos municípios de Altamira, Belém, Breves, Marabá e Santarém, polos regionais.

INCREMENTO DE LEITOS

Durante o pico de contaminação, foram disponibilizados 2.570 leitos clínicos e 703 de UTI, que foram incorporados às estruturas de saúde existentes em cada região, de modo que de 2018 a 2021 ocorreu 40% de aumento nos leitos de UTI, excluídos os leitos de UTI que permaneceram exclusivos para tratamento de pacientes com Covid-19.

NOVOS HOSPITAIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADES

Investimento de R$297,4 milhões em seis novos hospitais, de média e alta complexidades, nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Belém, Capanema, Castanhal e Itaituba.

AMBULATÓRIOS PÓS-COVID

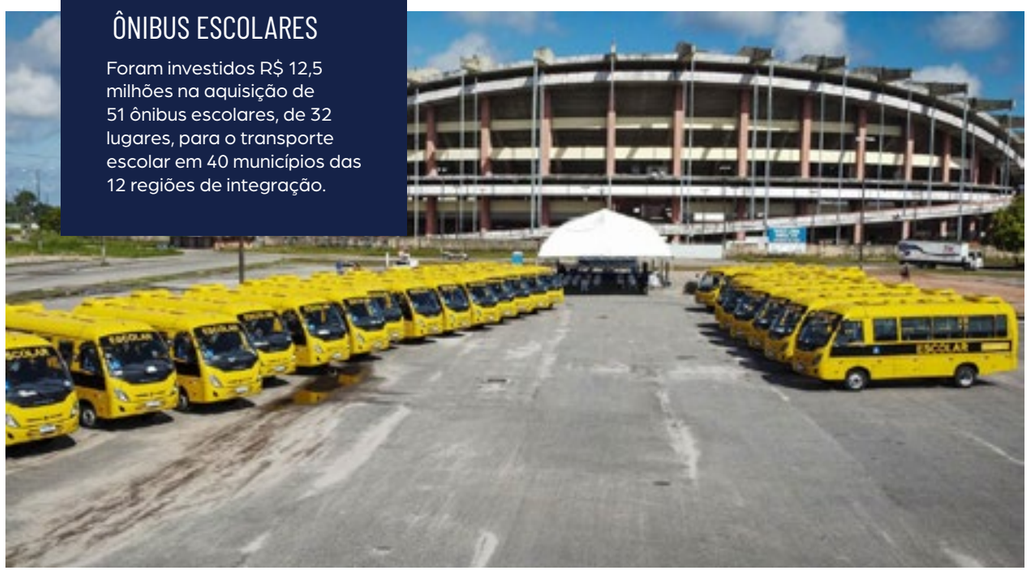
Implantação de ambulatórios pós-Covid-19 para pacientes com sequelas, nos municípios de Altamira, Marabá e Santarém;

CENTRO ITINERANTE DE TESTAGEM RT-PCR

Implantação do centro itinerante de testagem RT-PCR para Covid-19, com capacidade para atender até 500 PCRs, o qual percorreu 12 municípios paraenses.

POLICLÍNICA ITINERANTE

Realização de aproximadamente 185 mil atendimentos, desde 2020, nas 12 Regiões de Integração, pela Policlínica Itinerante, em parceria com a estratégia Saúde por Todo o Pará.



ÔNIBUS ESCOLARES

Foram investidos R$ 12,5 milhões na aquisição de 51 ônibus escolares, de 32 lugares, para o transporte escolar em 40 municípios das 12 regiões de integração.

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ITINERANTE DE TESTAGEM RT- PCR PARA COVID-19

com capacidade para atender até 500 PCRs, o qual percorreu 12 municípios paraenses.

DISTRIBUIÇÃO DE 100% DAS VACINAS CONTRA A COVID-19

Imunizantes enviados pelo Ministério da Saúde, assim como pelo quantitativo adquirido com recursos estaduais, envolvendo uma cadeia logística adequada às especificidades territoriais, atenderam todos os 144 municípios, o que, ao final de 2021, permitiu a imunização de aproximadamente 58% da população.

ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ

Que realizou 65 mil procedimentos, entre consultas e exames de pacientes com sintomas Covid-19, visando ao combate aos efeitos da pandemia da Covid-19 no Estado.

PROGRAMA RENDA PARÁ

Transferência de renda, em cota única, no valor de R$100, às famílias de baixa renda; e R$400 ou R$500 às categorias de trabalhadores autônomos, a fim de minimizar os efeitos da Covid-19.

PROGRAMA BORA BELÉM

Atendimento a 12.160 famílias, em cooperação com o município de Belém, beneficiadas com o auxílio de até R$450, totalizando a destinação de R$2,7 milhões.

PROGRAMA VALE GÁS

Transferência de renda, no valor de R$100 reais, por dois anos, às famílias de baixa renda e vulnerabilidade social.

PROGRAMA ÁGUA PARÁ

Atendimento a 145 mil famílias em situação de vulnerabilidade social, para a quitação de faturas de água, no valor de R$7,1 milhões.

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Atendimento a 348 mil famílias cadastradas no CadÚnico pelo Programa.

VALE ALIMENTAÇÃO

Concessão de Vale Alimentação, em substituição à merenda escolar, com cinco recargas, em 2021, efetuada a aproximadamente 580 mil alunos da rede estadual de educação, que se encontravam em ensino remoto, apoiando suas famílias.

PROGRAMA REENCONTRO COM A ESCOLA

Concessão de R$500 a 67.622 alunos matriculados no 3º ano de ensino médio, totalizando R$33,8 milhões, em incentivo a novas matrículas e à diminuição da evasão escolar.

Alinhada à **meta 10.4**, que busca a *redução das desigualdades por meio da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social,* o governo estadual criou a **Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA),** instituída pela Lei nº 9.061/2020, atendendo demanda da sociedade, e implantou o **Núcleo de Atendimento do Transtorno de Espectro Autista (Natea),** vinculado ao **Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR),** contribuindo

RENDA PARÁ

Atendimento, pelo Programa, a cerca de 1.150.000 famílias e autônomos.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Lançamento do Programa Água Pará e Vale Gás, e Beneficiária do Programa Vale Gás.

para acesso dos usuários à rede de serviços públicos e privados, conforme mencionado no Capítulo 1.

A **meta 10.7** é dirigida a questões relacionadas ao forte movimento migratório no mundo, reconhecido como fenômeno causado por múltiplos fatores, tais como: busca por trabalho; melhorias profissionais e condições de vida; desastres naturais e situações climáticas extremas; crises políticas e socioeconômicas; além de perseguições étnicas e religiosas.

Neste sentido, o governo estadual, alinhado às agendas nacionais e internacionais, vem atuando na recepção de forma humanizada aos migrantes deportados, refugiados, repatriados e não admitidos, por meio do **Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM/PA)**, estrutura criada para esta finalidade.

O **Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante (ERM)** é outra iniciativa que contribui com a **meta 10.7**. Em parceria com entidades não governamentais, garantiram-se atendimentos socioassistenciais e de saúde para 293 pessoas refugiadas e migrantes. Oportunizou-se, ainda, a realização de eventos para 164 participantes da sociedade civil, gestores e trabalhadores, com temáticas de Formação sobre Migração e Refúgio aos Municípios do Estado do Pará; Capacitação em Migração, Refúgio e Políticas Públicas; Formação sobre Proteção a Pessoas Refugiadas no Estado do Pará; assim como do I Encontro de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, dentre outras demandas.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO 11

TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS.

O ODS 11 trata das necessidades de transformar as cidades e assentamentos humanos em espaços urbanos sustentáveis, inclusivos, seguros e resilientes. É composto de 10 metas, sendo seis finalísticas e quatro de implementação.

Serão apresentadas, a seguir, as metas nacionalizadas do ODS 11, da Agenda 2030, para as quais registram-se contribuições do governo estadual.

ILUMINAÇÃO RECUPERADA NO PROLONGAMENTO DA

AV. JOÃO PAULO II

Com início na rua Mariano até o viaduto do Coqueiro, os quase 5 km do trecho do prolongamento ganharam 214 novas luminárias, 18 novas caixas de painel de controle de operação das luminárias, entre outros serviços.

O TRABALHO QUE O GOVERNO VEM DESENVOLVENDO NA CAPITAL TAMBÉM É REFLETIDO NAS OUTRAS REGIÕES DO PARÁ, ONDE AS NOSSAS AÇÕES ESTÃO BENEFICIANDO MILHARES DE FAMÍLIAS.

Orlando Reis, presidente da Companhia de Habitação do Pará (COHAB).

CONJUNTOS

RIACHO DOCE I E II

Unidades habitacionais no Riacho Doce I e II, entregues pelo governo do Estado, transformam a vida de quem manteve acesa a chama da esperança, no bairro da Terra Firme.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 11.1

Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

META 11.2

Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

META 11.3

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.

META 11.4

Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.

META 11.5

Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

META 11.6

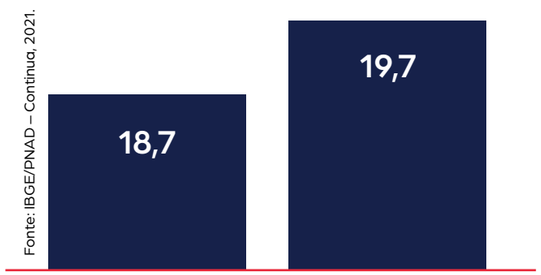
Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com mais de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

META 11.A

Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.

ONDE ESTAMOS

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS ALUGADOS OU CEDIDOS

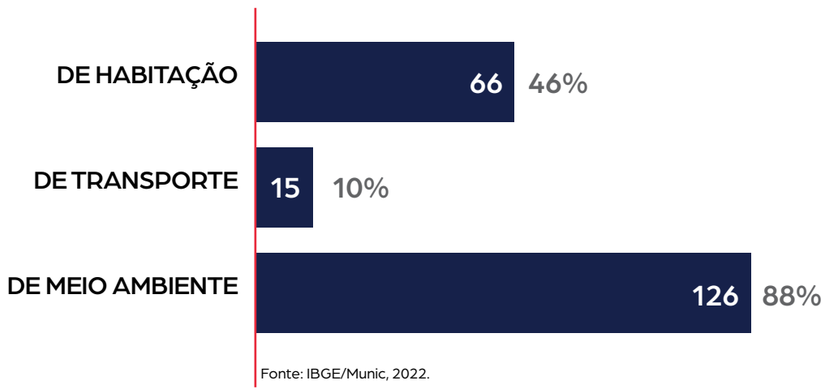


Fonte: IBGE/PNAD – Continua, 2021.

MUNÍCIPIOS COM PLANOS GESTORES

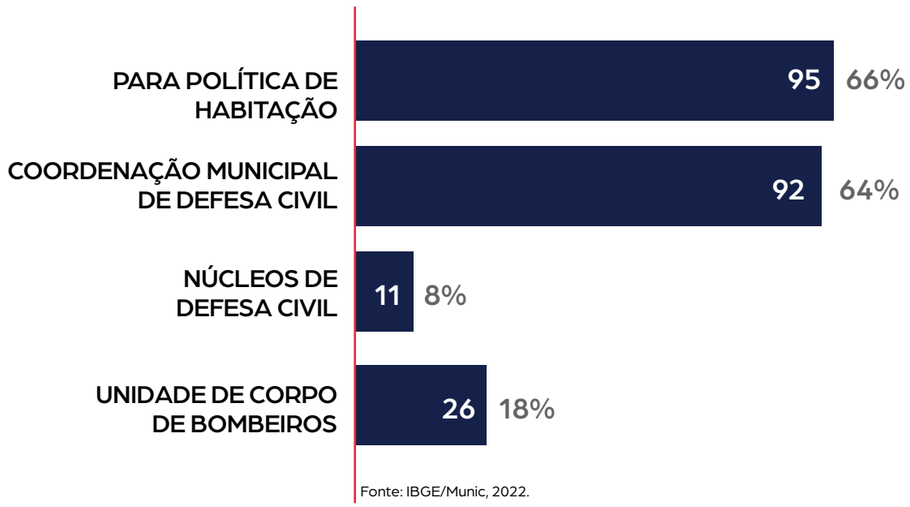
Fonte: IBGE/Munic, 2022.

MUNÍCIPIOS COM CONSELHOS MUNICIPAIS



Fonte: IBGE/Munic, 2022.

MUNÍCIPIOS COM ÓRGÃOS GESTORES



Fonte: IBGE/Munic, 2022.

O QUE FIZEMOS

A **meta 11.1** estabelece *"garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade"*.

Sobre esses propósitos, identificam-se contribuições pela gestão estadual, como a entrega de moradias, regularização fundiária e urbanização em assentamentos precários, conforme a seguir.

PROJETO "SUA CASA"

Consiste na construção e melhoria habitacional para atendimentos prioritários a famílias de baixa renda, sendo beneficiados, em 2021, 13.318 domicílios, dos quais 104 famílias indígenas, 48 famílias vítimas de sinistros (imóveis com risco de desabamento, incêndios, vendavais e outros) e 314 pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

CONSTRUÇÃO E ENTREGA DE 97 UNIDADES HABITACIONAIS

Nos conjuntos residenciais Riacho Doce I e Riacho Doce II, na Região Guajará, parte integrante do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba;

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

943 imóveis, na comunidade Jaderlândia, no município de Castanhal, e no núcleo urbano Liberdade, no município de Marabá; e;

AÇÕES INTEGRADAS DE URBANIZAÇÃO, MELHORIAS HABITACIONAIS E SANEAMENTO

Dirigidas a 824 domicílios, situados em assentamentos precários, nos municípios de Ananindeua, Belém e Castanhal.

Para garantir a *segurança viária nas cidades e o acesso por meio de sistemas de mobilidade urbana para todos, sobretudo com acessibilidade das pessoas vulneráveis e com mobilidade reduzida*, objeto da **meta 11.2,** foram realizadas obras de infraestrutura do sistema viário urbano, além de medidas de fiscalização dos serviços públicos, controle e regulação tarifária, destacando-se as seguintes:

SÃO FAMÍLIAS QUE PRECISAM DO APOIAMENTO PARA TER UMA CASA COM DIGNIDADE, COM MELHOR QUALIDADE.

Governador Helder Barbalho, sobre o Projeto Sua Casa.

PROJETO

SUA CASA

Com recursos para investir nos imóveis, moradores do bairro Liberdade, em Marabá, e em Água Azul do Norte, vão reconstruir suas moradias e ajudar a economia do município.

MACRODRENAGEM DA BACIA DO TUCUNDUBA

Obra em andamento e entregas de Unidades Habitacionais

AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE VIAS

Ampliação e requalificação de 7 km quilômetros de vias, para atender os municípios de Belém e Ananindeua, com drenagem urbana, pavimentação asfáltica, sinalização viária, implantação de calçadas acessíveis, ciclofaixas e paisagismo; e requalificação de 11 km da rodovia BR-316, do município de Belém até o município de Marituba, para implantar o sistema integrado de transporte metropolitano da Região Metropolitana de Belém – RMB, com adoção do sistema BRT (Bus Rapid Transit);

ASFALTO POR TODO O PARÁ

Pavimentação, recuperação e drenagem de 994 km de vias urbanas em 126 municípios, das 12 Regiões de Integração, por meio do Programa Asfalto por Todo o Pará.

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS

Em espaços de passageiros rodoviários e hidroviários, alcançando 95 municípios.

CONTROLE TARIFÁRIO E REGULAÇÃO

Dos serviços públicos de transporte intermunicipal de passageiros terrestre e hidroviário.

Em relação aos esforços do governo estadual, pertinentes à **meta 11.3,** como ao aumento da urbanização inclusiva e sustentável e aprimoramento das capacidades para o planejamento dos assentamentos humanos, destacam-se as orientações prestadas aos municípios de Rio Maria e Ulianópolis na elaboração de instrumentos de saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e coleta) e o apoio técnico-institucional na elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana concedido aos municípios de Bujaru, Eldorado dos Carajás, Juruti, Marapanim e São Félix do Xingu, contribuindo também para a **meta 11.a,** no que se refere a apoiar a integração econômica, social e ambiental, sobretudo quanto ao aspecto da cooperação para o planejamento regional e local de desenvolvimento.

Alinhado à **meta 11.4,** que se refere à proteção do patrimônio natural cultural, material e imaterial, foram mantidas constantes atividades de preservação do acervo e aquisições de novos materiais.

AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE RODOVIAS

NGTM alarga pista e melhora fluxo de veículos na BR-316 durante obras do BRT Metropolitano.

Em 2021, foram realizadas a **aquisição e preservação de aproximadamente 518 mil peças do acervo da Fundação Cultural do Pará**, na Região de Integração Guajará. Dentre as intervenções técnicas realizadas, registram-se a restauração de obras raras, a digitalização de livros e a higienização de acervo.

Paralelamente, em 2021, o **Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)** trabalhou na reabilitação do patrimônio histórico, artístico, documental e bibliográfico de 23,9 mil patrimônios, com serviços de digitalização, restauros e demais trabalhos direcionados para preservação de documentos históricos, na Região de Integração do Guajará.

Outra obra de grande importância na preservação do patrimônio foi a **restauração do mais imponente teatro do Pará, o Theatro da Paz,** fundado em Belém, em 1878, no período áureo do Ciclo da Borracha.

Na área de turismo, têm sido realizadas atividades que proporcionam a preservação de patrimônios estaduais, utilizados como equipamentos turísticos: Estação das Docas, Centro de Convenções e Feiras da Amazônia – Hangar, Mangal das Garças, Arena Multiuso Guilherme Paraense – Mangueirinho e Parque Estadual do Utinga, em Belém; orla da praia do Maçarico, em Salinópolis, e Centro de Convenções Leonildo Borges Rocha, no município de Marabá. Totalizando um investimento no valor de R$54,52 milhões.

As atividades relacionadas ao apoio técnico para a estruturação de produtos turísticos, além de fortalecimento do setor, também se configuram em formas de preservação do patrimônio natural, cultural e material e imaterial. Por meio das orientações técnicas de avaliação, o governo estadual garantiu apoio à formatação de rotas turísticas realizadas em 29 municípios. Dentre estes, a avaliação do **Parque Estadual do Utinga** em conjunto com o Ideflor-Bio, levantamentos relacionados ao turismo de pesca, mapeamento das oportunidades para estruturar produtos turísticos específicos em terras indígenas e o apoio à estruturação da praia de Joanes, na Região Marajó.

RESTAURAÇÃO DO THEATRO DA PAZ

Um dos mais luxuosos do Brasil, considerado um dos Teatros-Monumentos do País.

Ainda nessa perspectiva de preservação do patrimônio, citada na **meta 11.4**, merecem destaque as atividades de gestão e monitoramento de **Unidades de Conservação (UC),** como, por exemplo, da **Área de Proteção Ambiental (APA)** de São Geraldo do Araguaia e do Parque Estadual Serra dos Martírios/ Andorinhas (PESAM) e de proteção (prevenção e combate a incêndios), fiscalização e educação ambiental. Nesse sentido, em 2021, foi, também, criado o **Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)** Rios São Benedito e Azul, nos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, totalizando 27 Unidades de Conservação Estaduais.

Com relação às recomendações da **meta 11.5,** que trata sobre a redução do número de mortes e ao número de pessoas afetadas por desastres naturais e diminuição do número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas, e, também, com influência sobre a **meta 11.4,** quanto à proteção do patrimônio, na área de segurança pública, são realizadas permanentemente medidas estaduais de prevenção que possam comprometer ao patrimônio e a vida das pessoas afetadas por desastres naturais, sobretudo as vulneráveis e que vivem em áreas de risco.

Em 2021, foram 46.211 operações de combate a incêndios, busca e salvamento e atendimentos pré-hospitalar; 24 municípios apoiados com estratégias de atuação e pronto atendimento de demandas de assessoramento na prevenção a riscos e desastres; e 42.422 imóveis licenciados, a partir de vistorias técnicas realizadas em bens imóveis, estabelecimentos comerciais, industriais, escolas, residências, com orientações de segurança contra incêndios e emergências.

Quanto à **meta 11.6**, no que se refere ao aspecto de *reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, com melhoria dos índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos,* convém ressaltar a atuação do Governo do Estado relacionada à gestão dos recursos hídricos, clima e serviços ambientais. Em relação à **rede hidrometeorológica**, que engloba estações que medem chuva e nível dos rios e que coletam dados para análise de tempo e de clima, foi realizada manutenção da estação hidrológica, em Marabá, e visitas técnicas aos municípios de Barcarena, Capanema, Tailândia e Redenção.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

OBJETIVO 12

ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS.

O ODS 12, objeto deste capítulo, visa promover sistemas de produção e de consumo que minimizem impactos ambientais negativos, ao mesmo tempo em que geram melhoria na qualidade de vida das pessoas. É composto de 12 metas, sendo cinco finalísticas e sete de implementação.

Em relação a esse ODS, alinham-se as seguintes políticas, planos e programas de governo: Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Plano Estadual Amazônia Agora, Programa Territórios Sustentáveis e o Programa de Regulariza Pará.

EM 2021, AS REALIZAÇÕES E INICIATIVAS FORAM DIRECIONADAS AOS SETORES PRODUTIVOS, AOS PROGRAMAS DE GESTÃO E À COMUNIDADE, VISANDO A ADESÃO DE PRÁTICAS DE CONSUMO SUSTENTÁVEL, À AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AO FORTALECIMENTO DE PROGRAMAS VOLTADOS À GERAÇÃO DE RECURSOS SÓLIDOS, RECICLAGEM E OUTROS.

Com base nas metas ODS para o Brasil, serão apresentadas a seguir as ações estaduais alinhadas à Agenda 2030.

ESSE É UM MOMENTO ESPECIAL. OS INSCRITOS SERÃO OS PIONEIROS NO CAMINHO PARA MELHORIA DE PRODUÇÃO E MUDANÇA NA CHAVE ECONÔMICA DO PARÁ.

Mauro O'de Almeida, titular da Semas.

PROGRAMA

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Programa incentiva regularização fundiária e acesso a linhas de crédito. Produtores também receberão assistência técnica, voltada para a capacitação e aumento da renda.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 12.1

Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.

META 12.2

Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.

META 12.3.1BR

Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

META 12.3.2BR

Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.

META 12.8

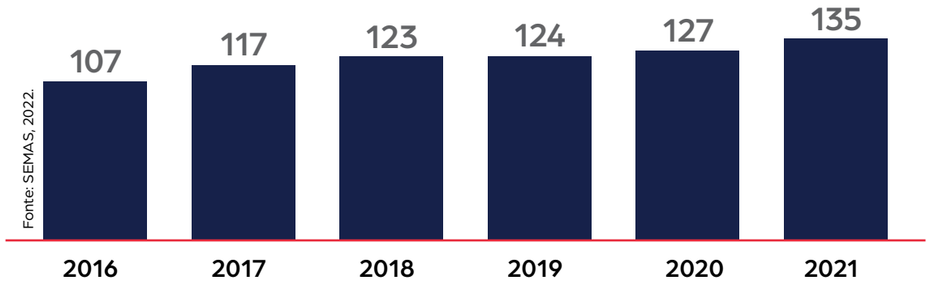
Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

META 12.B

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.

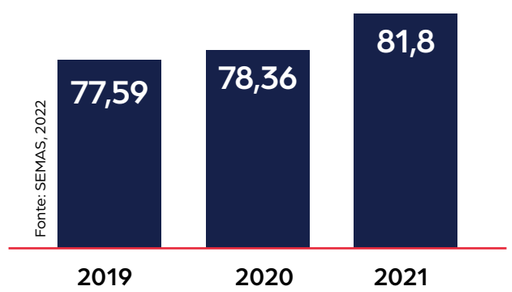
ONDE ESTAMOS

MUNICÍPIOS APTOS A EXERCER A GESTÃO AMBIENTAL



CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

% ÁREA CADASTRADA



O QUE FIZEMOS

Alinhado à **meta 12.1**, que visa à *implementação de plano de ação para produção e consumo sustentáveis, em articulação com entes federados*, é importante relacionar as ações integrantes do **Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)**, que têm como objetivo elevar o Pará, a partir de 2036, ao estágio de estado com emissão líquida zero ou carbono neutro no setor "Uso da Terra e Florestas". Esse desafio está estruturado em quatro pilares focados no combate ao desmatamento, na eficiência para as cadeias produtivas, na regularização fundiária, além do financiamento climático, que estimula a parceria público-privada.

Nesse aspecto, destaca-se a parceria entre o Governo do Estado e o **Instituto Clima e Sociedade (ICS), Organização Social Brasileira (OSB)** que mobiliza recursos globais para projetos vinculados a soluções para mudanças climáticas, garantindo a transferência de R$1 milhão, sob forma de doação, para o desenvolvimento de projetos do PEAA.

Como contribuição a *alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais,* alinhado à **meta 12.2,** o governo estadual atua por meio **Programa Territórios Sustentáveis (TS),** um dos pilares do PEAA, que visa ao fortalecimento da gestão ambiental eficiente e sustentável.

Em 2021, foram os seguintes resultados: 342 inscrições no programa; 15.499,66 hectares inscritos; 291 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) validados; 116 títulos de terra entregues; 11 capacitações para os técnicos que atuam no TS; 132 famílias capacitadas no TS 279; 35 viveiros de mudas implantados; três certificações de agroindústria de polpa de frutas; 79 declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf/DAP); e 16 Planos de Recuperação Ambiental (Prada) elaborados; oito unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais implantadas e três projetos de financiamento aprovados pelo Banpará-Bio.

> *ENTENDEMOS QUE DESMATAR NÃO É O CAMINHO, MAS SIM TRABALHAR DENTRO DE UM PROJETO E UM PROGRAMA ONDE POSSAMOS PRODUZIR E PRESERVAR A NATUREZA.*
>
> Elias de Almeida, agricultor.

PROGRAMA

BANPARÁ-BIO

A Iniciativa do Governo do Pará de fomento ao aumento da produtividade no campo com a manutenção da floresta em pé.

EMPÓRIO SUSTENTÁVEL

Incentiva a relação direta entre produtor e consumidor.

Com relação à **meta 12.3,** que prevê a contribuição para *redução do desperdício de alimentos*, em 2021 o Governo do Estado garantiu a comercialização agrícola com apoio e a realização de exposição e venda dos produtos agrícolas, como as feiras de agricultura familiar, totalizando 15 eventos estaduais, e três participações nacionais e internacionais.

Destaca-se a participação do Pará na **26ª edição do Salão do Chocolate e do Cacau, em Paris,** na França, onde a amostra paraense se destacou entre 235 avaliadas por especialistas, entre as 50 melhores amêndoas do planeta.

Ressalta-se a iniciativa **Empório Sustentável**, que propõe a comercialização direta de produtos e a melhoria na renda das famílias, que receberam também orientações dos princípios de sustentabilidade ambiental. O projeto atende 130 produtores familiares, e comercializa mel e derivados, hortaliças, plantas ornamentais, acessórios de casa, entre outros produtos de 46 expositores.

Em 2021, inserido na política de segurança e redução do desperdício alimentar, o projeto **Banco de Alimentos,** realizado pela **Central de Abastecimento do Pará (Ceasa),** efetivou a doação de alimentos, beneficiando 6.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo com a **meta 12.3.**

Alinhado à **meta 12.8**, *garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável,* foi viabilizada a formação da primeira turma de 58 agentes ambientais comunitários por meio do projeto **Usina da Paz,** que atua em territórios com elevados índices de criminalidade, vulnerabilidade econômica e social. Os cursos visam contribuir para educação ambiental e empreendedora, envolvendo temas relacionados à coleta seletiva de resíduos sólidos e reciclagem.

Ainda em contribuição à **meta 12.8,** que visa garantir o acesso a informações sobre o desenvolvimento sustentável, o Governo do Estado lançou, em 2021, o **Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental (SISLAM)**, para conferir maior transparência e agilidade ao processo de licenciamento, assim como um gerenciamento mais ágil por parte das secretarias municipais de meio ambiente, que poderão customizar o sistema de acordo com seus fluxos internos de processo.

Com a intenção de promover a educação ambiental e a transferência de conhecimento, para pessoas que residem em **Área de Proteção Ambiental (APA),** assim tornando-as multiplicadores de conteúdo para visitantes, o governo estadual viabilizou capacitações de orientação e demonstração de boas práticas ambientais, destacando o curso de **"Trilhas e Caminhadas"** e o de **"Observação de Aves"**.

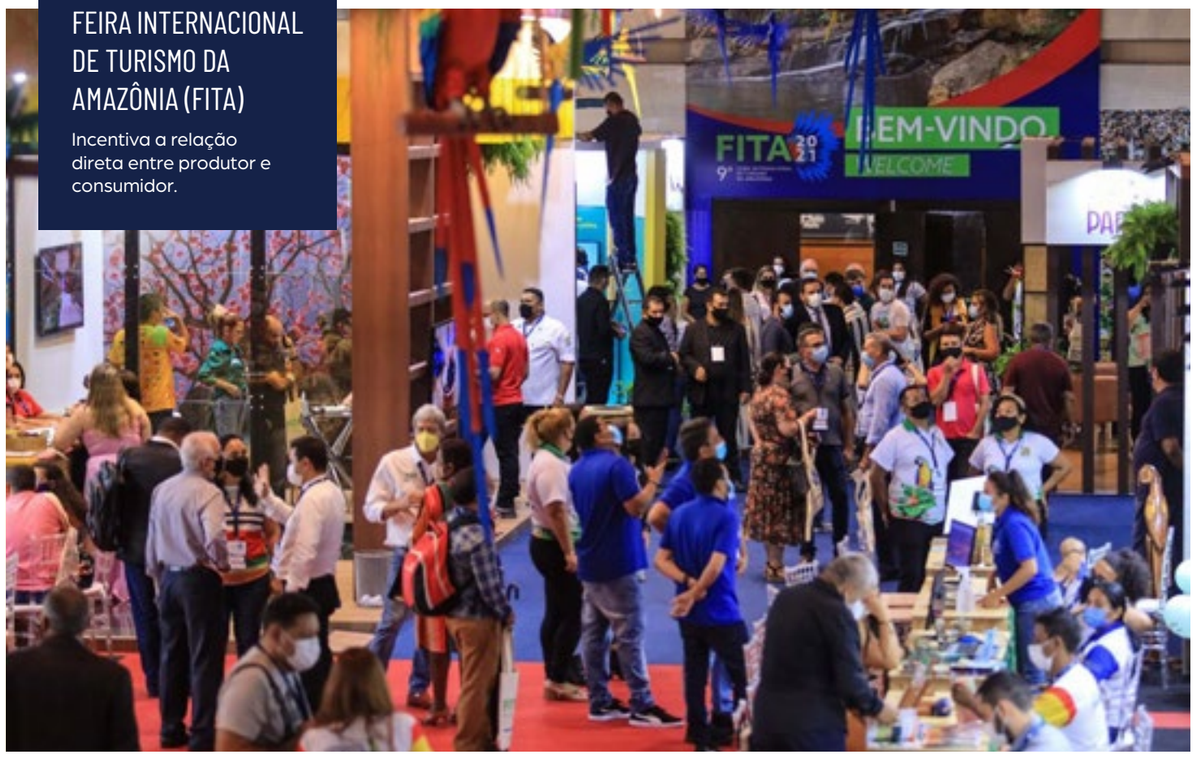
Em contribuição à **meta 12.b,** que versa sobre *desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o*

AGENTES AMBIENTAIS COMUNITÁRIOS

Semas forma primeira turma na Usina da Paz no Icuí. São 58 pessoas capacitados em coleta seletiva de resíduos sólidos e reciclagem, que vão contribuir para a preservação do meio ambiente.

turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais, em 2021 foi realizada a **Feira Internacional de Turismo da Amazônia (FITA),** tema central "Conectando negócios na Amazônia", com o objetivo de promover e integrar os destinos turísticos da região, que ocorreu na Região de Integração Carajás, sendo o município anfitrião Parauapebas. Este município é detentor do título **Capital do Ecoturismo de Carajás,** e possui **seis Unidades de Conservação (UC)** e uma **Reserva Indígena,** além de agregar uma diversidade de espécies da flora e fauna amazônicas, componente de potencialidades turísticas.

No evento foram discutidos: "Políticas públicas – turismo, cenários e oportunidades", "Desafios e oportunidades da gestão descentralizada do turismo", "Turismo Sustentável/unidades de conservação", "Turismo em comunidades tradicionais", "Marketing turístico digital" e "Turismo e indicação geográfica".



FEIRA INTERNACIONAL DE TURISMO DA AMAZÔNIA (FITA)

Incentiva a relação direta entre produtor e consumidor.

CAPACITAÇÃO, TECNOLOGIAS E DESCENTRALIZAÇÃO

Debates sobre aspectos essenciais para a retomada do setor dominaram o segundo dia da FITA.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

OBJETIVO 13

TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS IMPACTOS.

O ODS 13, item deste capítulo, busca fortalecer a capacidade de adaptação a riscos e impactos relacionados à mudança climática e possíveis desastres naturais, a partir da integração das estratégias e planejamento brasileiro à Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC). É composto de 16 metas, sendo sete finalísticas e nove de implementação.

Neste capítulo, são apresentadas as metas nacionais relacionadas ao ODS 13, e as principais realizações de governo, em 2021, que sinalizam esse direcionamento.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 13.3

Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos e alerta precoce.

META 13.B

Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional, objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres,jovens, comunidades locais e marginalizadas.

ONDE ESTAMOS

PERCENTUAL DE CAR NAS ÁREAS CADASTRÁVEIS

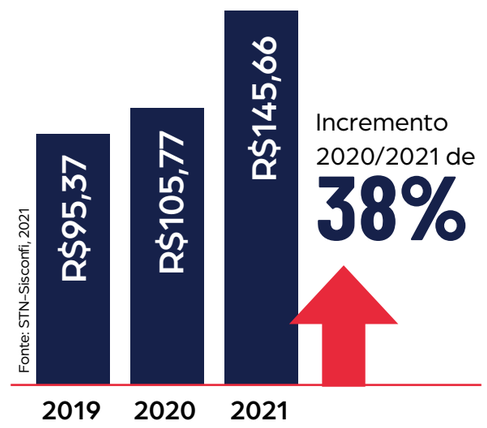
Fonte: INPE-Prodes/Semas, 2022.

DOCUMENTOS EMITIDOS DE TERRA
2021

Títulos definitivos individuais: 1.200	
Documentos de regularização urbana: 868	
Termos de resgate de aforamento: 4	
Títulos definitivos para comunidades: 3	
Termos de permuta: 17	
Concessões de direito real de uso: 194	
Certidões de terras: 147	
Títulos de légua patrimonial: 3	
TOTAL: 2.430	

Fonte: ITERPA, 2022.

GASTOS COM A GESTÃO AMBIENTAL
EM MILHÕES



Fonte: STN-Siconfi, 2021

O QUE FIZEMOS

Alinhadas ao ODS 13, destacam-se as seguintes políticas e programas estaduais: **Política Estadual sobre Mudanças Climáticas**, sob a qual está ancorado o **Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA),** o **Programa Territórios Sustentáveis** e outras ações de desenvolvimento, como aquelas integrantes do **Programa Educação Ambiental na Zona Costeira Paraense.**

Tendo em vista a instituição da **Política Estadual sobre Mudanças Climáticas,** pela Lei nº. 9.048/2020, o Estado do Pará contribuiu com o alcance da **meta 13.3**, por meio de diversas ações contínuas de capacitação para os municípios, em especial os 47 que compõem a zona costeira, a fim de sensibilizá-los sobre essa temática ainda pouco conhecida e debatida no âmbito estadual, conforme detalhado a seguir.

Foram realizadas ações em sete territórios do programa **Territórios Sustentáveis** e em 23 municípios, totalizando, até outubro de 2021, 597 participantes, dentre eles o curso de **Formação de Agentes Ambientais** e as diversas atividades de capacitação/sensibilização realizadas no contexto da agenda ambiental.

Foi desenvolvido, também, o **Programa "Educação Ambiental na Zona Costeira Paraense",** com a proposta de demonstrar a realidade desta área em seus diversos aspectos, para estimular o processo de territorialidade e aceleração de políticas locais, com base na **Agenda 2030** e seus **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),** considerando as especificidades e potencialidades dos municípios envolvidos. Os webinários realizados levaram aos municípios costeiros as seguintes temáticas:

"COMO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS TE AFETAM"

"ECONOMIA VERDE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PARÁ"

Realizados em parceria com a Rede ODS Brasil (YouTube) e o Instituto Alachaster, com o objetivo de sensibilizar o público sobre sustentabilidade e descarte consciente de resíduos sólidos;

"EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA COSTEIRA PARAENSE"

Realizado em parceria com a Rede ODS Brasil e a participação da Organização Internacional Rare – Brasil e Instituto Alachaster.

"CULTURA OCEÂNICA PARA ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

A convite da Rede ODS Brasil, com a participação da organização The Climate Reality.

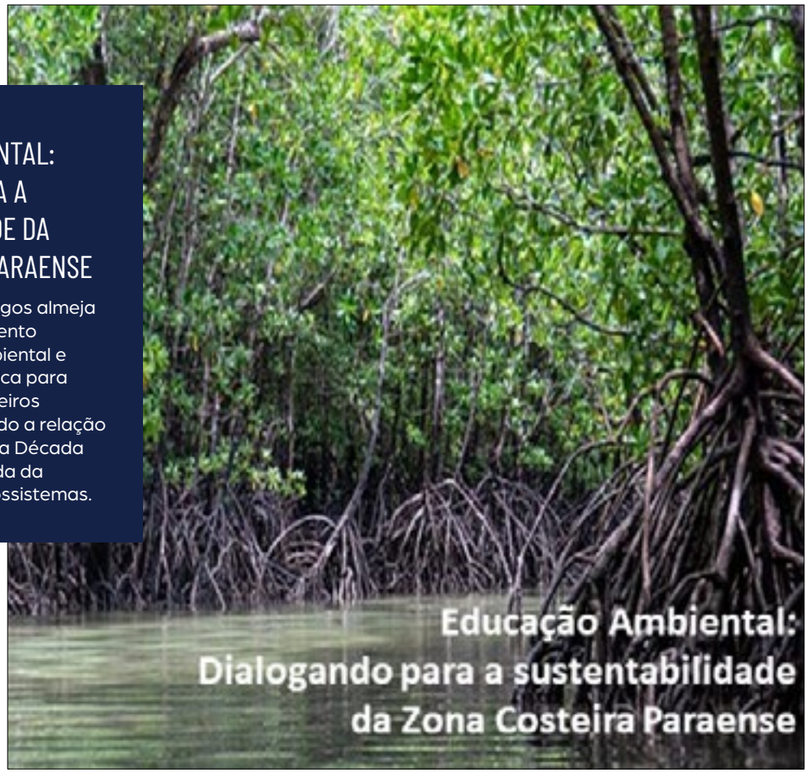
"CULTURA OCEÂNICA, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS"

Promovida pelo Governo do Estado, em parceria com o Instituto Manguezal, no âmbito do projeto **"Remada Tenda Verde",** que atua com comunidades praianas, turistas e comerciantes do município de Salinópolis.

Quanto à **meta 13.b**, no contexto de controle e fiscalização, visando **fortalecer o instrumental científico** e tecnológico do Estado, para maior respaldo à eficácia da gestão, foi firmada parceria entre o governo estadual, a **Aliança Internacional para a Biodiversidade** e o **Centro Internacional para Agricultura Tropical,** com participação da **Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)** e da **Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço (NASA)**. O termo celebrado garante ao Estado, por intermédio da utilização

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIALOGANDO PARA A SUSTENTABILIDADE DA ZONA COSTEIRA PARAENSE

A série de cinco Diálogos almeja disseminar conhecimento sobre Educação Ambiental e Alfabetização Climática para os 47 municípios costeiros paraenses, destacando a relação com a Agenda 2030, a Década do Oceano e a Década da Restauração dos Ecossistemas.



de dados de satélites de observação da Terra e tecnologias geoespaciais, o fornecimento de soluções para tornar mais eficiente o monitoramento de ecossistemas, cobertura e uso do solo, e ainda fenômenos hidroclimáticos.

Ressalta-se que o Pará é o segundo estado brasileiro a aderir ao programa **SERVIR-Amazônia**, que faz parte do **SERVIR Global,** iniciativa de desenvolvimento conjunto entre NASA e USAID, que objetiva *"desenvolver ferramentas, produtos e serviços que permitam aos países da Bacia Amazônica melhorar seu processo decisório e incorporar mais adequadamente a voz de mulheres, povos indígenas e suas comunidades às suas decisões"* (disponível em: https://servir.ciat.cgiar.org/ Acesso em: 07/06/22).

Além disso, colaborando com o alcance da **meta 13.b,** foram firmados os seguintes instrumentos de cooperação:

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Firmado com o objetivo de reduzir de forma abrangente as emissões de gases de efeito estufa em todos os setores da economia para atingir as metas estabelecidas para 2030, com a **Coalizão Under2** (secretariado pelo Climate Group), a maior rede global de governos estaduais e regionais, que se comprometeu a reduzir as emissões, conforme o preceituado no **Acordo de Paris**. Vale informar que a Coalizão Under2 reúne mais de 270 governos, representando 1,75 milhão de pessoas e 50% da economia global, com o compromisso de manter o aumento da temperatura global limitado a 1,5°C.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM WAGENINGEN UNIVERSITY & RESEARCH - WUR (HOLANDA)

Para implantação de Sistema de Monitoramento Ambiental por Tecnologia de Radar no Pará, através de transferência interinstitucional de tecnologia de monitoramento ambiental e qualificação funcional para geração de capacidades.

PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DE NOVA YORK (NYU)

Firmada para elaboração do Projeto "Bioeconomia Pé no Chão", com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico regenerativo e de baixo carbono, assim como ampliar a geração de emprego e renda em cadeias produtivas locais, prospectando **gerar mais de 3 mil empregos verdes diretos** e mais de **20 mil indiretos**. No Pará, a cadeia produtiva do cacau foi eleita como prioritária, uma vez que é responsável por mais da metade (51,54%) do cultivo do fruto no Brasil, ofertando oficina temática virtual, com a participação de representantes de instituições estaduais e da sociedade civil, a fim de identificar as dificuldades, entraves e desafios vivenciados.

RACE TO ZERO

Adesão do Estado à campanha de neutralidade climática Race to Zero, movimento das Nações Unidas para conter o aquecimento global, alinhando-se ao enfrentamento à mudança do clima e desenvolvimento de soluções inclusivas, sustentáveis e economicamente significativas.

Em paralelo, foram mantidas as vigências dos seguintes acordos:

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Firmado no final de 2020, com vigência de cinco anos, com a Climate Policy Initiative (CPI – Escritório Brasil) e a Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro (PUC-Rio), visando à redução dos riscos ambientais de projetos de infraestrutura, incluindo plano de prioridades para a infraestrutura sustentável no Estado do Pará, bem como auxílio à implementação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará, do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), e instrumentos.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Firmado em 2020, com a The Nature Conservancy (TNC) e o Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (Icraf), com o intuito de promover bases sólidas para a conservação dos recursos naturais e a economia de baixas emissões no Estado do Pará, a partir da promoção da excelência na produção, difusão e aplicação do conhecimento e de soluções inovadoras voltadas ao ordenamento territorial e à regularização ambiental; ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, às mudanças climáticas, ao combate ao desmatamento ilegal, à conservação de recursos naturais; à promoção dos sistemas agroflorestais e outras formas de uso sustentável do solo e das águas, e áreas afins.

É válido observar que todas as atividades realizadas, ao fim, concorrem para o objetivo definido pelo PEAA de **reduzir as emissões de carbono**, até o atingimento do nível 0, em 2036.

RACE TO ZERO

Governo do Pará adere à campanha global para zerar emissões de gases do efeito estufa até 2050.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

14 VIDA NA ÁGUA

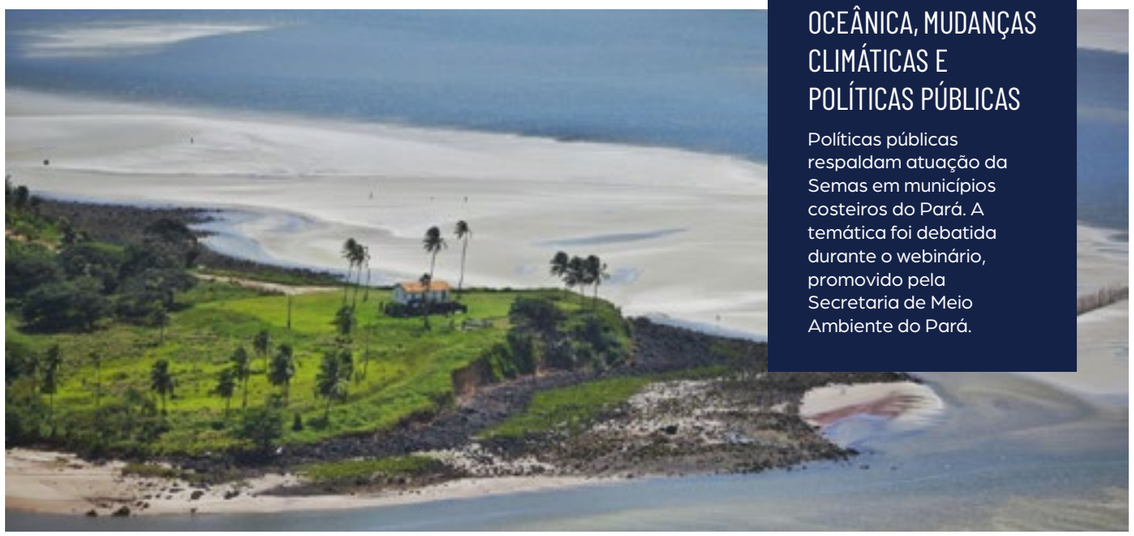
VIDA NA ÁGUA

OBJETIVO 14

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

O ODS 14 busca gerir de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros, assim como a sua conservação, por meio da redução da poluição, cooperação científica, regulação da pesca, oferecendo benefício econômico aos Estados/ Regiões que possuam a gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo. É composto de 10 metas, sendo sete finalísticas e três de implementação.

A seguir são apresentadas as metas nacionais, às quais contribuíram as realizações do governo estadual, em 2021.



WEBINÁRIO CULTURA OCEÂNICA, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas respaldam atuação da Semas em municípios costeiros do Pará. A temática foi debatida durante o webinário, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará.

QUASE METADE DA REGIÃO NORTE VIVE NA ZONA COSTEIRA, VIVE NA ZONA RIBEIRINHA, E VIVE DO PESCADO, DO TRANSPORTE. TUDO ISSO ESTÁ CONECTADO.

Jussara Martinelli, pesquisadora.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA COSTEIRA PARAENSE

Participantes do webinar promovido pela Semas para discutir a preservação da biodiversidade da costa oceânica.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 14.7B

Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.

META 14.B.B

Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

META 14.A.B

Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS.

ONDE ESTAMOS

Considerando que os indicadores disponíveis, no momento, não refletem o impacto direto que as ações do estado possuem em relação ao ODS 14, está em desenvolvimento o Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro, com base no preceituado pela Política Estadual correlata, que possibilitará a criação e o acompanhamento de indicadores válidos para este fim.

O QUE FIZEMOS

Alinhados ao ODS 14, destacam-se os programas estaduais e parcerias que contribuem para o alcance de suas metas: **Política Estadual sobre Mudanças Climáticas,** sob a qual está estruturado o **Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA); Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará; Programa Pesca para Sempre no Pará; Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater)**; e **Programa BANPARÁ-Bio.**

No âmbito da **Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará,** o Governo do Estado, em parceria com prefeituras municipais e organizações da Praia do Atalaia no município de Salinópolis e sociedade civil, desenvolveu ações em 17 municípios costeiros (Viseu, Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua, São João de Pirabas, Salinópolis, Santarém Novo, São João da Ponta, Magalhães Barata, Marapanim, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Vigia, Colares,

PROGRAMA

PESCA PARA SEMPRE

Sedap estimula a pesca sustentável como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer de comunidades pesqueiras.

PISCICULTURA

Alevinos produzidos nas Estações de Terra Alta e Santarém, e tanque com alevinos na Estação de Piscicultura da SEDAP, no município de Terra Alta..

Salvaterra e Soure), apresentando iniciativas como o **Programa Pesca para Sempre** e a **Rede de Lideranças Globais Coastal 500**, promovidos pela Rare Brasil, organização da sociedade civil com atuação na promoção da pesca artesanal sustentável ao longo da costa marinha brasileira.

O **Programa Pesca para Sempre no Pará** trabalha em parceria com comunidades de pescadores, lideranças, associações, órgãos de governos, universidades e organizações para construir e fortalecer o gerenciamento da pesca de pequena escala, capacitando indivíduos e instituições que atuam para o fortalecimento das áreas protegidas, replicando esse conhecimento e a sensibilização sobre os manguezais, o que contribui com o alcance da **meta 14.a** e **meta 14.b.**

Vale ressaltar que no Estado do Pará há **12 Reservas Extrativistas Marinhas,** destinadas a proteger as espécies de fauna e da flora locais e também o modo de vida de comunidades tradicionais, uma vez que abrigam cerca de 125 mil pessoas que vivem da pesca artesanal.

Programa Coastal 500, por sua vez, prevê uma rede de lideranças públicas em prol da pesca artesanal, a partir da participação de municípios e prefeitos no fortalecimento de uma rede colaborativa de suporte à pesca sustentável na costa amazônica. Para tanto, a rede Coastal 500 elaborou um guia de ação com atividades programáticas, políticas e financeiras para compromissos de gestão pesqueira, e atualmente atua em parceria com cerca de dez municípios costeiros paraenses, contribuindo com o alcance das **metas 14.a** e **14.b.**

No rol das ações diretas do Estado, como contribuição às **metas 14.7** e **14.b**, pode-se citar o atendimento a **1.281 pescadores/piscicultores**, distribuídos em oito Regiões de Integração, por meio da **distribuição de 943.900 alevinos**, representando um importante investimento na produção aquícola e pesqueira do Pará.

Além disso, o **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater)** incluiu novas estratégias de fortalecimento das cadeias de produção já existentes, a exemplo das atividades de piscicultura.

São ações de assistência técnica e extensão rural direcionadas aos produtores familiares rurais, visando à produção sustentável, agregação de valor, geração de renda, organização social, inclusão social e manejo sustentável dos recursos naturais.

Em paralelo, tendo em vista a **meta 14.b,** a linha de crédito denominada **BANPARÁ-Bio,** instituída em 2021 para financiar pequenos e médios produtores rurais, aportou recursos em três projetos do município de São Félix do Xingu, incluindo 11 hectares de **Sistemas Agroflorestais (SAF)** e três tanques para piscicultura. Além disso, o Governo do Estado realizou feiras do pescado em municípios como Santarém, Vigia e Castanhal, dentre outros, possibilitando a aproximação dos pescadores com o mercado consumidor final, obtendo como resultado a venda de centenas de toneladas de pescado.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

15 VIDA TERRESTRE

VIDA TERRESTRE

OBJETIVO 15

PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE.

O ODS 15 trata da preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas, da biodiversidade que já existe e da reversão dos danos já causados, a partir da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), incluindo as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), Reservas Legais (RLs) e Terras Indígenas, dentre outras, e a partir do entendimento de que deter o desmatamento é importante para evitar processos de desertificação. Sendo assim, faz-se necessário preservar a biodiversidade e as espécies ameaçadas, controlando a caça ilegal e o tráfico de espécies da fauna e da flora, cabendo aos estados o papel de articulador para incentivar mudanças de comportamentos nas comunidades. É composto de 16 metas, sendo sete finalísticas e nove de implementação.

Em relação a esse ODS, alinham-se a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC), que baseia o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), e seus desdobramentos, estruturados em Programas Estaduais: Programa Territórios Sustentáveis; Força Estadual de Combate ao Desmatamento (FECD), com três operações – Amazônia Viva, Luz na Selva e Netuno; Programa SERVIR-Amazônia; Projeto SIMAR/PA 3.6 e Política Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC.

A seguir são apresentadas as metas nacionais do ODS 15, para as quais o Governo do Estado apresentou contribuições.

NESTE MOMENTO É PRECISO UNIR FORÇAS PARA GARANTIR BONS RESULTADOS

Carlos Ledo, secretário adjunto da Sedeme.

OPERAÇÃO
AMAZÔNIA VIVA

Força-tarefa da 17ª Etapa da Operação Amazônia-Viva, que combate o desmatamento ilegal em áreas de gestão estadual, desde junho de 2020, como parte da macroestratégia do PEAA.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 15.1.1

Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

META 15.1.2

Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN.

META 15.2

Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.

META 15.5.1

Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente.

META 15.5.2

Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.

META 15.5.3

Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética

META 15.6.2

Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.

META 15.7

Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 15.9

Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporados em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.

META 15.A

Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.

META 15.B.1

Assistência oficial para o desenvolvimento e despesas públicas em conservação e uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas.

META 15.C

Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.

ESTAMOS DISPONÍVEIS PARA PARCERIAS E INICIATIVAS INOVADORAS E SOBRETUDO CALCADAS EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

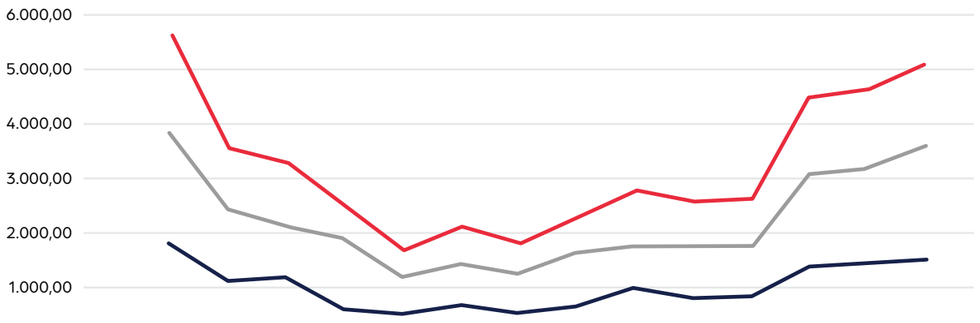
Mauro Ó de Almeida,
Secretário de Estado na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

CENTRO INTEGRADO DE GEOPROCESSAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

Semas adere a programa com serviços geoespaciais da NASA e USAID. Detectar a possibilidade de incêndios, desmatamento e garimpos ilegais no Pará são focos dos serviços firmados na parceria.

ONDE ESTAMOS

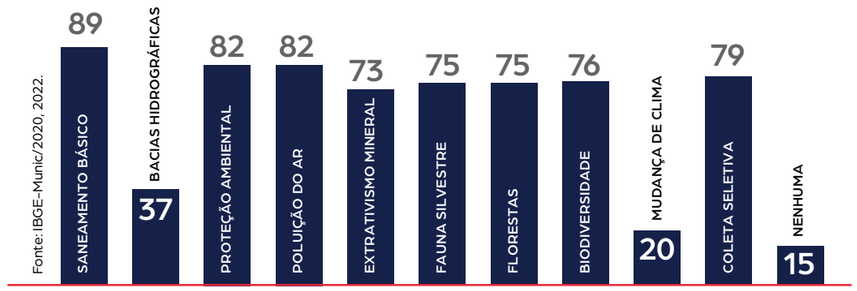
TAXA DE DESMATAMENTO
(EM KM²)



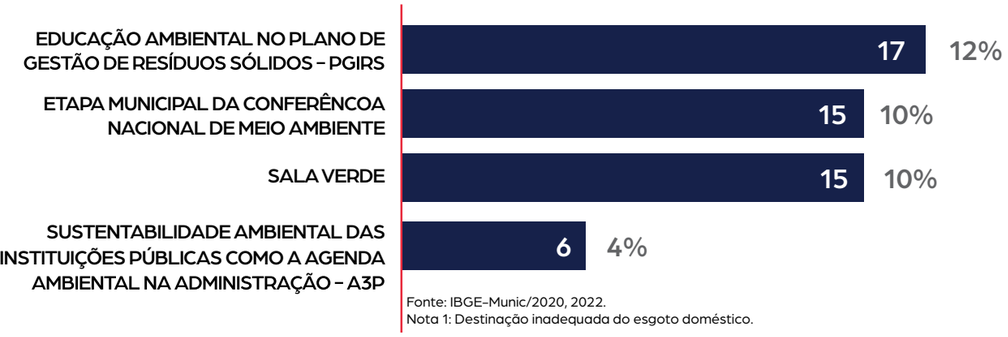
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desmatamento em Área Federal Km²	3.813,4	2.431,9	2.121,1	1.894,2	1.176,0	1.427,7	1.257,0	1.637,5	1.758,8	1.757,5	1.756,8	3.052,3	3.185,3	3.583,8
Desmatamento em Área Estadual Km²	1.808,2	1.123,9	1.190,9	612,3	502,7	670,6	537,4	666,2	999,7	813,22	846,3	1.406,7	1.431,9	1.500,6
Desmatamento Total Km²	5.621,7	3.555,9	3.312,1	2.506,5	1.696,8	2.098,3	1.794,5	2.303,8	2.758,6	2.570,7	2.603,2	4.459,1	4.617,2	5.084,5

Fonte: Semas, 2022.
Obs: Os dados processados referem-se ao incremento de desmatamento, ou seja, o valor de desmatamento que aumentou de um ano para o outro. Este valor abrange o corte de vegetação em áreas de qualquer tamanho, inclusive menores que 6,25 hectares medidos a partir dos dados do Prodes.

MUNICÍPIOS COM INSTRUMENTOS OU LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
2020



MUNICÍPIOS COM PROGRAMAS IMPLANTADOS EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL
2020



Fonte: IBGE-Munic/2020, 2022.
Nota 1: Destinação inadequada do esgoto doméstico.

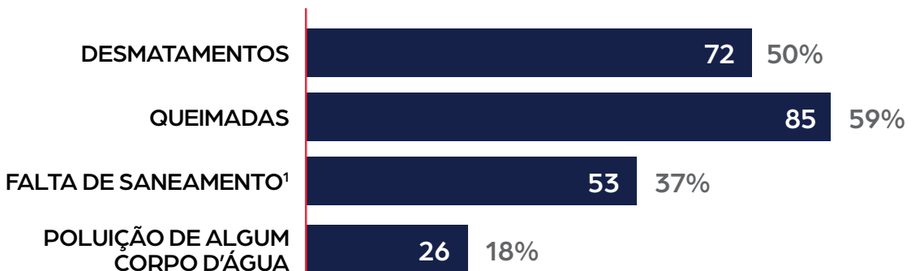
ÁREAS DE PROTEÇÃO ESTADUAL
(EM KM²)

É a soma das áreas de proteção integral e áreas de proteção de uso sustentável.

MUNICÍPIOS COM CONSELHOS DE MEIO AMBIENTE

88% dos municípios paraenses possuem conselhos de meio ambiente de caráter consultivo, deliberativo, normalizador ou fiscalizador.

MUNICÍPIOS COM OCORRÊNCIA DE ALGUM IMPACTO AMBIENTAL
2020



Fonte: IBGE-Munic/2020, 2022.
Nota 1: Destinação inadequada do esgoto doméstico.

O QUE FIZEMOS

Os **Sistemas Agroflorestais (Safs)** consistem no plantio de espécies florestais e frutíferas diversas em um mesmo terreno, envolvendo não só a reconstituição das características do solo, mas de todos os elementos naturais que favorecem e dão condições à manutenção da vida no planeta. Em 2021, foram implantados Safs em comunidades inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, no âmbito do **Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia**, além de 30 viveiros individuais e dois viveiros germinados, com capacidade de produção de mais de 122.892 mil mudas florestais e frutíferas, refletindo na promoção da recomposição florestal produtiva de 123 hectares de áreas alteradas em propriedades de agricultores familiares. Tais resultados estão alinhados à **meta 15.1.1**.

Destaca-se, também, em relação a essa meta, o **Programa Regulariza Pará**, instrumento de regularização fundiária do **Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)**, que registrou 38.857 **Cadastros Ambientais Rurais (CAR)** analisados e 3,8 milhões de hectares de área validada no **Sistema de Cadastros Ambientais Rurais do Pará (SICAR PA)**. Ainda no âmbito de regularização fundiária, ressalta-se a emissão de CAR, pelas instituições estaduais, por meio de financiamento do **Fundo Amazônia** em 20 municípios das Regiões de Integração Rio Capim, Guamá, Rio Caeté, Marajó e Xingu.

Outra relevante iniciativa realizada, em atendimento à **meta 15.1.1,** foi o **Programa Regularização Ambiental (PRA),** que obteve, em 2021, um incremento de 73% no número de imóveis rurais com passivos em Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP) regularizados, em comparação ao ano anterior, com 130 termos de compromissos formalizados.

PROGRAMA
REGULARIZA PARÁ

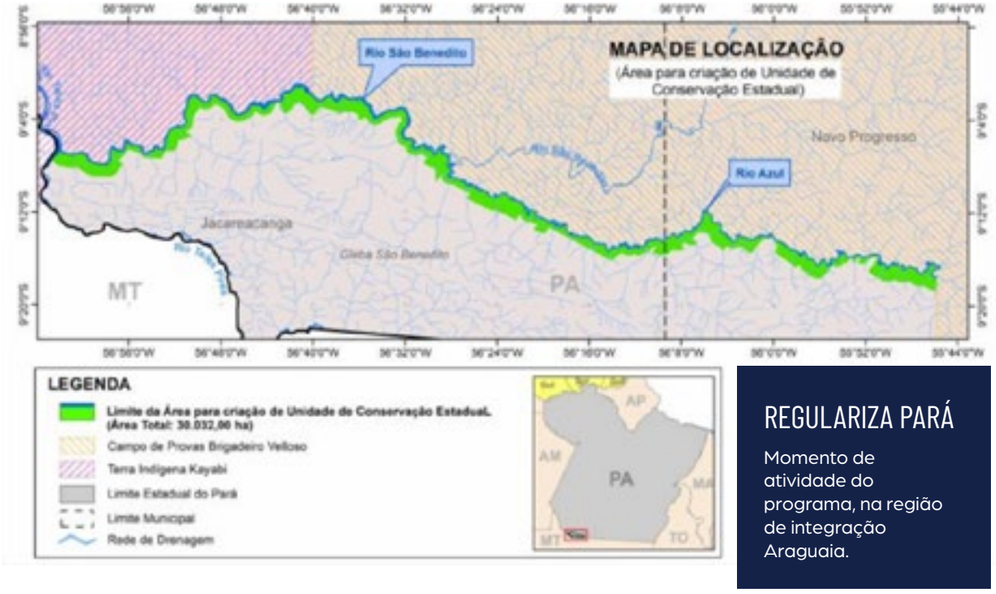
O programa promoveu mais de 70 atendimentos a produtores rurais e realizou treinamentos sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para analistas ambientais.

Além disso, o Estado também contribuiu com a **meta 15.1.1**, a partir da criação do **Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)** Rios São Benedito e Azul, nos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, por meio do Decreto Nº 1.944/2021, totalizando **27 Unidades de Conservação Estaduais**. Tal REVIS foi criado com dois objetivos principais: assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória e conter a fronteira do desmatamento nos municípios de Jacareacanga e Novo Progresso na RI Tapajós, atendendo, ainda, à **meta 15.5.3.**

Em consonância com as **metas 15.1.1 e 15.6.2**, foram desenvolvidos, também, nas **Unidades de Conservação (UCs) Estaduais,** programas de comunicação, de manejo de recursos naturais e de uso

PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA

Ideflor-Bio implanta sistemas agroflorestais e capacita agricultores na APA Triunfo do Xingu.



REGULARIZA PARÁ

Momento de atividade do programa, na região de integração Araguaia.

público, como mapeamento das trilhas e dos pontos turísticos potenciais e rotas turísticas, em parceria com outras instituições, além de atividades administrativas, como emissão de autorização para elaboração de pesquisa e de valorização das comunidades do entorno, por meio do **Projeto Agro Várzea/ Feira da Biodiversidade** e da realização do **Curso de Condutor Ambiental de Trilhas e Caminhadas**, além de outros projetos.

Em 2021, de acordo com o que define a **meta 15.2**, o Governo do Estado **ampliou o Programa Territórios Sustentáveis (TS)** para mais de 108 mil hectares de terra, incentivando a prática da sustentabilidade. Vale lembrar que o Programa TS, iniciado em 2020, é o terceiro instrumento de execução previsto no **Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA),** representando uma estratégia estadual de transição para a economia de baixas emissões nas áreas pressionadas pelo desmatamento. O referido Programa visa à conservação do capital natural; à promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, respeitadas as vocações econômicas do estado e à recuperação de áreas alteradas e degradadas.

A partir da atuação integrada das instituições estaduais, foi possível garantir resultados satisfatórios no **TS 279** (ao longo da PA-279), que abrange os municípios de São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte e Tucumã, conforme já descritos no Capítulo 2.

Ainda no contexto do **Territórios Sustentáveis,** após a identificação do passivo ambiental da propriedade, o governo estadual atua com ações voltadas à recomposição da área, por meio da implantação de SAFs. Em 2021, essa ação promoveu o plantio em uma área de 1.330 hectares, beneficiando 890 produtores rurais familiares, com distribuição de dois milhões de sementes de Açaí, Cacau, Cupuaçu, Pupunha, Muruci, Paricá, Andiroba, Cumaru, Maranhoto e outras, além de ter produzido cerca de 1,8 milhão de mudas agroflorestais, o que contribuiu para a redução do passivo ambiental e a ampliação da renda familiar das comunidades envolvidas, contribuindo com as **metas 15.2 e 15.5.1**.

Outras duas estratégias relevantes em direção à **meta 15.2,** adotadas em 2021, foram:

A retomada do **Sistema AgroTag,** com as adaptações necessárias para atendimento ao **Programa TS**, a fim de possibilitar, em uma única plataforma, o monitoramento de uso e cobertura do solo de unidades produtivas rurais, a partir da coleta de informações das áreas dentro de sua atuação, mantendo uma base de dados única e padronizada, facilitando a gestão ambiental no âmbito do TS. Nos formatos presencial e virtual, foi realizado o **assessoramento aos técnicos de instituições parceiras do projeto,** visando à implantação de **Unidades Demonstrativas (UD)** em municípios da região sudeste do Estado, englobados pelo TS; e o lançamento e a operação da

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Produtor rural atendido pelo TS 279, em São Félix do Xingu.

Plataforma Selo Verde, que tem como objetivo avaliar a conformidade ambiental na cadeia da pecuária, num esforço pioneiro em direção à rastreabilidade e transparência dos fornecedores diretos e indiretos de gado e de soja no estado.

No que se refere ao eixo **Comando e Controle do PEAA,** as **12 Operações Amazônia Viva,** realizadas em 2021, para combater o desmatamento ilegal em áreas de gestão estadual, sob a coordenação da **Força Estadual de Combate ao Desmatamento,** que congrega os **Sistemas Estaduais de Meio Ambiente (SISEMA)** e de **Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS),** embargaram 139.2006,67 hectares de áreas de desmatamento ilegal e apreenderam 6.004,46 m³ de madeira em tora, 798,81436 m³ de madeira serrada, 135,50092 m³ de madeira estaca, 5.919 unidades de madeira estaca derrubadas de forma irregular. Sendo assim, as ações de fiscalização, nas áreas de ingerência estadual, colaboraram para uma **redução de desmatamento de 11%** em comparação com o ano "calendário" de 2020, contribuindo com o alcance da **meta 15.2.**

CASTANHAS DO PARÁ

Biodiversidade Amazônica.

No que se refere à **legislação ambiental,** o Governo do Estado revisou diversas instruções normativas de **regulação de cadeias produtivas** e publicou a **Resolução Coema nº162/21,** que disciplinou as atividades de impacto ambiental para fins de licenciamento de competência dos municípios, garantindo maior clareza técnica e segurança jurídica para os processos de licenciamento de atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Pará. Destaca-se que o Pará conta com 135 municípios habilitados para exercer a gestão ambiental local, tornando mais célere o processo de licenciamento, contribuindo, assim, com a **meta 15.2.**

Também foram apreendidos nas operações mencionadas 658 animais silvestres, 8.200 quilos de peixes, além de maquinário, contribuindo, dessa forma, com o alcance das **metas 15.7 e 15.c**.

Em atenção à **meta 15.6.2** e ao necessário protagonismo dos povos indígenas no debate da agenda ambiental, a **Federação dos Povos Indígenas do Pará (Fepipa)** foi eleita a instituição coordenadora do **Comitê Executivo do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptações Climáticas (FPMAC),** reativado recentemente e composto por cerca de 40 instituições, que representam a sociedade civil e o poder público; e o **Conselho Nacional das Populações Extrativistas,** eleito membro observador para representar o **Fórum no Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (FAO).**

O FAO, por sua vez, é um mecanismo financeiro privado, reconhecido pelo Governo do Pará como instrumento de alcance das metas fixadas em políticas públicas estaduais, de maneira perene, mas com especial atenção aos compromissos firmados pelo Estado até 2036, respondendo à **meta 15.a.** Em 2021, o **Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio)** foi selecionado para captar, executar e prestar contas de recursos do FAO, que recebeu, no mesmo ano, a **doação de R$1 milhão do Instituto Clima e Sociedade (ICS)**, organização social brasileira que mobiliza recursos e transformações no tema de mudanças climáticas, para desenvolvimento de projetos do PEAA.

No sentido da **meta 15.6.2,** vale ressaltar, em 2021, a entrega de três **títulos coletivos definitivos para Comunidades Remanescentes de Quilombos, beneficiando 296 famílias:** 28, do Quilombo Balieiro, no município de Bagre, Região Marajó; 35, da Associação das Comunidades Quilombolas Cuxiú, no município de Bonito, Região Rio Caeté; e 233 famílias do Quilombo São Benedito, no município de Cametá, Região Tocantins.

O Governo do Estado reconhece a importância do incentivo à pesquisa para o planejamento e desenvolvimento das ações de

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Cerimônia de entrega de título coletivo, da Comunidade São Benedito (Cametá).

meio ambiente, intrinsecamente relacionada à **meta 15.5.3.** Nesse sentido, em 2021, executou, em parceria com o **Museu Paraense Emílio Goeldi,** o **Projeto Flora do Utinga**, visando contribuir para a **preservação da Amazônia urbana** e gerar conhecimento científico por meio de pesquisas que atuam nas quatro **Unidades de Conservação da Região Metropolitana de Belém** (APA da Região Metropolitana de Belém, APA da Ilha do Combu, REVIS Metrópole da Amazônia e Parque Estadual do Utinga). Essa iniciativa já **catalogou 700 espécies** de fungos e plantas do Parque, com destaque para a nova espécie da família *Sapindaceae*, do mesmo gênero do Guaraná da Amazônia (*Paullinia obovata*).

Em relação à **meta 15.9,** foi lançada a **Estratégia Estadual de Bioeconomia** (Decreto nº 1.943/2021), visando propor os procedimentos gerais para elaboração do **Plano Estadual de Bioeconomia,** que se baseia em três eixos: pesquisa, desenvolvimento e inovação; patrimônio genético e conhecimento tradicional associado; e cadeias produtivas e negócios sustentáveis.

Com isso, em 2021, o Pará foi escolhido para ser **anfitrião do Fórum Mundial de Bioeconomia,** que possibilitou debates de interesse global entre representantes do governo, especialistas, acadêmicos, empresários, banqueiros, cientistas e jornalistas de todo o planeta e de povos indígenas e comunidades locais da região amazônica. Em paralelo ao Fórum, ocorreu a **BioSummit** (Fórum de Negócios da Sociobiodiversidade da Amazônia), evento regional para promover debates com especialistas/pesquisadores, empreendedores, PIQCTs sobre bioeconomia amazônica, importante para subsidiar a construção do marco regulatório.

Outra ação governamental importante foi a municipalização do processo de análise e validação do CAR, o registro público eletrônico obrigatório para os imóveis rurais, que reúne informações ambientais das propriedades e posses rurais, sinalizando o disposto na **meta 15.b.1.**

A cooperação entre o governo estadual e as gestões municipais, em prol dos cuidados socioambientais, tornou-se mais consistente, em 2021, sendo promovidas **requalificações dos servidores das secretarias municipais de meio ambiente**, que desenvolvem análise e validação do referido cadastro, possibilitando a habilitação de 40 municípios. Entre outras iniciativas, por meio do **Projeto Floresta + Amazônia,** do Governo Federal em parceria com Governo do Estado, foi realizado o primeiro pagamento por serviços ambientais (excedente florestal) a produtor rural de São Félix do Xingu, região reconhecida como de elevado desmatamento.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

OBJETIVO 16

PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

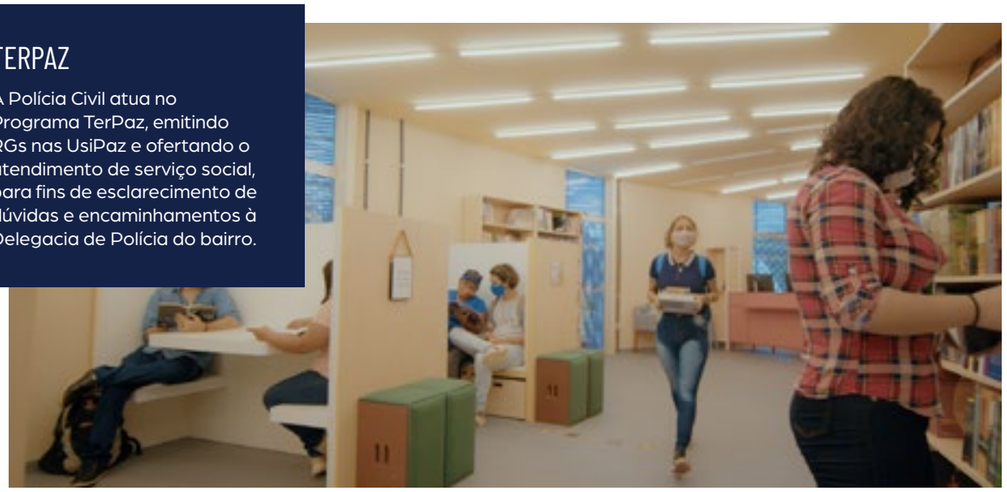
O ODS 16, objeto desse capítulo, estimula a promoção da paz, um ambiente inclusivo e justiça social para o alcance de um desenvolvimento humano sustentável, com foco nas populações e regiões de maior vulnerabilidade social.

É composto de 12 metas, sendo 10 finalísticas e duas de implementação.

Será apresentada a seguir a relação das metas nacionais do ODS 16, que receberam contribuição para o seu alcance, por meio de realizações e entregas do governo estadual, em 2021.

TERPAZ

A Polícia Civil atua no Programa TerPaz, emitindo RGs nas UsiPaz e ofertando o atendimento de serviço social, para fins de esclarecimento de dúvidas e encaminhamentos à Delegacia de Polícia do bairro.



AS USINAS ESTÃO DENTRO DAS ÁREAS PERIFÉRICAS ONDE O ESTADO NÃO CHEGAVA E AGORA AS PESSOAS TÊM ACESSO A TODOS OS TIPOS DE SERVIÇOS, ESPORTES E LAZER, E OUTROS

Ricardo Ganzer, coordenador da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster) na UsiPaz.

USINA DA PAZ

UsiPaz Cabanagem irá garantir acesso à cidadania com atendimento permanente. Moradores poderão obter vias de RG, certidões de nascimento e óbito, carteira de trabalho, fazer cadastro para vagas de emprego no Site, entre outros serviços.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 16.1

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.

META 16.2

Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

META 16.3

Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

META 16.4

Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

META 16.5

Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

META 16.6

Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis.

META 16.7

Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

META 16.8

Ampliar e fortalecer a participação brasileira nas instituições de governança global.

META 16.9

Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.

META 16.10

Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

META 16.A

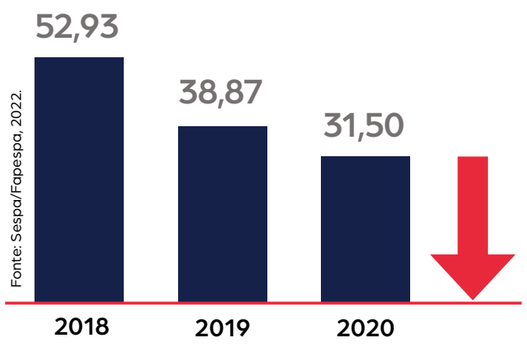
Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.

META 16.B

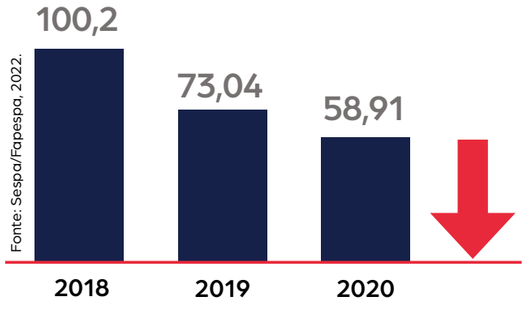
Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

ONDE ESTAMOS

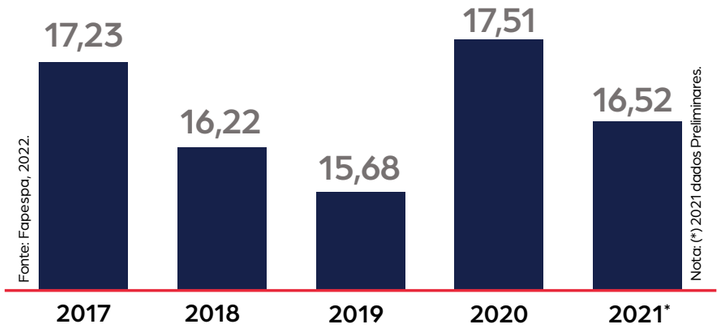
TAXA DE HOMICÍDIO
100 MIL HAB.



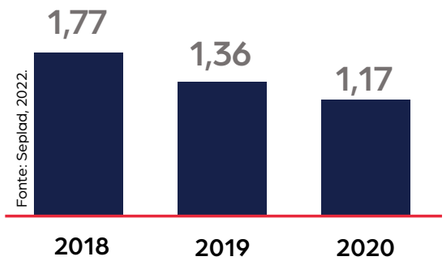
TAXA DE HOMICÍDIO DE JOVENS
100 MIL HAB.



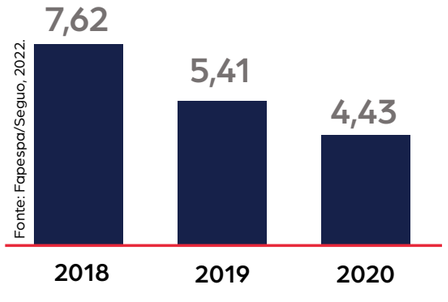
TAXA DE MORTES NO TRÂNSITO



DENSIDADE CARCERÁRIA
(PRESO / VAGA)



TAXA DE HOMICÍDIO DE MULHERES
(100 MIL MULHERES)



O QUE FIZEMOS

O Governo do Pará, dando continuidade ao compromisso de garantir a paz social aos paraenses, principalmente no que se refere à redução de violência e oferta de um ambiente mais inclusivo para a sociedade, apresentou, em 2021, um conjunto de realizações e entregas que se alinham às metas do ODS 16.

A **meta 16.1,** que busca *reduzir todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas,* foi contemplada com um conjunto de ações ostensivas e preventivas voltadas ao combate da violência, destacando-se:

OPERAÇÕES

Operação Carnaval Seguro, Operação Semana Santa, Operação Corpus Christi, Operação Verão, Operação Independência, Operação N.Sª Aparecida, Operação Finados, Operação República, Operação ENEM e Operação boas festas, todas realizadas em períodos de maior risco à segurança da sociedade.

VERÃO SEGURO

A operação "Verão Seguro 2021" contou com 1.150 policiais militares, além do efetivo policial local, em cerca de 40 localidades do interior, prioritariamente, as litorâneas.

OPERAÇÃO
VERÃO SEGURO

Polícia Militar reforça fiscalização nas estradas e praias da região nordeste, em quase 40 localidades do estado.

NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL
DE SANTA CRUZ DO ARARI

Unidade policial contribuirá para maior segurança do município, que há 20 anos não recebia a visita de um governador.

MISSÕES ESPECIAIS

514 missões especiais de alta complexidade, voltadas para o cumprimento de medidas administrativas ou judiciais, que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse, de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis, determinado pelo Decreto Legislativo Nº 06/2020. Para o cumprimento dessas missões realizaram-se 15 operações de reintegrações de posses em 11 municípios, com efetivo de 182 policiais;

OBRAS DE READEQUAÇÃO

Realizadas em diversas estruturas já existentes da Polícia Militar e Polícia Civil. Ressalta-se a reforma do Comando de Policiamento Regional IV (CPRI), em Tucuruí, Região Lago de Tucuruí, viabilizada através da cessão de um antigo imóvel pela Eletronorte e da parceria firmada entre a Prefeitura de Tucuruí e a Polícia Militar (PM); reforma da Delegacia de Polícia Civil de Santa Cruz do Arari e Melgaço, na Região Marajó; na RI Guamá, a reestruturação do Posto Policial Destacado, no município de Maracanã (Vila de Algodoal); e, em Belém, Região Guajará, reforma e ampliação do Complexo Tiradentes da Polícia Militar;

OBRAS DE READEQUAÇÃO

Governador entrega Delegacia de Santa Cruz do Arari, e nova estrutura do Posto Policial Destacado em Maracanã (Vila de Algodoal).

AÇÕES DE GESTÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA

Controle do cárcere e ampliação de vagas, com entrega de quatro novas unidades penitenciárias, totalizando 916 novas vagas: Unidade Prisional Masculina de Tucuruí, Região Lago de Tucuruí, com 210 novas vagas; Centro de Recuperação Agrícola Semiaberto e a Cadeia Pública, em Marabá, Região Carajás, totalizando 506 novas vagas; e construção de dois novos blocos na Colônia Penal Agrícola, em Santa Izabel do Pará, Região Guamá, com 200 novas vagas.

AÇÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

Nas 12 Regiões de Integração, em operações de enfrentamento à criminalidade, de combate ao tráfico de drogas e àquelas relativas à prevenção e repressão de roubos a bancos; e, em parceria com órgãos ambientais estaduais, para as diferentes etapas da Operação Amazônia Viva, objetivando o combate ao desmatamento.

ATENDIMENTO PELO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES (CIOP)

Efetivado conforme três eixos: via telefone 190, despacho das ocorrências e videomonitoramento; programa **"Falando por todo o Pará",** que realiza a digitalização completa da rede de rádio do sistema de segurança e possibilita aumentar e agilizar o atendimento à população, por meio do telefone 190; sistema de videomonitoramento e seus canais de comunicação, implantados em Breves, Belém, Salinópolis, Castanhal e Santarém, contando, em 2021, com um total de 350 câmeras, que possibilitam a leitura de placas de veículos, reconhecimento facial, visualização de até 1 km de distância, além de giro de 360 graus, para prevenir e combater a criminalidade no estado.

MISSÕES DO GRUPAMENTO FLUVIAL (GFLU) E GRUPAMENTO AÉREO DE SEGURANÇA PÚBLICA (GRAESP)

Em todas as regiões, atendendo demandas espontâneas e diárias, com 16 novas embarcações, sendo três blindadas, dentre outros equipamentos, utilizados em diversas operações e rondas policiais, inclusive nas casas penais; **"Operação Tarrafa"**, na RMB, prevenindo e reprimindo ilícitos fluviais, tais como: crimes de roubo a embarcações, residências ribeirinhas; tráfico de drogas; roubo de cargas; crimes ambientais, em geral; contrabando e demais fiscalizações, inclusive, registro de ocorrências na própria embarcação; no patrulhamento fluvial, através de apoio logístico em ações e operações de policiamento preventivo e ostensivo embarcado; e no atendimento a diligências policiais civis, por meio de apoio logístico em ações e operações fluviais, para elucidação de crimes.

Em relação à segurança no trânsito e redução de acidentes, também alinhadas à **meta 16.1,** foram realizadas ações, em que se ressaltam:

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Em todas as regiões, a fim de reduzir mortes e lesões por acidentes no trânsito, realizada pelo Detran, em parceria com a Polícia Militar e Polícia Civil. Foram realizadas 7.592 operações, com destaque ao **"Projeto Sentinela",** que monitora o trânsito continuamente, através de 163 controladores de velocidade, 323 faixas de tráfego e 50 equipamentos de vídeo monitoramento, em locais estratégicos de 70 municípios, com previsão de expansão nos próximos anos;

NOVA CASA PENAL DE TUCURUÍ

Modernidade e segurança caracterizam a nova casa penal entregue em Tucuruí.

SINALIZAÇÃO

Implantação de 30 projetos de sinalização em vias municipais, de 10 regiões, em apoio às prefeituras e em cumprimento à Política Nacional de Trânsito;

ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE TRÂNSITO

Em oito Regiões de Integração, ressaltando a **reforma da Biblioteca Irmãos Guimarães,** em Belém, que atende servidores e público externo, como crianças e adolescentes, com atividades de leitura, contação de histórias, e alunos do curso de pedagogia das universidades, que utilizam o espaço para troca de experiências e atividades lúdicas relacionadas ao trânsito;

EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

Em todas as Regiões de Integração, em maior intensidade nas regiões Baixo Amazonas, Guamá, Rio Caeté e Tocantins, visando à conscientização e informação da sociedade sobre as leis e regras correlatas, como forma de prevenção à violência de trânsito. Realizada com abordagens nas vias públicas, palestras educativas, ações nas escolas, cursos de formação e atualização para mototaxistas e motociclistas e formação para professores agentes multiplicadores de educação para o trânsito.

É importante observar, ainda, na contribuição à **meta 16.1,** a **capacitação dos agentes de segurança pública,** nas diversas instituições da área de segurança (CBM, CPCRC, Detran, PMPA, PCPA, Seap e Segup). Em 2021, cerca de 9.000 agentes de segurança pública foram capacitados, nas 12 regiões, a exemplo e 1.008 agentes do CBM, tanto em cursos de carreira, como nos de especialização operacional, preventiva e administrativa; 2.153 da Polícia Civil; 3.577 da PMPA; 252 do CPCRC; entre outras.

Essas diversas iniciativas, relacionadas à **meta 16.1,** influenciaram na **redução de alguns índices de violência** no Estado do Pará: -3,1% no número de homicídios; -31,0% no número de lesões corporais seguida de morte; -8,0% em número de lesão no trânsito; e -3,0% no número de feminicídio. Ressalta-se a redução nos registros de Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLI), que são casos de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, com diminuição de 3,5%, em relação ao ano anterior.

No que diz respeito à **meta 16.2,** que objetiva *proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência,* a gestão estadual intensificou ações estratégicas. Dentre elas, convém indicar, no âmbito do **TerPaz**, a inauguração da **Usina da Paz**, no município de Ananindeua, que atende também a **meta 16.1.** O complexo disponibiliza vários serviços de promoção à cidadania, consolidando a presença do Estado nos territórios, com a oferta, para 21.192 pessoas, de 86 serviços, compreendendo salas de teatro, audiovisual e inclusão digital;

NOVAS UNIDADES EM MARABÁ

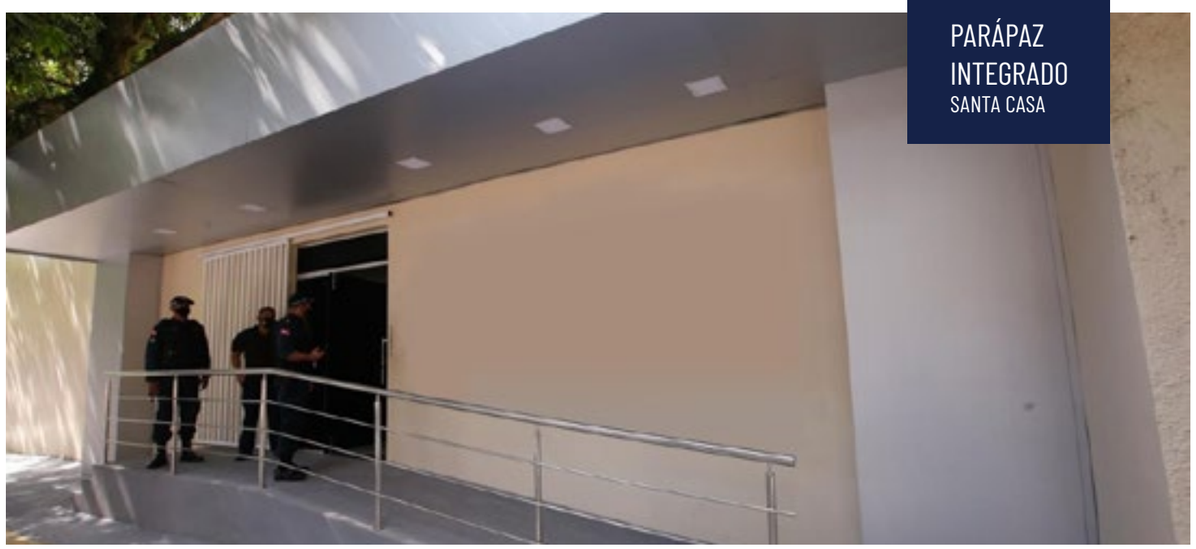
Com a inauguração da Cadeia Pública (regime fechado) e unidade de regime semiaberto, do Complexo de Marabá, o que aumentou em 506 o número de vagas, não há, no momento, superlotação carcerária nas regiões sul e sudeste do Estado.

atendimento médico e odontológico; assistência social; consultoria jurídica; emissão de documentos; atividades profissionalizantes; espaço multiuso para feiras, eventos e encontros da comunidade, além de ambientes para realizar cursos livres de dança, robótica, artes marciais, musicalização, biblioteca, esporte e lazer.

A **Usina da Paz,** construída por meio de cooperação com a empresa mineradora Vale, no valor total de R$20 milhões, oportuniza emprego para a comunidade no entorno, como forma de valorização dos moradores e do território.

Na mesma linha, o **programa ParáPaz Integrado** ofereceu atendimento a 21.289 pessoas, principalmente mulheres, crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. O acolhimento às mulheres, em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência, ocorreu na capital, Belém, nas unidades da **Polícia Científica do Pará** e **Hospital Santa Casa de Misericórdia do Pará**. Em outros 10 municípios polo, os atendimentos foram realizados em **Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM)** e **Delegacias Especializadas no Atendimento Criança e ao Adolescente (Deaca).**

Outra ação estratégica, implementada por meio de **aplicativos e plataforma on-line**, buscou ampliar o diálogo e o fortalecimento das gestões municipais de assistência social, para a melhoria da execução das atividades, permitindo maior participação dos municípios.



PARÁPAZ INTEGRADO
SANTA CASA

CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL

Educação muda a vida de custodiados no Pará. Formatura das primeiras turmas concluintes de alfabetização do Centro de Recuperação Regional de Paragominas.

Em 2021, foram realizados 10 eventos, em especial a reunião, em forma virtual, do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Pará (Cosems-PA), sob o tema **"As Interfaces do Trabalho Infantil com a Saúde Pública",** reunindo em torno de 1,3 mil pessoas, dentre elas gestores da assistência social, sociedade civil, trabalhadores do SUAS e operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Durante o evento, foi aprovado o **Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**.

Alinhado à **meta 16.3,** que visa *fortalecer o Estado de direito e garantir acesso à justiça a todos,* destacam-se algumas iniciativas realizadas em 2021:

ASSISTÊNCIA INTEGRADA AO PRESO, INTERNO E EGRESSO

Com 150.717 custodiados do sistema penal assistidos;

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aplicação de R$6 milhões em ações de assistência social, educação, trabalho, produção e saúde, para atender 12.694 pessoas presas, egressas e seus familiares.

ESCRITÓRIO SOCIAL

Implantação do projeto Escritório Social destinado ao atendimento de egressos e familiares, por meio da gestão compartilhada entre os poderes Judiciário e Executivo. A estratégia, que visa à retomada do convívio em liberdade, possibilita o acolhimento com encaminhamentos

CIDADANIA POR TODO O PARÁ

Ação integrada do Estado atende a população com serviços gratuitos.

à rede de promoção e proteção social, para acesso de serviços tais como emissão de documentos, qualificação profissional, assistência socioassistencial e jurídica, e facilitação de oportunidades profissionais.

ESTADO DE DIREITO

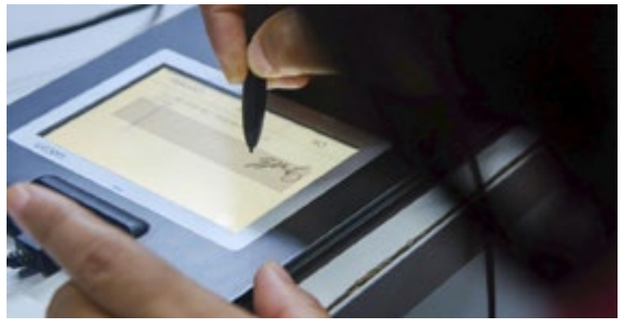
Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade

BALCÃO DA JUVENTUDE

Atendimento a 2.261 jovens, por meio do Projeto Balcão da Juventude, que utiliza estratégias educativas, como campanhas de prevenção ao uso de drogas; promoção do acesso à formação profissional; disponibilização de informações sobre a carteira de trabalho digital; emissão de Identidade Jovem (ID); a CNH Pai D'égua; e Juventude Empreendedora, e encaminhamentos à rede de serviços nas Regiões de Integração Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim.

REFUGIADOS E MIGRANTES

Atendimento humanizado para 293 pessoas refugiadas e migrantes presente no Estado, em parceria com entidades não governamentais. Disponibilizado em espaço físico com laboratório de informática, acesso à internet, sala para a realização de capacitações e orientações, com o intuito de difundir seus direitos e deveres, condições necessárias ao exercício da cidadania, inclusão social, laboral e produtiva;



CNH PAI D'ÉGUA

Programa do Governo do Pará objetiva garantir inclusão social a pessoas de baixa renda com a emissão gratuita da CNH.

CAPACITAÇÃO

Realização de eventos e capacitação para 164 participantes da sociedade civil, gestores e trabalhadores, com temáticas vinculadas à Formação sobre Migração e Refúgio aos Municípios do Estado do Pará; Capacitação em Migração, Refúgio e Políticas Públicas; Formação sobre Proteção a Pessoas Refugiadas no Estado do Pará; I Encontro de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, dentre outros.

FISCALIZAÇÕES

Realização de 163.119 fiscalizações de estabelecimentos comerciais, produtos e serviços pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, de acordo com o código de Defesa do Consumidor (CDC), Decreto nº 2181/97 e legislações afins.

Com relação à **meta 16.5,** visando *reduzir cada vez mais a sonegação fiscal* e aumento da arrecadação estadual, destacam-se as realizações alinhadas ao combate à corrupção. Em 2021, com base nas diretrizes estratégicas do Governo Estadual e por meio da atuação institucional integrada, a Polícia Civil instaurou procedimentos em sete Regiões de Integração.

Alinhado às **metas 16.6 e 16.7,** o governo estadual adota a transparência pública como parâmetro de gestão e garantindo um planejamento e execução de *políticas públicas responsiva, inclusiva, participativa e representativa*. Destacam-se algumas iniciativas:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

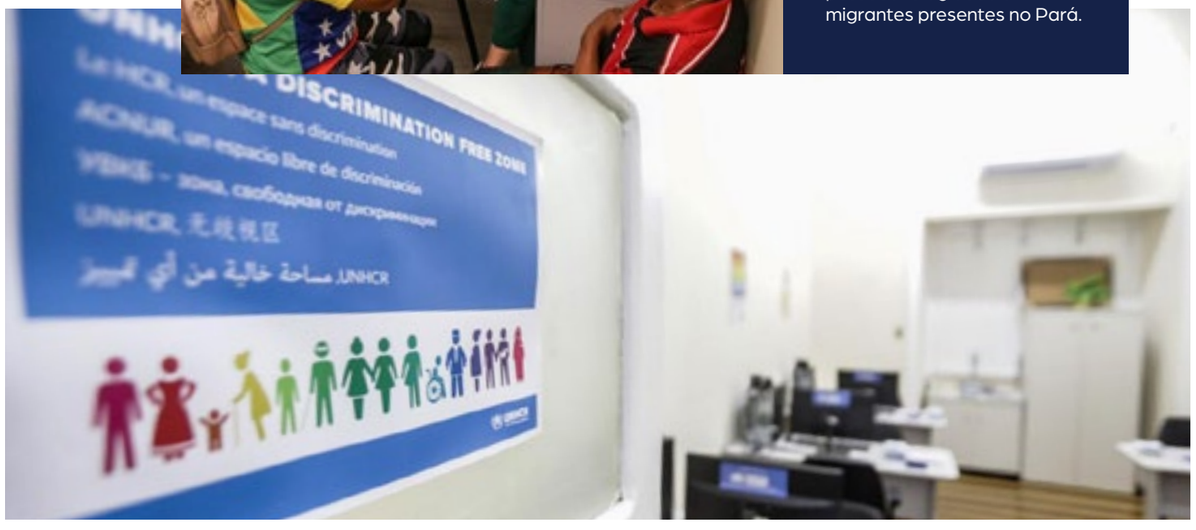
Realização de quatro audiências públicas no canal da Secretaria Estadual de Planejamento e Administração (Seplad) no YouTube, totalizando 1.772 acessos, que oportunizaram a efetiva participação da sociedade no processo de revisão do PPA 2020-2023 e na Elaboração do Orçamento Geral de 2022.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS VIRTUAIS

para revisão do PPA e elaboração da LOA – SEPLAD.

ESPAÇO DA PESSOA REFUGIADA E MIGRANTE

O espaço visa garantir a promoção da autonomia, o fortalecimento e a defesa dos direitos humanos a pessoas refugiadas e migrantes presentes no Pará.



MANUTENÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Disque Denúncia, Conselho de Segurança Pública (CONSEP), Ouvidoria e Diretoria de Prevenção da violência (DIPREV). Ressalta-se que, pelo Disque-Denúncia, o sistema de segurança recebeu 191.657 ligações no ano, referentes, principalmente, ao tráfico de entorpecentes, poluição sonora, desobediência ao decreto de restrições da Covid-19, maus-tratos contra animais e idosos, desvio de vacina, dentre outros.

REDE DE OUVIDORIAS DO SUS

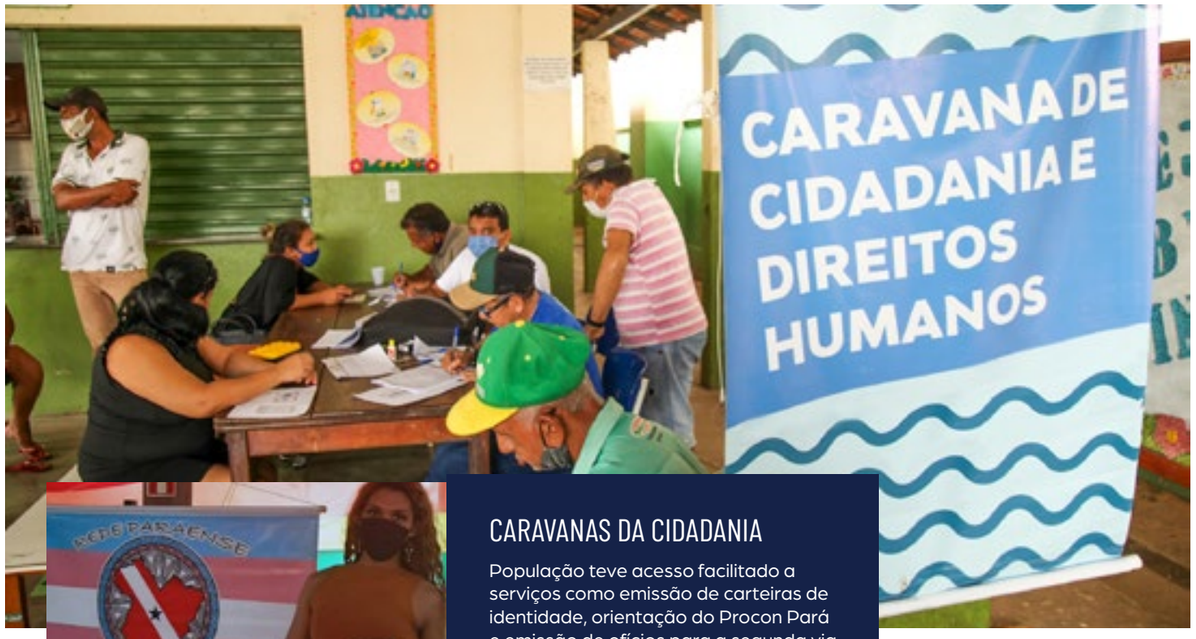
Com função de receber, acompanhar e responder a comunicação direta entre os usuários do SUS e os Órgãos gestores da rede de saúde, como reclamações, sugestões, denúncias, elogios e apresentação aos gestores de relatórios com vistas à melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, para o aprimoramento da gestão. Em 2021 foram atendidas 8.628 demandas provenientes das ouvidorias do SUS.

SUPORTE TÉCNICO E OPERACIONAL

A cinco organismos de controle social: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI); Conselhos Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEPCD) e de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEANS), por meio de recursos ordinários do tesouro estadual.

APOIO AOS CONSELHOS DE SAÚDE

De 115 municípios, com atividades de capacitação dos conselheiros municipais e estaduais de saúde,



CARAVANAS DA CIDADANIA

População teve acesso facilitado a serviços como emissão de carteiras de identidade, orientação do Procon Pará e emissão de ofícios para a segunda via das certidões de nascimento e óbito.

assessoramento, com apoio técnico para, aproximadamente, 100 conselheiros, incluindo aporte na elaboração dos Planos Municipais de Saúde e orientações sobre a realização das Conferências Municipais de Saúde.

APOIO ÀS AÇÕES DO CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES)

Que em 2021 ocorreram de forma remota e presencial, como as reuniões ordinárias e da coordenação executiva. Foram realizadas ações do Conselho nos municípios de Benevides, Marituba, Santa Bárbara, Colares, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano, Vigia e Bujaru.

Alinhado à **meta 16.9**, visando fornecer identidade civil para todos, o Governo do Estado lançou o projeto **Meu Registro,** por meio da **Fundação ParáPaz**, que desenvolveu ações ao enfrentamento do subregistro civil de nascimento, com serviços gratuitos para obtenção da 1ª e 2ª vias de Certidão de Nascimento e de Óbito às pessoas em situação de vulnerabilidade, concedendo cerca de 6 mil registros.

Destaca-se ainda que, em 2021, foram expedidas, pelo sistema de segurança pública estadual, **653.846 cédulas de identidade civil,** em todo o estado, no novo padrão, que inclui informações de carteira de trabalho, título de eleitor, dentre outras. Esses atendimentos foram realizados tanto diretamente pela Polícia Civil, como por meio de diversos projetos e parcerias realizados. Parte desses atendimentos deu-se por meio do projeto **Caravanas da Cidadania e Direitos Humanos,** que aconteceram, em diversas regiões do estado, de forma articulada com órgãos estaduais e prefeituras, oportunizando serviços públicos nas áreas urbana e rural, quilombolas e ribeirinhas. A estratégia possibilita orientação jurídica, emissão de certidão de nascimento, carteira de trabalho e de documento de identidade e serviços de orientação ao consumidor.

Destaca-se o compromisso no enfrentamento à desigualdade social ao público LGBTQIA+, atendido com providências para adequação civil de nome e gênero para pessoas transexuais.

Destacam-se outras iniciativas que garantem acesso aos serviços de emissão de registros civil, contribuindo com a **meta 16.9,** entre outras:

ESTAÇÕES CIDADANIA

Manutenção de oito Estações da Cidadania localizadas nos municípios de Santarém (1), Marabá (1), Parauapebas (1), Belém (4) e Ananindeua (1), que concentram serviços públicos de vários órgãos estaduais: Departamento de Trânsito do Estado do Pará (Detran), regularização de veículos e habilitação; Polícia Civil, com emissão de registro civil; Banco do Estado do Pará (Banpará), serviços bancários; e serviços específicos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev). Em 2021, foram atendidas 391.520 pessoas.

PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ (TERPAZ)

Focado nas regiões de maior índice de criminalidade, desenvolve um conjunto de ações inclusivas nas áreas de educação, saúde, segurança pública, trabalho e geração de renda, entre outras. Em 2021, o TerPaz atendeu 151.113 pessoas, contribuindo, inclusive, com várias metas dos ODS.

Alinhado à **meta 16.10,** que visa assegurar o *acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais,* o governo estadual investe na produção e difusão das informações referentes às políticas públicas desenvolvidas por meio da realização de 1.073 campanhas, nas 12 Regiões de Integração. Relacionam-se à divulgação e cobertura de audiências públicas, divulgação de entregas de obras, campanha de vacinação, serviços de cidadania e inclusão, doação de sangue, entre outros.

Destaca-se, também, em 2021, a contribuição à **meta 16.10** por meio da Imprensa Oficial que realizou edição e publicação de 81.375 atos da administração pública, como instrumento de formalização dos atos administrativos e de transparência pública.

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE
OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ 2022

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

OBJETIVO 17

FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

A Agenda 2030 tem como lema "não deixar ninguém para trás", ou seja, promover iniciativas que possibilitem aos países de menor desenvolvimento alcançarem os níveis "ótimos" de desenvolvimento apregoados pelas Nações Unidas.

OS PAÍSES, ESTADOS E MUNICÍPIOS, DE FORMA ISOLADA, NÃO TERIAM CONDIÇÕES FINANCEIRAS E TÉCNICAS DE DESENVOLVEREM-SE DE FORMA ADEQUADA, NÃO FOSSEM AS PARCERIAS FIRMADAS COM OUTROS PAÍSES, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, INICIATIVA PRIVADA, ENTRE OUTRAS.

Esse princípio expressa-se no ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, que se compõe de 19 metas, sendo duas finalísticas e 17 de implementação.

Desta forma, neste Capítulo, são abordadas as principais parcerias entre o governo estadual e diferentes entidades, no sentido de buscar maior disponibilidade de recursos financeiros, tecnológicos e de gestão, essenciais para a realização de iniciativas que contribuem para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As metas nacionalizadas do ODS 17, para as quais apontam-se as contribuições estaduais, encontram-se descritas a seguir:

A PARTIR DESTA GESTÃO, OS PRODUTOS DA AGRICULTURA, DOS PEQUENOS PRODUTORES DERAM UM SALTO, TANTO EM TERMOS DE QUALIDADE QUANTO EM TERMOS DE ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO, E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS.

Karine Sarraf, coordenadora do Fórum de IG e extensionista rural da Emater de Augusto Corrêa.

II FESTIVAL

TEMPERO DE ORIGEM

O Festival com o melhor da cultura paraense pelas mãos de empreendedores locais, atrativos da cultura alimentar paraense, e do empreendedorismo local, em uma ação que fomenta o turismo, à cultura e à sustentabilidade.

METAS ODS BRASILEIRAS

META 17.1

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

META 17.3

Mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

META 17.7

Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

META 17.9

Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

META 17.11

Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.

META 17.14

Aumentar a carência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

META 17.16

Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

META 17.17

Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

META 17.18

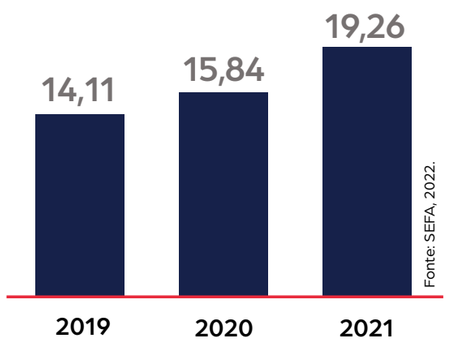
Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.

META 17.19

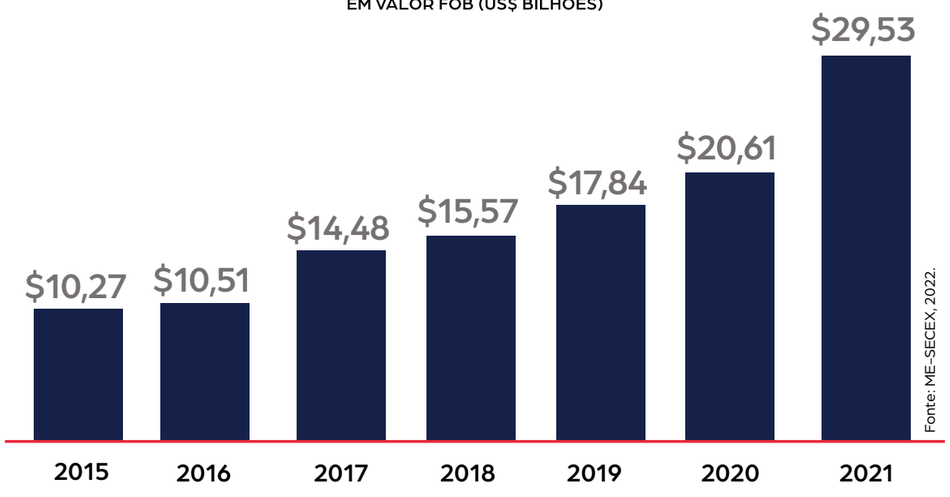
Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.

ONDE ESTAMOS

RECEITA PRÓPRIA ARRECADADA
EM R$ MILHÕES



EXPORTAÇÕES PARAENSES
EM VALOR FOB (US$ BILHÕES)



O QUE FIZEMOS

No tocante à **meta 17.1,** que trata da **melhoria da capacidade de arrecadação de impostos,** em 2021, o governo estadual, por meio de ações de fiscalização e tributação, conseguiu **elevar em 21,59%** o montante arrecadado em relação ao ano anterior.

Destacam-se as **operações de fiscalização** realizadas em unidades fazendárias, rodovias, portos e rios, em conjunto com diversas instituições, como: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF) e Receita Federal do Brasil (RFB).

Em 2021, o Governo do Estado contabilizou **receita de R$35,2 bilhões**, somados à arrecadação de impostos, os repasses do governo federal, entre outras receitas, resultado que representa **crescimento de 10,3%** em relação ao ano anterior. A receita obtida com a arrecadação de impostos totalizou o montante de R$18,1 bilhões, contra R$15,1 bilhões do

OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Ação integrada de fiscalização entre a Sefa, a Receita Federal, a PRF e outros fiscos estaduais é fundamental para o combate às fraudes.

exercício de 2020, sendo que 93,69% correspondem à arrecadação de ICMS, o que demonstra a importância deste imposto para o equilíbrio das contas públicas, sinalizando melhora na capacidade de investimento em serviços públicos para a população.

Ressalta-se que o crescimento de arrecadação tributária não influencia somente no orçamento público estadual, uma vez que 25% do total arrecadado com ICMS é repassado para os governos municipais.

As transferências realizadas, em 2021, pelo Governo do Estado aos municípios paraenses, alcançaram **R$5,4 bilhões**. O volume transferido é 22% maior em relação ao do ano passado, R$4,4 bilhões. Foram recursos arrecadados com impostos e recursos repassados através de convênios e fundos.

Em concordância com a **meta 17.3,** no tocante à *mobilização de recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes,* ressalta-se que o governo estadual contou com a colaboração de investimentos externos, do **Banco de Desenvolvimento da América Latina – Cooperação Andina de Fomento (CAF)** e do **New Development Bank (NDB),** e de recursos internos, provenientes do **Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD2),** do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), totalizando o valor de R$161.523.858,03. Esses recursos destinam-se à pavimentação, recuperação e drenagem de vias urbanas, por meio do **Programa Asfalto por Todo Pará.**

No que diz respeito à **meta 17.7,** que versa sobre a **promoção do desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento**, cabe destacar os webinários com as seguintes temáticas: 1) **"Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável do Pará",** em parceria com a Rede ODS Brasil e o Instituto Alachaster; 2) **"Educação ambiental na zona costeira paraense"**, em parceria com a Rede ODS Brasil, com a participação da Organização Internacional Rare – Brasil e Instituto Alachaster e 3) **"Cultura oceânica, mudanças climáticas e políticas públicas"**, promovida pelo Governo do Estado, em parceria com o Instituto Manguezal, no âmbito do projeto "**Remada Tenda Verde".**

Relativamente à **meta 17.9**, vale destacar a parceria firmada entre o Governo do Estado do Pará e a **Prefeitura de Bogotá** (Colômbia), que, por meio de seu escritório distrital de relações internacionais, **Divisão de Participação Cidadã,** propiciou o compartilhamento de experiências e conhecimentos, em evento realizado via web. O evento foi articulado pela **Prefeitura de Nova York** e **Organização das Nações Unidas (ONU)**, com o propósito de apoiar os planos nacionais para implementação dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,** por meio de capacitação e apoio internacional. Na oportunidade, foi compartilhada a experiência do Governo do Pará na elaboração do **Relatório Local Voluntário.**

DIVISÃO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃO
evento realizado via web.

O Pará encerrou o exercício de 2021 em **4ª lugar no ranking de estados exportadores do Brasil,** com valor total exportado de US$29,5 bilhões, o que representa um **crescimento de 43,2%** em relação ao ano anterior.

Neste sentido, cabe considerar como iniciativas que contribuem para o alcance da **meta 17.11**, a promoção de produtos paraenses no mercado interno e externo; e, também, a participação em feiras e exposições nacionais e internacionais, assim como contatos com embaixadas e escritórios comerciais estrangeiros, iniciativas que buscam promover maiores investimentos às potencialidades do Estado.

Em 2021, destacam-se os seguintes eventos: **XX Congresso Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas,** com apoio a 35 empresas paraenses de diversos segmentos; **4ª Edição do Programa Exporta Pará;** apoio às empresas **Beauty Fair** e **Laboratório São Lucas**; e **II Festival Tempero de Origem**, com parceria de diversos órgãos estaduais, tendo como objetivo a promoção, exposição e comercialização de produtos de 39 empreendedores do segmento de artesanato, de diversas Regiões de Integração.

A **meta 17.14** versa sobre *aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável*, o que implica promover maior nível de coordenação entre elas, evitando sobreposições e divergências, aumentando a sinergia e melhorando os resultados, e a **meta 17.16** busca *reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros*.

Alinhado a essas duas metas, o Governo do Estado vem promovendo uma **política de descentralização da gestão ambiental,** com o intuito de maximizar resultados na área ambiental, diminuindo a sobrecarga de demanda em nível estadual, além de fortalecer a administração municipal, e que consiste em uma série de medidas, como: a habilitação de municípios em inscrição, análise e validação do **Cadastro Ambiental Rural (CAR);** o estabelecimento da nova metodologia de cálculo do índice do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Verde**; a capacitação de servidores das secretarias municipais de meio ambiente, investimentos em recursos humanos; e no estabelecimento de nova legislação ambiental, como a aprovação da **Resolução 162**, que revisou e ampliou o licenciamento ambiental de impacto local de competência dos municípios.

Como resultados, em 2021, mais seis municípios, com apoio da gestão estadual, tornaram-se aptos a exercer a gestão ambiental, totalizando 133 municípios aptos a fiscalizar e conceder licenciamento em âmbito local, tornando mais célere o processo de licenciamento. Com relação ao CAR, ao final do exercício de 2021, cerca de 40 municípios estavam habilitados para análise. E foram inscritos mais de 620 mil hectares de CAR de territórios coletivos no **Sistema de Inscrição do CAR (Sicar).**

Outra parceria em contribuição à **meta 17.14** é a firmada entre o Governo do Pará e o Centro de Inteligência Territorial (CIT)/UFMG, através de **Acordo de Cooperação Técnica,** pela qual desenvolveram a **Plataforma Selo Verde**, uma das mais importantes ferramentas no combate ao desmatamento na região. A iniciativa é pioneira, pois se trata da primeira plataforma de dados cruzados no país com foco no controle socioambiental de propriedades rurais, contando com outros parceiros como **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)** e **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).**

A **meta 17.17** trata de incentivar e **promover parcerias eficazes,** tanto no âmbito público quanto no público-privado, privado ou com a sociedade civil. Neste sentido, alinhadas com a referida meta, destacam-se as seguintes parcerias firmadas com o Governo do Estado:

SELO VERDE

Iniciativa que mostra a importância da transparência para a produção e comercialização de produtos agropecuários sem desmatamento na Amazônia.

BANCO DO BRASIL

Para implantação de 30 hortas sociais pedagógicas, que tem o objetivo de melhorar a vida de famílias de baixa renda. Em 2021, foram entregues as três primeiras hortas para comunidades em Soure, na Região Marajó, beneficiando 24 famílias rurais;

SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE (SEST/SENAT)

Para realização do projeto **"Trilha**

Socioeducativa", que consiste na realização de cursos profissionalizantes (auxiliar de logística e auxiliar de escritório) para os jovens inseridos no sistema socioeducativo;

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Cooperação Andina de Fomento (CAF), New Development Bank (NDB) e Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD2), do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) – para viabilizar o Programa Asfalto por Todo o Pará;

GOVERNO FEDERAL, POR MEIO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE), E PREFEITURAS

Para implantar e colocar em funcionamento diversos balcões de atendimento, tendo como objetivo o auxílio a pessoas que buscam inserção/reinserção ao mercado de trabalho. O Estado do Pará conta com uma rede de 43 centros de atendimentos, sendo 31 postos do Sine, sete balcões de atendimentos, quatro Centros de Cidadania e Trabalho e o Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC), em 37 municípios, de 11 Regiões de Integração;

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)

Instituição responsável pelo fomento de soluções de saneamento – para a prevenção e o controle de doenças, que viabilizou investimentos em obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto;

FUNDAÇÃO OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

Com o intuito de mitigar efeitos socioeconômicos da pandemia de Covid-19, foram doados R$5,38 milhões, no âmbito do programa Territórios pela Paz, para a distribuição de cerca de oito mil cestas básicas a famílias carentes e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas; e;

GESTÕES MUNICIPAIS

Para viabilizar serviços de habilitação de condutores de veículos, fiscalização de trânsito e regularização de veículos, por meio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Alinhado à **meta 17.18**, que objetiva reforçar parcerias para a *desagregação de dados, a integração e compartilhamento de registros administrativos e de base de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável,* o governo estadual firmou algumas parcerias, a exemplo do convênio celebrado com o D**epartamento Intersetorial de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE),** objetivando o monitoramento do **"Trabalho, Emprego e Renda".** Em 2021, viabilizou seminários sobre o mercado de trabalho; elaborou informativos e mapas de indicadores; acompanhou o desempenho do mercado de trabalho local, regional e nacional, elaborou relatórios trimestrais e realizou um relatório anual.

No sentido de apoiar o *desenvolvimento de capacidades estatísticas e desenvolvimento de métricas que sinalizem de forma mais adequada o desenvolvimento sustentável por meio do produto interno bruto,* como versa a **meta 17.19,** além de contribuir também com a **meta 17.18,** a gestão estadual promoveu as seguintes iniciativas:

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO PIB ESTADUAL 2019

Estudo realizado em parceria com o IBGE, para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Pará/2019 (tendo como referência o ano de 2010), divulgado em novembro de 2021. O relatório contém a análise de um conjunto de dados sobre a realidade econômica estadual e seus setores e atividades econômicas. Trata-se de um conjunto de informações sobre a economia paraense fundamentais à tomada de decisão; e;

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DO PIB MUNICIPAL 2019

Estudo realizado em parceria com o IBGE, por meio do qual calcula-se o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios paraenses para 2019 (tendo como referência o ano de 2010), divulgado em dezembro de 2021. O relatório contém informações sobre PIB; Valor Adicionado Bruto dos setores econômicos (Agropecuária, Indústria, Serviços) e da atividade da Administração Pública; o PIB per Capita, além do Índice de Gini do PIB e dos Setores Econômicos de todos os municípios.

BIBLIOGRAFIA

Agenda 2030 – ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2018.
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf

Agenda 2030 – ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2022.
https://www.ipea.gov.br/ods/

Anuário Estatístico do Pará 2021
https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2021/

Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior. Ministério da Economia, 2022.
https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas

Boletim Mensal de Arrecadação. Secretaria da Fazenda, 2022.
http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/orientacoes/manual-de-atendimento/beneficio-fiscal/12783-boletim-mensal-de-arrecadacao

Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged
http://pdet.mte.gov.br/novo-caged.

Caderno ODS. PPA 2020-2023/ Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Diretoria de Planejamento Estratégico. Belém: SEPLAD, 2021.
https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Programas_ODS_Todos_Programas.pdf

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022.
https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

IBGE- Síntese de Indicadores Sociais 2021, 2022
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados

IBGE – Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados

IBGE – MUNIC – Pesquisa de Informações Municipais
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados

Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa 2022
https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/34619A_gp0264-21_mensagemalepa_2022_digitalcasado.pdf

Produção Agrícola Municipal (SIDRA / IBGE)
https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam

Pesquisa da Pecuária Municipal (SIDRA / IBGE)
https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm

Pará no Contexto Nacional – 2020. Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa.
https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/pcn2021/

PNAD Continua
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2020.
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=27258&t=sobre;
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e;
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=30362&t=resultados;

Projeto Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.
http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes

Radar de Indicadores das Regiões de Integração do Pará 2021
https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2021/

Relatório de Avaliação Plano Plurianual 2020-2023- Exercício 2021, Volume I
https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Avaliacao-2021-Volume-I.pdf

Relatório de Gestão do Instituto de Gemas e Joias da Amazônia – IGAMA, 2021. IGAMA
https://saojoseliberto.com.br/os-igama/#documentos

Relatório do PIB 2019 – Contas regionais, Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa.
https://drive.google.com/file/d/12t7sVSQ_VOlANqwkVxYTVYdgZ0-ODpT0/view

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do setor Público Brasileiro – SICONFI.
https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf

ODS 2022

RELATÓRIO LOCAL VOLUNTÁRIO SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARÁ - 2022

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ